

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DO PLANFOR AO PNQ: O QUE MUDA NA POLÍTICA DE  
FORMAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES NO  
CONTEXTO DO GOVERNO LULA**

**LIANA SOUTO ARAÚJO**

**Fortaleza – Ceará  
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DO PLANFOR AO PNQ: O QUE MUDA NA POLÍTICA DE  
FORMAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES NO  
CONTEXTO DO GOVERNO LULA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED/UFC, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra produzida sob a orientação da Professora, Doutora Ana Maria Dorta de Menezes.

**Fortaleza  
Ceará**

# DO PLANFOR AO PNQ: O QUE MUDA NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES NO CONTEXTO DO GOVERNO LULA

LIANA SOUTO ARAÚJO

Esta dissertação constitui parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestra em Educação, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e encontra-se a disposição dos interessados na Biblioteca Digital da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida desde que seja feita de conformidade com as normas éticas e científicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Ana Maria Dorta de Menezes, Dra. - Orientadora

---

Prof<sup>o</sup>. Manuel Fernandes de Sousa Neto, Dr.

---

Prof<sup>a</sup>. Kátia Regina Rodrigues Lima, Dra.

**Dedico este trabalho à Professa Susana  
Vasconcelos Jimenez e ao Instituto de Estudo e  
Pesquisa do Movimento Operário e Sindical  
(IMO).**

## AGENCIAMENTO

***“O tempo é gestor da razão. A verdade é o pêndulo que equilibra a balança da vida. A vida é uma escola. O mundo é um professor. Nós, os eternos discípulos” (Ferreira de Assaré).***

## AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho. Em especial aos meus amados pais - Geraldo e Lucineide -, aos meus estimados irmãos - Lianeide, Edervaldo e Maria -, à minha querida cunhada - Régia Talina - e aos meus sobrinhos maravilhosos - Davi, Daniel, Gabriel, Letícia e Caio - pelo permanente apoio espiritual e material em horas difíceis. Ao meu espetacular namorado, Ferreira, e a sua adorada filha Vanessa, pela dedicação tão valiosa durante as intensas horas de estudos e saudades da minha família distante.

Não poderia jamais esquecer à Susana Jimenez, Cristiane Porfírio e Raimunda Mendes que acreditaram, me incentivaram e foram verdadeiras amigas durante a realização deste trabalho. À Estianir por ter me proporcionado momentos de descontrações e prazeres gastronômicos.

## LISTA DE SIGLAS

ADS/CUT - Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores

ALCA - Associação de Livre Comércio das Américas

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica

CET - Conselho Estadual do Trabalho

CNM/CUT - Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

COMUT - Conselho Municipal do Trabalho

CONCUT - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores

CONLUTAS - Coordenação Nacional de Lutas

CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino

CONTRACS - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços

CPQT - Centro de Pesquisa e Qualificação Profissional

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico

ENAFOR - Encontro Nacional de Formação

ETFs – Escolas Técnicas Federais

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FASUBRA – Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileira

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FENADADOS - Federação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados

FETRACE - Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviço

FETRAECE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FITTEL - Federação Interestatal dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações

FMI – Fundo Monetário Internacional

Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMO - Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MTb – Ministério do Trabalho

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NTE/UFC - Núcleo Trabalho e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal

ONGs - Organizações Não-Governamentais

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEA - População Economicamente Ativa

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PLANFOR – Plano Nacional de Formação

PlanTeQs - Plano Territoriais de Qualificação

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNEP - Plano Nacional de Educação Profissional

PNF/CUT - Política Nacional de Formação da CUT

PNQ - Política Nacional de Qualificação Social e Profissional

PNQP/CUT - Projeto Nacional de Qualificação da Central Única dos Trabalhadores

PP – Partido Popular

PPS – Partido Popular Socialista

PRB – Partido Republicano Brasileiro

Proep - Programa de Expansão da Educação Profissional

ProEsQ - Projeto Especial de Qualificação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

P-SOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

RPJ – Registro de Pessoa Jurídica

SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados

SEEB/CE - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Ceará

Sefor - Secretaria de Formação

SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SETE/CE - Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo do Ceará

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SFC/CGU - Secretaria Federal de Controle da Corregedoria-Geral da União

SINDCOM - Sindicato dos Empregados no Comércio de Fortaleza e Região Metropolitana

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SINPAF - Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

SNF - Secretaria Nacional de Formação

SPPE - Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

TCU - Tribunal de Contas da União

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFC - Universidade Federal do Ceará

UNCTAD - Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

## RESUMO

O presente trabalho insere-se no conjunto de pesquisas que vem sendo realizado sobre as transformações do mundo do trabalho e suas implicações para a luta sindical dos trabalhadores no Brasil e, mais especificamente, sobre o movimento sindical cutista. Tomamos como objeto de análise crítica a participação do sindicalismo cutista na execução e legitimação da Política Nacional de Qualificação Profissional do Governo Luiz Inácio Lula da Silva tomando como campo empírico a sua execução no Estado do Ceará. O objetivo do trabalho é examinar a relação que a Central vem estabelecendo com o Governo Federal e sobre a continuidade/descontinuidade da orientação neoliberal na administração da Política de Formação Profissional. Ao fazer uma retrospectiva histórica da Central Única dos Trabalhadores buscamos acompanhar o movimento da Central na sua mudança de rumo e na adoção de novas práticas e estratégias de luta, identificando os elementos objetivos e subjetivos que estão na base da sua opção nos anos 90 por um sindicalismo de participação e negociação afastando-se da perspectiva classista e de oposição ao capital que marcou a sua origem. Pretendemos destacar o caráter ideológico do discurso que confere centralidade à educação e à qualificação profissional na contemporaneidade e que tem forte influência sobre os trabalhadores levando-os a incorporar a responsabilidade individual pelo seu desemprego. O referido discurso emanado dos organismos multilaterais, especialmente do Banco Mundial, ao mesmo tempo, que desvia a discussão da lógica destrutiva do sistema amenizando os conflitos sob a promessa da *empregabilidade* para os que se qualificarem, abre ainda as portas para os empresários do campo da educação. Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2002, a CUT de moderada passou a assumir uma postura de colaboração e de submissão ao Governo dando prosseguimento e aprofundando a política macroeconômica dos governos anteriores. A orgânica integração entre a CUT e o Governo resultou num “casamento sem sobressalto” entre a corrente majoritária, a Articulação Sindical, e as alianças feitas pelo PT e do seu então candidato com o capital e Vice-Presidente, um legítimo representante da classe patronal. Mais burocratizada e desconexa do movimento dos trabalhadores, a CUT, ao contrário do enfrentamento “crítico” ao Governo FHC, no atual Governo, aposta no Pacto Social. Chega-se à conclusão que o PNQ não traz inovações em relação ao PLANFOR do Governo FHC. O estudo revela que as ações de “qualificação social e profissional” executadas em 2003, ano que tomamos como referência temporal para a análise empreendida, não sofreram alterações em termos metodológicos, políticos ou pedagógicos se comparadas às do PLANFOR. Fica demonstrado que o Governo Lula assume, de forma clara, uma postura coerente com os interesses do grande capital, corta gastos na área social e restringe ainda mais os direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. A adoção da política macroeconômica, aliada às reformas, aprofunda e radicaliza o programa neoliberal herdado do Governo FHC. No campo da educação, esse Governo prima pelo aprofundamento do processo de privatização.

## ABSTRAC

The present work is in the group of researches which has been made about transformations of world of work and its implications for the (cutista) Central of Workers syndical fight. We have as objective, for cryrtical analyses, the participation of (cutista) Central of Workers syndicalism on the execution and legitimation of the Professional Qualification National Politics of Lulas's government taking as empirical field its execution in the state of Ceará. The objective of this work is to eximine the relations Central has been establishing with Federal Government and the continuity/ descontinuity of neoliberal orientation in the administration of the Professional Formation Politics. By doing a historical retrospective of Unique Central of Workers we try to follow the movement of the Central in its change of way and in the adoption of new practices and estrategies of fight, identifying the objective and subjective elements that are basics for the its option in the 90's by a synsicalism ofparticipation and negociation going far from class perspective and from oposition to capital which was a mark in its origin. We intend to enhance the ideological character of the discoursse that confers centralization to education and to Profesional Qualification at contemporaneous time and that has strong influence on workers leading them to incorporate individual responsibility for their unemployment. The mentioned discourse issued from multilateral organisms, especially from World Bank which,at the same time, go far from the discussion of destructive logical of the system which was an amenity for the conflicts under the promise of employment for those who get qualification give oprtunity for business on the educational field. With Lula's ascension to presidency of Republic in 2002, UCW (CUT) passed from moderated to assume a posture of colaboration and submission to the government prosecuting and deepening the macroeconomical politics of predecessors governments. The organic integration between UCW (CUT) and government results in a "marriage with no start" between the major chain, the Syndical Articulation and the Alliances made by WP (PT) and its candidate with the capital and the vice-president,a legitimate representant of the management class. More bureaucrat and desconected from the movement of workers UCW (CUT), different from the critical confrontation to FHC government, in the current government bets in the Social Pact We get to conclusion that PNQ do not bring inovations in relation to PLANFOR of FHC government . The study show us that the actions of Social and Professional Qualification executed in 2003, year (in which) we take as time reference for the undertook analyses did not suffer any changes in methodological, political or pedagogical terms if compered to PLANFOR ones. It is demonstraded that Lula's government assumes, in a clear way, a coerent posture with the interests of the major capital, cuts expenses on the social area and restricts even more the rights historically conquered by workers. The adoption of macroeconomical politics, plus reforms, deepens and radicalizes the program inherited from FHC government. On the educational field, this goverment excels for the deepening of the process of privatization.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>CAPÍTULO 1 – CRISE DO CAPITAL E A REDEFINIÇÃO DO SINDICALISMO CUTISTA: DA OPOSIÇÃO À COLABORAÇÃO</b>	21
1.1. A CUT: do sindicalismo de oposição ao sindicalismo propositivo	26
1.2. A CUT e o Governo Lula: a opção neoliberal	32
<b>CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO SINDICAL CUTISTA</b>	46
2.1. A CUT: da formação sindical a formação profissional para “empregabilidade”	50
2.2. A educação profissional no âmbito do PLANFOR e o fetiche da <i>empregabilidade</i>	58
2.3. A CUT: do PLANFOR ao PNQ: o que muda?	65
<b>CAPITULO 3 – A PARTICIPAÇÃO DA CUT/CEARÁ NA EXECUÇÃO DO PNQ/PLANTEQ - 2003</b>	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	85
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	93

## INTRODUÇÃO

As mudanças que vêm ocorrendo na pragmática da Central Única dos Trabalhadores (CUT), inclusive no que se refere à formação sindical a partir dos anos 90, têm se constituído em objeto de estudo de pesquisadores e educadores contemporâneos preocupados com as implicações que a metamorfose da prática sindical cutista tem para o encaminhamento das lutas sociais no País.

O presente estudo insere-se na linha de pesquisa **Trabalho e Educação**, vinculada ao eixo **Teoria Social e Política Educacional** do programa de **Pós-Graduação em Educação da UFC**, e tem como objeto geral a inserção da CUT na Política Nacional de Formação Profissional, tomando mais especificamente a participação dessa Central no Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional (PNQ) no período que corresponde ao primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Se durante a década de 80 tivemos no País uma intensa mobilização das organizações da classe trabalhadora que colocava na ordem do dia a necessidade do confronto e da superação com o capital, vivemos, hoje, uma situação bastante difícil para os trabalhadores com a incorporação da maior Central sindical do País e do PT ao campo da hegemonia burguesa.

Na década de 80, a prática sindical edificada pela CUT se caracterizava por uma ação sindical combativa e de confronto. Nos primeiros anos de vigência do *Novo Sindicalismo*, a formação sindical buscava se constituir sob uma perspectiva classista e anticapitalista, com vista a oferecer as suas bases um aporte teórico-político capaz de municiá-las não só para a luta estritamente sindical, mas, sobretudo, para o confronto de classes (TUMOLO, 2002).

A partir de uma revisão teórico-bibliográfica, pretendemos recompor o conjunto de fatores objetivos e subjetivos que estão na base das profundas mudanças na pragmática da CUT e no rumo da política de formação desde os anos 90, buscando esclarecer o que leva a Central a se afastar da tarefa da formação política, do objetivo primordial da formação da consciência de

classe e da organização das massas, para centralizar seus esforços na formação profissional para *a empregabilidade*.

A CUT, que até então criticara veementemente e se recusara a realizar atividades desse gênero, por considerá-las fruto da herança da estrutura assistencialista do sindicalismo oficial, decide, a partir das posições assumidas no V Congresso Nacional (1994), seguidas das posições firmadas em sua 7ª Plenária, em 1995, participar das atividades de formação profissional propostas no PLANFOR financiadas com recursos do FAT. Desde então, os cursos de reciclagem profissional passaram a ocupar as energias da secretaria de formação sindical da Central.

Faz-se necessário deixar claro que o nascedouro do chamado “sindicalismo propositivo” no interior da CUT tem como marco inicial a IV Planária Nacional (1990), seguido das Resoluções aprovadas no IV Congresso Nacional (1991). A partir desses encontros decisórios, a direção da Central implanta a nova estratégia. Seguindo as novas concepções e estratégia, os dirigentes passam a apresentar e negociar em fóruns que reúnem os sindicalistas, o governo e o empresariado, propostas alternativas para os mais variados problemas do País.

Em matéria de política educacional, esta Central passa não apenas a priorizar, dentre outras dimensões, a questão da formação profissional dos trabalhadores, mas o que é mais grave, participar ativamente da execução da política oficial de qualificação profissional do Ministério do Trabalho, uma política de Governo orquestrada pelos interesses dos grandes organismos internacionais e nefastas aos interesses históricos dos trabalhadores no campo da educação. A partir da segunda metade dos anos 90, incentivadas pela proposta de *Educação Profissional* da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho (Sefor/MTb), que possibilita a aplicação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com vista a treinar a força de trabalho para o mercado de trabalho, as organizações sindicais tornaram-se instâncias de execução de cursos de qualificação profissional.

Concordamos que a novidade nas mudanças de rumo da política de formação sindical da Central nos anos 90 não é o fato de assumir a formação profissional dos trabalhadores, que é perfeitamente legítimo, em determinadas conjunturas, que uma central sindical, ainda que não seja este o seu papel fundamental, possa tomar como tarefa promover a educação/formação profissional sem prejuízo de suas bandeiras de lutas e princípios

fundamentais (MENEZES, 2001). O que para nós configura-se como o elemento “novo” e nada desprezível, nos primeiros anos desde século, no campo da luta pela educação é, sem dúvida, a postura de cumplicidade assumida pelo núcleo dominante da CUT de alinhamento em relação à política de educação do atual Governo brasileiro, explicitamente neoliberal, uma política orquestrada pelos organismos financeiros internacionais e que não apenas objetiva consolidar a dependência científica e tecnológica do País, mas que, sobretudo, é especialmente nefasta aos trabalhadores pelo que agrava a já existente dualidade entre educação geral e formação profissional. Tudo parece indicar que a velha bandeira da educação unitária e politécnica está sendo radicalmente soterrada pelo próprio movimento sindical.

Embora a história do movimento organizativo dos trabalhadores brasileiros, como pretendemos demonstrar, registre iniciativas de formação escolar básica ou profissionalizante promovidas e executadas por entidades dos movimentos sindical e popular, a postura assumida pela CUT de adesão à política oficial de formação profissional do Governo brasileiro, que se inicia com o PLANFOR no Governo Fernando Henrique Cardoso e se mantém no Governo Lula na execução do PNQ, é um fato realmente novo na prática da Central e que demanda uma avaliação rigorosa e crítica.

Sem desconsiderar o peso das determinações macro-estruturais sobre o movimento sindical cutista, pretendemos advogar a seguinte tese: as mudanças estratégicas adotadas pela Central na política de formação sindical se devem fundamentalmente à orientação político-ideológica da corrente hegemônica dos seus dirigentes e que está expressa na crise que atinge as forças de esquerda nos últimos trinta anos.

Se aqui questionamos apenas a participação do sindicalismo cutista na política oficial de formação profissional e não abordamos com profundidade a questão da formação profissional do trabalhador, não é por considerá-la sem a menor importância, mas porque se trata da implementação pelo movimento sindical cutista de uma política de corte neoliberal, inteiramente nefasta ao direito do trabalhador a uma educação de qualidade, *unitária e politécnica*.

A Formação Profissional, até aqui monopolizado pelas agências formadoras do empresariado, é um direito do trabalhador e é legítima a luta sindical para tê-la sob o seu

controle. A compreensão alcançada de que a educação /formação profissional está relacionada ao projeto histórico de sociedade e que se constitui em objeto de disputa entre as classes sociais, nos leva a questionar desde as estratégias adotadas, a negociação *tripartite*<sup>1</sup>, como o horizonte da formação sindical, a democracia, a cidadania e a empregabilidade, que de fato, têm constituído pontos de consenso entre capital e trabalho no campo educacional.

Contudo a presente pesquisa pretende se somar aos que vêm desvelando o caráter ideológico do discurso que confere centralidade<sup>2</sup> à educação e à qualificação profissional no presente contexto e que tem forte influência sobre os trabalhadores levando-os a incorporar a responsabilidade individual pelo seu desemprego. O referido discurso emanado dos organismos multilaterais<sup>3</sup>, especialmente do Banco Mundial, ao mesmo tempo, que desvia a discussão da lógica destrutiva do sistema amenizando os conflitos sob a promessa da *empregabilidade* para os que se qualificarem, abre ainda as portas para os empresários do campo da educação.

A opção pela CUT se fez em função da importância que reconhecemos ter a referida Central na luta política dos trabalhadores, não somente no Brasil mas também na América Latina. A presente análise não pretende reforçar as análises que apostam na morte ou no desaparecimento da luta sindical. Intentamos, ao contrário, somar com os esforços que vêm sendo coletivamente realizados para reerguer dos escombros as lutas sindicais fragilizadas no presente contexto quando as históricas centrais sindicais se deixam atrelar aos governos neoliberais e passam a defendê-los, e não os trabalhadores.

O interesse pelo tema está relacionado, à nossa experiência de três anos, como bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), junto ao IMO, no qual ao longo desse período, participamos de um abrangente programa de investigação, do qual destacamos a pesquisa-avaliação sobre o Curso de Requalificação do Trabalhador Bancário (1998); a construção do

---

<sup>1</sup> Veja-se os resultados da negociação "*tripartite*" da Política de Formação Profissional no CET/CE. A Educação do trabalhador nos marcos do tripartismo (JIMENEZ, MENEZES e DAMIANI, 2002).

<sup>2</sup> Contrariamente às perspectivas teórico-metodológicas que identificam otimistamente uma tendência à elevação generalizada da qualificação dos trabalhadores a partir do desenvolvimento das condições técnicas do processo de trabalho, consideramos mais pertinente a análise de Antunes (2002b) que toma como base o processo de modernização da economia e das empresas nos diferentes países e regiões como heterogêneo e contraditório, sobretudo, o seu caráter restritivo, que descarta grande massa de trabalhadores, agora, desnecessários ao capital, defende que está em curso uma tendência *a polarização das qualificações*.

<sup>3</sup> Veja-se a este respeito a tese de doutorado de Roberto Leher sobre o papel do Banco Mundial (1998).

Perfil Sócio-político-ideológico da Liderança Sindical Cutista no Ceará, realizada a partir de levantamento junto aos delegados presentes nos VIII e IX Congressos Estaduais da CUT. A experiência junto ao Curso de Formação Política e Sindical promovido por este Instituto, destinado aos sindicalistas e estudantes da Universidade Estadual do Ceará (1999 a 2001) foi, igualmente digno de nota. Paralelamente a essas experiências, participamos em parceria com outra pesquisadora, como relatora de um dos módulos do Curso Integrar – Formação de Dirigentes da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT), o qual realizado em âmbito nacional, envolveu a educação escolar e a formação sindical. Na realização da monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais realizado junto à UECE, também resolvemos nos dedicarmos a um estudo avaliativo sobre a formação cutista, delimitado à execução prática do Curso Integrar no Estado do Ceará.

Tomamos, pois, como objeto de análise a inserção da CUT e, de forma mais específica, da CUT/Ceará na política de formação profissional levada a efeito no primeiro mandato do Governo do PT, por entender ser este período suficientemente rico de dados que confirmam/comprovam a direção conservadora do atual Governo o que torna mais grave a posição de apoio dos dirigentes dessa Central.

Como tem se posicionado a CUT, no momento em que a crise do capital impõe sérias conseqüências para a vida dos trabalhadores no Brasil? Qual o tratamento dado à questão da educação/formação profissional, quando lideranças da CUT ocupam posições estratégicas na definição das políticas públicas do atual Governo? O que se observa nas reformas empreendidas em relação à Política de Formação Profissional, as proclamadas novidades anunciadas pelo PNQ em relação ao PLANFOR? Quais as mudanças na política implementada pelo Governo do PT em relação ao Governo FHC no que se refere à política de formação profissional? Até que ponto o PNQ representa, em seus fundamentos e diretrizes, uma superação da lógica que presidiu o PLANFOR e dos limites vastamente evidenciados? Como avaliar a política de educação/formação profissional levada a efeito no Brasil nesta década pelo Governo do PT com o apoio da CUT? Como se situa no discurso e na prática da Central no atual contexto a luta em defesa da educação pública e gratuita? Estas são algumas das perguntas que nos fazemos ao iniciar a pesquisa e que tentamos responder neste trabalho.

A análise da entrevista com o Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará<sup>4</sup> além de auxiliar o estudo sistemático dos documentos oficiais da formação político-sindical da CUT, atrelada à política educacional do Governo Federal, veio corroborar a nossa hipótese inicial de que a CUT se distanciou completamente da defesa histórica dos trabalhadores no campo educacional cuja bandeira de luta tinha como eixo a escola unitária e uma educação preocupada “... com a elevação cultural e a formação do homem de visão ampla e complexa (...)” (NOSELLA, 1992, passim).

À luz do referencial teórico-metodológico indicado por Marx, pretendemos fazer uma análise crítica à inserção da CUT na execução e legitimação da Política Nacional de Formação do Governo Lula, que contrariamente às expectativas dos movimentos populares e do movimento sindical<sup>5</sup> que o elegeram, segue as mesmas orientações neoliberais do Governo que lhe antecedeu cujas nefastas conseqüências para os trabalhadores se fazem cada vez mais severas, especialmente no que diz respeito ao direito à educação.

Contrariamente a maré que afirma o esgotamento do vigor explicativo da teoria marxiana, pressuposto da centralidade ontológica do trabalho uma vez que não desapareceu a eterna necessidade do homem, em qualquer tipo de sociedade, advogamos a centralidade do trabalho enquanto *modelo de toda práxis*. A nossa persistência no referencial teórico marxiano se funda na convicção de que as profundas transformações ocorridas nos diversos campos da vida social neste último século, sobretudo no mundo do trabalho, só ilustram cada vez mais claramente a análise marxiana sobre as conseqüências do caráter alienado do trabalho, *a coisificação do homem que, de sujeito se converte em objeto do processo de produção da vida*.

Às análises que, equivocadamente tomam a crise do trabalho abstrato, a redução do emprego e a redução do operariado industrial como anúncios do fim da sociedade do trabalho e da classe trabalhadora, convém lembrar, com base em Antunes, que as inegáveis transformações por que tem passado o mundo do trabalho, com efetivas implicações objetivas e subjetivas

<sup>4</sup> A escolha do entrevistado deve-se prioritariamente por ele ser um membro vinculado à Diretoria Executiva da CUT/Ceará, na época da entrevista. Vele ressaltar que no momento da entrevista o Secretário se identificou como Secretário de Relações Sindicais e Sociais, porém em consulta no site [www.cutce.org](http://www.cutce.org) consta o cargo: Secretário Estadual de Formação.

<sup>5</sup> A eleição de Lula teve o apoio de 50 milhões votos e que contou com uma larga aliança de forças políticas incluindo partidos de esquerda, centro e de direita. O que será por nos analisada mais adiante.

para os trabalhadores, não apontam para o surgimento de uma nova sociabilidade, para um “novo tempo”<sup>6</sup>, que nada tem a ver com o passado, como se pretende afirmar, mas configuram necessidades prementes do desenvolvimento capitalista ao longo do seu desenvolvimento histórico e nesse exato momento de crise, uma tentativa de rearticular suas bases de ampliação do lucro, na sua fase de expansão imperialista.

As mudanças que pretensamente estariam na base do novo período histórico marcado pela “globalização” não alteram, a nosso ver, os fundamentos essenciais e as contradições do modo de produção capitalista, ao contrário, aprofunda a lógica perversa e destrutiva da sociabilidade regida pelo capital, levando ao extremo a radicalização do trabalho abstrato, ressuscitando, inclusive, formas *pré-diluvianas* de trabalho e exploração. Portanto, ao contrário dos que afirmam os teóricos do “pós-industrialismo”, que decretam o “fim do trabalho”, olhando apenas para a redução do emprego industrial<sup>7</sup> na estrutura ocupacional, com base nas análises de Antunes (1995) entendemos ser possível afirmar que a classe trabalhadora *fragmentou-se, complexificou-se, mas não desapareceu*.

Entendemos que a análise dos desafios enfrentados pelo movimento sindical deve considerar dialeticamente as bases objetivas e subjetivas presentes neste contexto marcado pela crise estrutural do capital. Se por um lado é indispensável analisar os efeitos desta crise para os trabalhadores e para a tarefa organizativa do sindicato tais como o desemprego estrutural, os contratos temporários ou o “emprego flexível”, a adoção de estratégias de envolvimento da subjetividade dos trabalhadores, entre outros, que certamente têm trazido sérias dificuldades para a sindicalização e para a implementação das lutas dos trabalhadores, do mesmo modo é necessário avaliar as condições subjetivas/político-ideológicas dominantes no movimento sindical cutista que dão o direcionamento as lutas dos trabalhadores face ao grave quadro.

Se os condicionantes de ordem objetiva não podem ser desconsiderados pelo peso que efetivamente têm, não cabe, a nosso ver, tomá-los, por si só, como justificativa para a

<sup>6</sup> Leher observa que *a ideologia da globalização desloca o objeto concreto da análise o modo de produção capitalista em seu desenvolvimento contraditório para o passado, em favor de um novo período, a globalização (...). Esse novo período, conforme o pensamento dominante fez eclodir novos movimentos sociais para os quais o trabalho social perdeu sua centralidade, em favor de novas identidades, valores e problemas. Revela o autor, oportunamente que, a oposição de um período ao outro é recorrente nas formulações que buscam legitimar as bases do sistema capitalista em momentos de crise* (2002, p.148).

<sup>7</sup> A referida análise ignora o caráter extremamente desigual que este fenômeno tem nos diferentes países e setores da produção e, sobretudo, que a destruição dos empregos industriais na periferia latino – americana resulta da adoção de uma política Itoliberal que promoveu a desindustrialização (FIORI, 2001, p. 16).

profunda mudança na pragmática e nas estratégias da CUT. É necessário evitar as análises voluntaristas e deterministas buscando os determinantes estruturais, as ideologias e os projetos históricos em jogo que se desenham e se mostram na definição dos rumos pela Central. Este é um enorme desafio com o qual aqui nos enfrentamos.

O primeiro capítulo enfatiza a crise estrutural do capital e os mecanismos adotados pela classe dominante para administrar a crise e para conter os conflitos, que vão desde as novas formas de organização e gestão do trabalho com base no envolvimento da subjetividade dos trabalhadores ao ataque as organizações sindicais, tão fundamentais na luta da classe trabalhadora pela conquista de direitos fundamentais hoje soterrados ou ameaçados pelo avanço do capital na sua feição neoliberal.

A CUT comparece como o foco da análise em seu posicionamento e relação com o Governo Federal e as Políticas de Formação Profissional. Para tanto, faz-se um recorte temporal que tem como início a criação da CUT, em 1983, a partir da composição de um colorário de correntes cuja força maior reside num sindicalismo de oposição que tem a primeira grande ruptura a partir do III CONCUT, em 1988. Após o referido evento, fica evidente o caráter dual da CUT, ou seja, CUT-Movimento e CUT-Organização. No Governo Lula, várias lideranças sindicais são cooptadas às diferentes instâncias político-administrativas e a CUT passa a ser confundida com o próprio Governo, visto que posições e práticas de oposição são radicalmente soterradas no âmbito da luta dos Direitos Trabalhistas e por uma Educação Pública e de qualidade.

No segundo capítulo, mediante a análise documental do PLANFOR (Governo FHC) e do PNQ (Governo Lula) fez-se um balanço das posturas e práticas da CUT revelando a cooptação desta Central Sindical pelo poder instituído no bojo de uma crise estrutural do capital e do sindicalismo em âmbito mundial. O caráter ideológico do discurso *fetichizado* da educação/formação, sob a noção de empregabilidade, está impregnado nos dois documentos analisados (PLANFOR e PNQ) e uma leitura acurada demonstra uma lógica que combina redução de investimentos na rede pública com ampliação da oferta de ensino em instituições privadas. Um exemplo disto é o PROUNI.

O terceiro capítulo foi construído tendo como referencial o princípio dialético que permite fazer inferências do todo pela análise da parte. Diante da impossibilidade de uma coleta de

dados em todas as unidades da federação, o Ceará foi tomado como a parte para o trabalho empírico acerca do PNQ/PLANTEQ em 2003. Para tanto, conjugou-se os seguintes elementos investigativos: entrevistas com três pessoas diretamente vinculadas à execução local do PNQ/PLANTEQ, e também com o responsável pela Secretaria de Formação Estadual da CUT-CE. Além disso, utilizou-se o Relatório de Avaliação Externa do PNQ/PLANTEQ -2003 elaborado pela equipe da UNITRABALHO/UFC.

Por fim, são apresentadas considerações sobre o objeto de estudo nas quais a CUT comparece cooptada pela lógica paritária de um projeto de Governo explicitamente comprometido com o grande capital e o ideário neoliberal. Espera-se que a interpretação da problemática formulada possa contribuir para a provocação de reflexões acerca da construção de um novo instrumento de luta intersindical em favor da independência e da combatividade do movimento sindical brasileiro.

## CAPÍTULO 1 – CRISE DO CAPITAL E A REDEFINIÇÃO DO SINDICALISMO CUTISTA: DA OPOSIÇÃO À COLABORAÇÃO

*Aos que hesitam*

**Bertolt Brecht.**

*Você diz: nossa causa vai mal.  
A escuridão aumenta. As forças diminuem.  
Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo  
Estamos em situação pior que no início.  
Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca.  
Sua força parece ter crescido.  
Ficou com a aparência de invencível.  
Mas nós cometemos erros, não há como negar.  
Nosso número se reduz. Nossas palavras de  
ordem estão em desordem.  
O inimigo distorceu muitas de nossas palavras até  
Ficarem irreconhecíveis.  
Daquilo que dissemos, o que é agora falso: tudo ou  
muita coisa?  
Com quem contamos ainda?*

O sistema capitalista, ao alvorecer dos anos 1970, começa a dar sinais de uma profunda crise exigindo um processo de reorganização das suas bases econômicas e político-ideológicas. A imposição do neoliberalismo no âmbito da economia mundial, a substituição do modo de regulação Keynesiano<sup>8</sup>, a grave retirada de direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores resulta, de um lado, da crise do capital e, de outro, da crise ideológica que se abate sobre as forças de esquerda em função do desmoronamento das experiências socialistas a partir da qual se passou a propagar no meio acadêmico-político e sindical a idéia do fim do socialismo.

Vale destacar com base em Alves (1996, p. 122) que,

a síntese política da reação histórica contemporânea é o neoliberalismo, que é a ofensiva do capital adequada ao período histórico da classe trabalhadora debilitada. É o resultado, portanto de uma derrota política de espectro mundial, da classe operária nos principais países capitalistas centrais (Itália, França, Grã Bretanha, Japão e EUA), a partir dos anos 70, e que se incrementou nos anos 80, mas que possui como catalizador estrutural o que denominamos de ofensiva do capital na produção, um

<sup>8</sup> O Estado de Bem-Estar-Social constituiu-se a alternativa histórica encontrada pelo capital para combater a força e a legitimidade das lutas socialistas. Enfraquecido o movimento operário e a luta socialista o grande capital não hesitou em retomar as velhas práticas de exploração e opressão.

processo de desconstrução da classe, através do desemprego ou da fragmentação do coletivo dos trabalhadores assalariados.

A crise do taylorismo/fordismo associada ao enfraquecimento da organização e luta dos trabalhadores criaram as condições para a reorganização das forças conservadoras. Essa reorganização da base produtiva para repor os níveis de produtividade/lucratividade compreende a um conjunto de transformações animadas pela adoção de novas tecnologias e pela reorganização seja das cadeias produtivas, seja das formas de organização e gestão do trabalho nas empresas, configurando o que a literatura denomina *de produção flexível*.

Para a adoção do novo modelo, que exige a “flexibilização” do trabalho e desregulamentação dos direitos durante conquistados pelos trabalhadores, face à crise estrutural do capital torna-se imperativo a destruição dos organismos sindicais e a cooptação dos trabalhadores pelas empresas<sup>9</sup> para que os capitalistas estruturem e implementem diversos mecanismos combinando, como sempre o fez, a ideologia e a repressão.

Com efeito, o sistema capitalista, introduz modificações que vão da reestruturação produtiva, com base na incorporação de novas tecnologias, à redefinição do papel do Estado e à reestruturação do sistema educacional. Tais modificações implementadas pelo capital têm como objetivo central a tentativa de aprimoramento do processo produtivo garantindo a retomada da taxa de lucro via maior taxa de exploração (mais-valia), trazendo conseqüências diretas sobre a materialidade e a subjetividade da *classe trabalhadora*, como bem destaca Antunes (2002a).

Cabe observar que a processualidade imposta pela atual crise do capitalismo é complexa e multiforme, materializando-se de forma diferenciada em cada parte do planeta em razão dos diferentes elementos econômicos, político e culturais e, sobretudo da força da resistência organizada da classe trabalhadora. Ao se traçar um diagnóstico crítico das conseqüências danosas que atingem simultaneamente a materialidade e a subjetividade da classe trabalhadora, de forma particular as organizações dos trabalhadores, nas quais as centrais sindicais e os sindicatos são expressões, faz-se necessário atentar para o fato de que o universo sindical brasileiro está inserido em um contexto econômico, social, político e

---

<sup>9</sup>As formas de cooptação inter-subjetivas características dos novos modelos produtivos não diz respeito somente à aquisição de novas competências técnicas ou de novas atitudes, mas contém uma dimensão simbólico-ideológica de convencimento/adaptação às mudanças dos novos modelos produtivos.

cultural particular. Embora determinado pela dinâmica metabólica do sistema capitalista mundializado,

... tem singularidades que, uma vez apreendidas, possibilitam resgatar aquilo que é típico desse canto do mundo e desse modo reter a sua particularidade. Trata-se, portanto, de uma globalidade desigualmente combinada, que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados (idem, ibidem, p. 153).

A América Latina vivenciou, no contexto dos anos 1980, um conjunto de ajustes macroeconômicos promovidos com base nas diretrizes do Consenso de Washington<sup>10</sup>. Se na década de 1980 efetivou-se uma grande onda de contra-reformas neoliberais nesta parte do mundo, com inúmeros países seguindo o exemplo do Chile (1976) e da Argentina (1989), no Brasil, como observa Boito Jr. (1999), as condições políticas de então, a criação da CUT e do PT, representaram um acúmulo de forças que retardou e obstaculizou a implementação das políticas neoliberais no País até meados da década de 1990. Embora o programa de reformas preconizado pelo Consenso de Washington tenha sido adotado no Brasil no início da década de 90, a partir da eleição de Collor, este processo, em virtude do conturbado período que culminou com o *impeachment* do referido presidente<sup>11</sup>, foi retardado e retomado com todo o fôlego pelo presidente Fernando Henrique Cardoso<sup>12</sup>.

Durante os oito anos de mandato de FHC<sup>13</sup> implementou-se um conjunto de reformas, restrições orçamentárias que afetou sensivelmente a área social. No campo educacional, por exemplo, efetivou-se a Reforma do Ensino Médio e Profissionalizante.

<sup>10</sup> Reunião realizada em Washington para debater os problemas da América Latina e que contou com a participação de economistas latino americanos e representantes do grande capital financeiro (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional). O conjunto de reformas preconizado e a ser implementada pelos Governos da região deveriam buscar o “equilíbrio orçamentário”, mediante a redução dos gastos públicos” assegurando como prioridade o pagamento da dívida externa.

<sup>11</sup> No Governo Itamar Franco ocorreu o programa de privatizações de empresas importantes como da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Aço Minas Gerais (Açominas) e da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), além de subsidiárias da Petrobras.

<sup>12</sup> Apesar da redução da taxa de inflação, meta prioritária da sua proposta de Governo, a economia brasileira cresceu de forma medíocre, o desemprego atingiu níveis recordes, a massa salarial diminuiu, os salários reais caíram e a dívida interna atingiu 56% do PIB. Agravou-se a crise social com a precarização das relações de trabalho das vidas dos trabalhadores do campo e da cidade, ao mesmo tempo, que se deu a crescente concentração da renda e da riqueza no País.

<sup>13</sup> Com a Reforma do ensino médio e profissional posta em prática na segunda metade da década de 90, o MEC passa a canalizar os seus esforços para a prioridade do governo que seguindo as orientações do BM confere ênfase ao ensino fundamental, passando a assumir uma ação supletiva nos demais sistemas de ensino o que ocasiona a deteriorização da Rede Federal de Educação Tecnológica e das Universidades mantidas pelo MEC que, consideradas de alto custo, passam a ser empurradas para a busca de auto financiamento.

Com esta Reforma, posta em prática na segunda metade da década de 90, o MEC passa a canalizar os seus esforços para a prioridade do Governo que seguindo as orientações do BM confere ênfase ao ensino fundamental, passando a assumir uma ação supletiva nos demais sistemas de ensino o que ocasiona a deteriorização da Rede Federal de Educação Tecnológica e das Universidades mantidas pelo MEC que, consideradas de alto custo, passam a ser empurradas para a busca de autofinanciamento.

Estabeleceu-se também uma rígida disciplina fiscal para a obtenção do *superávit* primário com o objetivo de cumprir o pagamento com os credores internacionais, bem como abriu-se o mercado ao capital estrangeiro, política que, diga-se de passagem, irá ter efetiva continuidade no Governo Lula da Silva.

A partir dos anos 1990, os Governos identificados com o projeto neoliberal se encarregam de executar a privatização de serviços públicos; diminuir a participação do Estado na regulação do mercado; restringir e cortar direitos sociais; desqualificar as centrais combativas e desarticular os movimentos sociais de massa.

Na virada dos anos 1980 para os anos 1990, à medida que se acirram as tendências nefastas no plano econômico e político implementadas pelo Estado brasileiro, sob o ideário do neoliberalismo, com vista a dotar o capital do instrumento necessário para recompor as taxas de acumulação do capital, o nosso sindicalismo passa “... a assumir uma ação cada vez mais *defensiva*, cada vez mais atada à *imediatez*, à *contingência* regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital” (ANTUNES, 2002b, p. 150, grifos do autor).

Dentre as conseqüências vividas pelo movimento sindical na presente crise do capitalismo, destacam-se a redução do número de greves e a diminuição das taxas de sindicalização, o que permite afirmar que

... o movimento sindical encontra-se numa crise de proporções nunca vistas, atingindo com intensidade, na década de 1980, o sindicalismo nos países avançados e que, na viragem de 1980 para 1990, atingiu diretamente os países subordinados, especialmente aqueles dotados de um parque produtivo relevante, como é o caso do Brasil (idem, ibidem, p. 152).

De fato, em meio à ofensiva neoliberal, associada à crise dos sindicatos no âmbito internacional, ao desmoronamento do chamado *socialismo real*, aos aspectos mais propriamente internos de estruturação do sindicalismo brasileiro, sob o prisma institucional, associando-se, ainda, à criação da Força Sindical em 1991, começa a ganhar força no interior da principal referência sindical do País, a CUT,

... uma postura de abandono de concepção socialista e anticapitalista, em nome de uma **acomodação dentro da Ordem**. O culto da negociação, das câmaras setoriais, do programa econômico para **gerir pelo capital** a sua crise, tudo isso está inserido num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo **ideário** e pela **prática** social-democráticas. Trata-se de uma crescente definição política e ideológica no interior do movimento sindical brasileiro. É uma postura cada vez **menos** respaldada numa **política de classe**. E cada vez **mais** numa política para o **conjunto** do país, o 'país **integrado do capital e do trabalho**' (idem, *ibidem.*, p.p. 154-155, grifos do autor).

Nesse sentido, a CUT, conduzida pela corrente hegemônica, Articulação Sindical<sup>14</sup>, passa a abandonar de maneira gradativa a já limitada plataforma política de cunho anticapitalista<sup>15</sup>, expressão do sindicalismo de classe dos anos 1980, por uma ação cada vez conciliadora e negociadora com o patronato.

Sem considerar as condições adversas ao momento sindical no Brasil, agravadas ao longo das últimas décadas, entendemos ser necessário questionar os rumos e as estratégias adotadas pela CUT que resultaram num claro *recuo do sindicalismo, com a adoção de uma linha de ação defensiva* (BOITO Jr., p. 142). Se a mudança da conjuntura impunha, de fato, uma linha defensiva, como bem observa o autor, não impunha a adoção do sindicalismo propositivo, nem a conciliação com a política neoliberal como se observa desde então.

<sup>14</sup> Segundo Boito Jr, as concepções políticas da Articulação Sindical são marcadas " *por uma visão reformista do capitalismo, pela rejeição do marxismo e da esquerda organizada e, (...), pela combatividade na luta reivindicativa* (1999, p. 210).

<sup>15</sup> A ação combativa da CUT, durante os anos 1980, se expressava como nos relembra o autor, em suas bandeiras palavras de ordem contra o pagamento da dívida externa, a privatização das estatais e dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo. Além disso, no plano de luta "... *organizou campanhas, no âmbito nacional e internacional, pelo não pagamento da dívida externa e interveio ativamente a favor da reforma agrária na elaboração da Constituição de 1988. Ademais, nas greves gerais nacionais de protesto que organizou, ao longo da década de 80, contra a política econômica do governo, a CUT propagandeou e agitou sua plataforma de transformações econômicas e sociais*" (BOITO Jr., *ibidem.*, p. 86).

## 1.1. A CUT: DO SINDICALISMO DE OPOSIÇÃO AO SINDICALISMO PROPOSITIVO

Com o acirramento das contradições econômicas e políticas do Regime Militar, em andamento desde o início dos anos 1970, reinicia-se, então, como fruto da resistência política e da luta econômica imediata, uma nova fase do movimento sindical brasileiro. A partir dos anos 1980, as forças do Trabalho conseguem, depois de anos de luta, aglutinar diferentes tendências do mundo sindical em torno de um dos maiores e mais importantes eventos políticos da história do movimento operário-sindical no Brasil: a intensa atividade grevista na região do ABC paulista - pólo avançado da indústria brasileira - do qual irá emergir “... aquilo que se convencionou denominar ‘novo sindicalismo’ que, embora guarde alguns aspectos de continuidade com o velho sindicalismo (pré-64), tem muitos mais elementos de descontinuidade, de novidade (...)” (TUMOLO, 2002, p.112). É justamente em torno do novo sindicalismo e de outras forças do movimento organizado dos trabalhadores que se ergue, em agosto de 1983, a Central Única dos trabalhadores (CUT).

A partir da realização da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (1ª CONCLAT), em 1981, na qual estiveram presentes mais de 5 mil delegados sindicais e de base, representantes de 1.091 entidades sindicais ligadas aos assalariados da cidade e do campo, operários fabris e assalariados médios, funcionários públicos e despossuídos da terra, a classe trabalhadora deu “... um passo efetivo para a criação da Central Única dos Trabalhadores (...)” (ANTUNES, 2003, p. 68). Com base nos estudos de Antunes (1995), pode-se inferir que a CUT nasce como fruto da articulação entre várias correntes e individualidades que atuavam no movimento social e sindical:

Aglutinou-se desde o sindicalismo independente, isto é, sem militância política anterior e sem uma convicção ideológica consolidada (...) à qual se somaram amplos contingentes da esquerda católica, sob o influxo da Teologia da Libertação e da opção preferencial pelos pobres. Aglutinou-se também tendências socialistas e comunistas várias, dissidentes da esquerda tradicional ou vinculadas às postulações de Trotsky. Era um ideário diverso, multifacetado dentro das esquerdas, mas com um ponto básico convergente: estruturar uma central sindical de âmbito nacional capaz de constituir-se um instrumento decisivo para a ação do trabalho em nosso país (ANTUNES, 1995, p. 30).

As diferenças e divergências internas só ganharão força e se manifestarão de forma mais nítida no II CONCUR, em 1986, como veremos a seguir.

A CUT nascia de uma espécie de amálgama entre o *novo sindicalismo*, as *oposições sindicais*, e o *sindicalismo rural* e buscava teimosamente crescer e se consolidar num dos principais instrumentos de organização e luta da classe trabalhadora ao longo dos anos 80. Orientada em seus primórdios pela defesa de um sindicalismo *classista*, de base, autônomo e independente do Estado, essa Central, “... *pautada pelo objetivo de acirrar o conflito de classes e de preparar os trabalhadores para a luta (...)*,” (TUMOLO, *ibidem*, p. 115 *apud* RODRIGUES L.M. 1990, p. 13), combateu a política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária herdeira do pós-64. Além disso, organizou inúmeras mobilizações de protestos contra a ditadura militar; contribuiu, sobremaneira, para a ampliação de direitos sociais na Constituição de 1988; colaborou com a criação do Partido dos Trabalhadores e esteve presente, também, no movimento de *impeachment* do Presidente Collor de Melo. Sob a postura ideológica de não conciliação de classes e de busca de um caminho anticapitalista, a CUT foi se definindo cada vez mais como porta-voz da luta contra o peleguismo, o Estado e o capitalismo.

Embora desde o nascimento da CUT já se esboçasse a luta político-ideológica entre “diferentes concepções”, resultado de inúmeras práticas sindicais, que se consubstanciam em projetos estratégicos diferenciados, no que se refere à definição dos rumos da Central, a época que antecede o II CONCUR (1986) será marcada pela formalização das diferentes tendências internas. Fato que, segundo Tumolo, “... *provoca mudanças profundas no ambiente cutista* (2002, p. 157). A partir desse Congresso, saíram estruturadas duas tendências político-ideológicas da CUT: “a ‘*Articulação Sindical*’, que se deu este nome pouco depois, e a ‘*CUT Pela Base*’ que já estava usando esse nome desde os Congressos Estaduais que antecederam esse II CONCUR” (*idem*, *ibidem*, p. 116).

A Articulação Sindical, corrente majoritária, desde então, dentro da CUT, apregoa ações voltadas para a obtenção de vantagens econômicas e de reformas sociais e políticas no interior da economia de mercado e tende a fazer da CUT uma central de organização sindical burocratizada (CUT - organização); a segunda – independentemente de suas diferenciações

internas –, ao contrário, tende a valorizar um sindicalismo de contestação, visualiza a CUT como uma central de luta contra o sistema capitalista (CUT - movimento).

Se até então a CUT se definia como uma Central *classista* e *anticapitalista*, isto é, que recusava o pacto entre *capital x trabalho*, elemento que, inclusive, a caracterizava e a diferenciava das demais centrais, a partir do III CONCUR (1988) desemboca um intenso debate sobre uma nova direção política para a Central, advogando a tendência majoritária da CUT, desde então, a necessidade de superar o caráter reivindicativo e a adoção de estratégias propositivas/negociadoras com o capital, encaminhando simultaneamente proposta de reforma organizativa, que, sob a alegativa da necessidade de tornar mais ágeis as decisões, pretendia, de fato, cercear a participação do grande número de delegados de base nos congressos nacionais da entidade.

Conforme nos apontam diversos estudos, o III Congresso constitui-se, de fato, em um dos marcos mais importantes que simbolizam o fim da fase mais *movimentista, libertária, socialista e conflitiva* da CUT e, ao mesmo tempo, marca o início da CUT *do sim* dos anos 1990. A partir desse evento, “*fecha-se um ciclo na vida da CUT*”<sup>16</sup>.

Faz-se necessário lembrar que a adoção do “sindicalismo propositivo” pela corrente hegemônica da CUT tem como marco inicial a IV Planária Nacional (1990) em Belo Horizonte. A partir deste evento, a Articulação Sindical lançou e aprovou a idéia de substituir “o sindicalismo defensivo” dos anos 1980 pelo denominado “sindicalismo propositivo”. Tal postura foi consagrada na IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo, em setembro de 1991.

Foi com a presença de apenas 1.554 delegados – resultado das alterações estatutárias aprovadas no III CONCUR (1988) – e em meio às transformações estruturais (sociais e econômicas) e superestruturais (políticas-ideológicas) dos anos 1990, que as resoluções firmadas no IV CONCUR (1991), apesar da presença da oposição, capitaneada pela CUT

<sup>16</sup> É importante que se registre que [é] desse Congresso, que a tendência majoritária, Articulação Sindical, conseguir aprovar alterações no Estatuto da CUT no que se refere aos critérios de escolha e participação dos delegados sindicais e de base nos eventos a serem realizados posteriormente. Ademais, é necessário deixar claro que a luta intestina que se travou à respeito das mudanças no estatuto “... *tiveram também um segundo objetivo não tão explícito: diminuir, na medida do possível, a força que porventura a esquerda mais radical pudesse ter, a partir de decisões, em última instância, administrativa (...)*” (TUMOLO, *ibidem*, p. 119 *apud* RODRIGUES I.J., 1993, p. 119-20, grifos do autor).

*Pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista*, a direção majoritária da CUT passa a definir os rumos da ação sindical seduzida com *a possibilidade das classes trabalhadoras influírem mais decididamente na esfera política (...)*" (TUMOLO, 2002, p. 120).

A partir desse evento, inicia-se, de fato, um processo de

... implantação da CUT enquanto estrutura verticalizada, administrativa, enfim, como uma **organização complexa** e, nesse sentido, **burocrática**. (...) Abria-se, (...), um novo patamar, onde a construção de um amplo **aparelho administrativo, institucional**, se colocava na ordem do dia. E, em consonância como o processo de democratização do país, setores ponderáveis do sindicalismo – CUT começavam a vislumbrar a possibilidade das classes trabalhadoras influírem mais decididamente na esfera política e, para isso, era necessário deixarem de dizer apenas **não** e também indicarem soluções para os problemas sociais, políticos e econômicos que o país atravessava (idem, ibidem, p. 120 apud idem, ibidem, p.p. 119-20, grifos do autor).

Assim sendo, é possível afirmar que a partir das posições assumidas no IV CONCUR, o núcleo dirigente na CUT, diante da conjuntura extremamente difícil dos anos 1990 para o movimento sindical brasileiro<sup>17</sup>, passa a adotar uma estratégia de negociação com o capital, apostando num *sindicalismo de 'concentração social'*.

Todavia, se o III CONCUR (1988), simbolicamente, significa "*o fim da fase heróica de construção da CUT e tudo o que ela representa para uma parte da militância cutista (...)*" (idem, ibidem, p. 120 apud idem, ibidem, p.p. 119-20, grifos do autor), o IV CONCUR (1991) representa, sem sombra de dúvida, o divisor político-institucional da passagem de um sindicalismo classista, de base, autônomo e independente do Estado para um sindicalismo que, nas palavras de Boito Jr., "*faz concessões à ideologia e à política neoliberal*".

<sup>17</sup> Os bastidores dos anos 90, agregando-se as transformações econômicas, particularmente aquelas que dizem respeito à conformação da nova ordem mundial do novo padrão de acumulação de capital e o decorrente processo de reestruturação produtiva, a elementos de ordem política como as duas derrotas eleitorais de Lula para a Presidência da República, notadamente aquela de 1989, a derrocada do chamado socialismo real, o fracasso da experiência revolucionária sandinista, a um conjunto de outros elementos internos, que dizem respeito à própria trajetória da CUT, dentre os quais destacam-se: processo de burocratização, disputa com outras centrais sindicais brasileiras, principalmente a Força Sindical, relações e filiação com a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), permanência dos pilares da estrutura sindical oficial, redesenho da estratégia que se expressa na participação nas câmaras setoriais e na diminuição da ação sindical grevista, constituem-se como elementos determinantes para explicar a consagração de uma estratégia política que prima por uma perspectiva contrária ao sindicalismo dos anos 80 (TUMOLO, ibidem).

Segundo o mesmo autor, nesse Congresso, embora a direção nacional tenha

... mantido, no geral, as palavras de ordem já consagradas nos anos 80 – não-pagamento da dívida externa, reforma agrária, luta contra as privatizações, etc. – introduziu uma novidade importante nas suas resoluções: a decisão segundo a qual a CUT deveria, a partir de então, passar a apresentar ‘propostas para as políticas de abrangência nacional’ (política econômica, industrial, habitação, de saúde, previdência, agrícola, energética, educacional, etc.) (...) (BOITO Jr., 1999, p. 143).

De fato, as deliberações firmadas em sua 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> Plenárias Nacionais, que ocorreram em 1992 e 1993, seguidas das posições assumidas no V CONCURTO (1994), reafirmam no quadro de suas resoluções a opção política da tendência dirigente em se sentar à “mesa de negociação” com segmentos empresariais e do governo para elaborar políticas públicas para os mais diversos problemas do País como, por exemplo, emprego e renda; habitação; previdência; saúde e educação.

Na seqüência, as *Resoluções* que compõem a 7<sup>a</sup> Plenária (1995) não apenas reafirmam, mas põem em prática a opção política segundo a qual os representantes dos trabalhadores devem participar dos fóruns institucionais de elaboração e gestão dos fundos públicos e das políticas públicas de abrangência nacional.

Baseada na nova estratégia, a essência do pensamento da CUT sobre a questão da formação profissional seguiu no sentido de garantir uma intervenção mais explícita da Central na área educacional *estricto senso*. Dito de outro modo, a partir da 7<sup>a</sup> Plenária, a CUT decide participar como agente proponente de políticas públicas de formação profissional. Na perspectiva de construção de alternativas ao capitalismo, a 8<sup>a</sup> Plenária (1996) “... reafirma as resoluções aprovadas na 7<sup>a</sup> Plenária Nacional, por considerá-las corretas quanto à concepção, ao diagnóstico e à apresentação de soluções sobre a questão da formação profissional (MANFREDI, 1997, p. 131). Não obstante, o envolvimento prático da CUT, por meio da implementação de alguns projetos em andamento no campo da formação profissional com recursos públicos, o núcleo dirigente propõe que o VI Congresso (1997)

... avance no sentido de garantir uma intervenção mais clara na área da educação profissional, seja na criação e consolidação dos Centros Públicos de Ensino Profissional, no desenvolvimento de uma estratégia nacional no âmbito da PNF (Política Nacional de Formação da CUT), no estímulo aos sindicatos filiados a considerar esse tema como uma questão importante da

ação sindical, ou no aprimoramento da participação nos fóruns institucionais (idem, ibidem).

Ademais, na esteira da análise de Nascimento (2003) acerca do projeto político da CUT de formação profissional, consideramos que os fóruns e congressos posteriores à realização do V CONCURT “... apenas atualizaram as formulações existentes (...)”. Por exemplo, o documento que compõe as *Resoluções* da 9ª Plenária Nacional (1999), ao apontar como

... imperativo para a PNF/CUT o desafio de avançar nas reflexões, formulações e implementações de estratégias formativas que articulem as dimensões da formação sindical – formação profissional e educação formal, dada sua compreensão de que no processo de disputa de hegemonia na sociedade contemporânea insere-se a necessidade de construção de novas práticas políticas-pedagógicas que capacitem os trabalhadores para além da exigências de competitividade imposta pelo mercado (...) (p. 56-57),

vem reforçar, cada vez mais, a decisão da corrente majoritária segundo a qual a CUT deve participar ativamente nos fóruns “*tripartites*” de elaboração, gestão e execução de estratégias políticas que atuam, no fundo, como mecanismos “compensatórios” do crescimento do desemprego e da miséria de milhões de trabalhadores no Brasil. A 10ª Plenária (2002) “... reafirma as resoluções expressas na 9ª Plenária, relativas à concepção e princípios que regem a atuação da CUT no campo da educação e formação profissional (...)” (NASCIMENTO, ibidem, p. 66).

Vale observar que no 8º CONCURT, a CUT se propõe avançar no sentido de intervir no

... processo de disputa pela recuperação do papel do Estado como promotor do desenvolvimento; por **políticas públicas de inclusão social e promoção da cidadania**, sobretudo no campo da geração de trabalho, emprego e renda, bem como para que as Reformas propostas pelo Governo não representem perdas de direitos e ameaças para a liberdade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras (SNF/CUT, 2004, p. 4, grifo nosso).

Como desdobramento da postura ideológica da corrente dirigente da CUT, de buscar construir alternativas por dentro do capitalismo, as *Resoluções* inscritas no 8º CONCURT, no que se refere à questão da formação dos trabalhadores, apontam para a “*premente necessidade de se articular*”, cada vez mais, nos espaços oficiais da formação, a ação sindical em “*defesa da democracia, da cidadania e da conquista de uma sociedade mais justa e igualitária*” a “*uma intervenção propositiva qualificada*” dos dirigentes e militantes

“... nos distintos espaços públicos e privados (...)” de elaboração, gestão e execução “... por uma política clara de inclusão dos milhões de brasileiros no direito à educação” (SNF/CUT, 2004, p. p. 04-06).

## 1.2. A CUT E O GOVERNO LULA: A OPÇÃO NEOLIBERAL

Se a partir da década de 90, a CUT já começava a apresentar sinais de enfraquecimento e moderação nas suas estratégias de luta e de relaxamento dos seus princípios, com a ascensão de Lula da Silva à Presidência da República em 2002, a CUT de moderada, aprofundou sua postura de colaboração e de submissão ao Governo Federal, que apesar de assumido por um ex-operário da base do Partido dos Trabalhadores (PT), não somente dá prosseguimento como aprofunda a política macroeconômica dos Governos anteriores, obedecendo à risca os compromissos assumidos com os organismos multilaterais em favor do pagamento da dívida externa.

A cooptação da CUT como um braço do Governo Lula da Silva é visível quando observamos a quantidade de ex-dirigentes cutistas que integram o Governo assumindo cargos nos “primeiros e segundos escalões”<sup>18</sup>. A respeito da orgânica integração entre a CUT e o Governo do PT, Coggiola (2004, p. 160-161) observava já em 2004: “... *que nada mais nada menos que 11 dos ministros de Lula têm sua origem na CUT, além de outros 66 ex-sindicalistas cutistas que ocupam funções ‘no primeiro escalão’ do governo (...).*” As mudanças nesse quadro, ocorridas ao longo dos anos, não abalaram significativamente a relação das direções cutistas com Lula, que, em 12 julho de 2005, alçou Luís Marinho, da presidência da CUT, ao cargo de Ministro do Trabalho.

O comprometimento da Central com o Governo do PT já é claro no decorrer da campanha eleitoral de 2002, quando apóia a candidatura<sup>19</sup> com base nas alianças feitas pelo PT e do seu

<sup>18</sup> Luis Gushiken, ex-ministro chefe da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República, Jair Meneguelli e Vicentinho, que, eleitos deputados federais, dentre outros passaram a ser grandes defensores da base governista no Congresso Nacional.

<sup>19</sup> Em entrevista concedida a Lima (2004a, p. 61), Luiz Marinho, a propósito, afirmava: “*A decisão de apoiar Lula foi consciente (...)*”, esclarecendo, ainda mais, que, para a maioria dos dirigentes da CUT, a candidatura de Lula foi “... *a única que conseguiu representar, de forma madura e realista, os anseios da classe trabalhadora. Ela foi fruto da construção coletiva de propostas para o conjunto da sociedade (...)*”.

então candidato com o capital que se expressa na escolha do Vice-Presidente da chapa, o empresário mineiro José de Alencar, um legítimo representante da classe patronal.

Esta posição de atrelamento/dependência da CUT em relação ao Governo fica clara, por exemplo, quando essa Central,

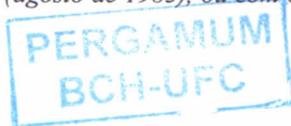
... depois de apoiar a reforma da Previdência, furar uma das maiores greves dos servidores públicos federais da história do país, enterrar várias campanhas salariais e também a greve dos trabalhadores dos correios, passou a defender o aumento da lucratividade dos bancos, ampliando as dívidas e a quantidade de trabalhadores endividados em meio à crise econômica, comprometendo ao máximo os salários e eliminando a zero a inadimplência (...) (COGGIOLA, *ibidem*, p. 153).

O 8º Congresso Nacional da CUT (CONCUT)<sup>20</sup>, realizado nos primeiros meses do Governo Lula, sob a onda das propostas das Reformas Previdenciária, Trabalhista e Sindical, resultou num “noivado e casamento sem sobressalto” entre a corrente majoritária, a Articulação Sindical, e o Governo Lula. Nas palavras de Coggiola, essa relação é expressão de

... Uma CUT ‘integrada’ à política reacionária do governo Lula (e ao próprio governo), cada vez mais burocratizada e desconexa do movimento dos trabalhadores, em especial de seus setores mais explorados (‘informal e desempregados’) (*ibidem*, p. 163).

Dito de outro modo, ao contrário do enfrentamento “crítico” da CUT ao Governo FHC, no atual Governo, a corrente hegemônica da CUT aposta no Pacto Social e vê no Governo Lula a possibilidade de mudança na sociedade brasileira em prol das reivindicações históricas dos trabalhadores. Tal aposta pode ser comprovada nos documentos oficiais que afirmam que “... o Governo Lula coloca em outro patamar as possibilidades de mudanças na sociedade (...)” (CUT/UNITRABALHO, 2003, p. 46). Em outro documento, a Direção Executiva Nacional da CUT reconhece que o Governo Lula “... desencadeou importantes iniciativas no plano macroeconômico: ‘redução da taxa de juros’, fortalecimento do microcrédito, estabilização

<sup>20</sup> Conforme informa Coggiola (*ibidem*, p. 161), compareceram 2.750 delegados, representando 3.317 sindicatos (menos de um por sindicatos!), muitos deles não-eleitos diretamente pelas bases, senão indiretamente, em congressos estaduais de representantes, em que o peso dos aparelhos é muito maior, sem falar dos ‘sindicatos-carimbos’. Comparem-se essas cifras com os 5.054 delegados, representando 911 sindicatos, do congresso de fundação da CUT (agosto de 1983), ou com os 6.244 delegados, representantes de 1.143 sindicatos, do III CONCUT, de 1988.



R13909138V

*dos índices inflacionários, redução do risco Brasil, aumento das exportações, nova política internacional (...)*” (SNF/CUT, 2004, p. 10).

Após os quatro anos de mandato do Presidente Lula, já não cabem dúvidas quanto à adoção e implementação dos pressupostos neoliberais pelo Governo do PT e de sua base de sustentação política. Com apoio de uma aliança parlamentar bastante *heterogênea e conservadora*<sup>21</sup>, que compreende desde partidos da direita mais tradicional, como o PL, PTB, PMDB e o PP, até partidos de esquerda, como o PC do B e o PSB, o Governo Lula, além de contar com essa coalizão de forças no Congresso Nacional, manteve intactos os interesses do bloco representado pelos principais partidos da direita, isto é, o PSDB e o PFL, ao implementar algumas políticas macroeconômicas. Tanto é que, segundo Neto (2005, p. 73), a aliança PSDB-PFL

... nunca impediu seu apoio à política econômica em curso e, do mesmo modo, não impediu que estivessem, em geral, juntos com o governo nas ‘reformas’, especialmente na reforma da Previdência e na reforma tributária. Ambas, aliás, tiveram seus contornos definidos em reuniões do presidente da República com os governadores dos Estados. Ou seja, governadores do PFL e do PSDB foram também seus padrinhos.

A CUT na sua contínua trajetória de negação progressiva do projeto classista e anticapitalista transforma-se presentemente em um braço sindical do Governo Lula, sendo omissa e/ou tomando parte ativa na consecução dos objetivos do capital no Brasil, através das reformas<sup>22</sup> de orientação neoliberal iniciadas nos Governos anteriores, particularmente na “Era FHC” (COGIOLA, *ibidem*, 153).

<sup>21</sup> As brigas internas no Partido dos trabalhadores e na “base de apoio” projetaram-se “... como crise nacional, com manchetes e páginas inteiras dos jornais, e se iniciaram com “... a Reforma da Previdência quando três legisladores (Luciana Genro, João Batista Araújo – “Babá”- e Heloísa Helena), os chamados “radicais” anunciaram sua intenção de votar contra a reforma previdenciária privatizante do Governo Lula, foram submetidos a processo sumário de julgamento, e com sentença adrede definida: expulsão, (COGIOLA, *ibidem*, p. p. 86-87) deixaram o PT e construíram estão outro, o P-SOL (Partido Socialismo e Liberdade). Outro momento em que essa crise fica explicitada é quando o ex-deputado Roberto Jefferson, sentindo-se traído, “... resolveu vir a público para denunciar esquemas de corrupção e de compra de mandatos, que teriam, segundo declarou, papel estruturante no funcionamento do Governo” (NETO, *ibidem*, p. 73).

<sup>22</sup> Tais como a já efetivada Reforma da Previdência e a Reforma Universitária encaminhada pelo atual Governo.

Contando com o maciço apoio popular que conferiu vitória eleitoral ao Partido dos Trabalhadores (PT) e o levou à Presidência da República em janeiro de 2003, Lula da Silva<sup>23</sup>, ex-metalúrgico e sindicalista que exercera forte liderança no seio do movimento sindical cutista e de outros movimentos sociais, inicia o período de sua administração dando prosseguimento à política econômica neoliberal do Governo de Fernando Henrique Cardoso em conformidade com as metas e exigências dos organismos financeiros internacionais, em especial Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em harmonia com as diretrizes econômicas traçadas pelo grande capital (ajuste fiscal, reformas estruturais, arrocho salarial, pequeno ou escasso reajuste para os servidores públicos, privatização da Previdência, da saúde, da educação etc.), o Governo Lula frustra aqueles que teimaram em não perder a esperança, mesmo diante dos claros sinais que o PT já dava no período eleitoral, seja na política de alianças<sup>24</sup> ou na sua plataforma para educação expressa no programa de governo referente ao quadriênio 2003/2006<sup>25</sup> de que faria um Governo com o capital.

Para os mais atentos, no plano de Governo esboçado no programa de campanha do partido, já havia claros sinais de que a política macroeconômica do Governo petista não estaria comprometida com os anseios da classe trabalhadora tão espoliada. Isto pode ser observado na famosa “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual o candidato Lula assume o compromisso com os organismos representantes dos interesses do grande capital de ‘*respeitar contratos*’, de *evitar rupturas e de negociar as mudanças (...)*” (NETO, 2005, p. 78).

<sup>23</sup> O candidato contou com mais de 50 milhões de votos.

<sup>24</sup> De maneira bastante sintética, consideramos que Lula foi eleito por uma coligação de forças políticas organizadas em torno de facções hegemônicas das classes dominantes “nacionais” e “internacionais” e contou também com o apoio irrestrito de “... setores da classe trabalhadora organizada (ou melhor dizendo – da sua burocracia sindical) aliados a uma fração do capital nacional, ‘representada’ pelo vice-presidente, José Alencar (...)” (DAVIES, *ibidem*, p. 149). Além dos partidos da coligação (PT, PCB, PC do B e PV), o candidato Lula obteve o apoio de outras forças políticas aparentemente antagônicas e discordantes do programa do PT, representadas por lideranças nacionais “... como José Sarney e Orestes Quêrcia (PMDB), Antônio Carlos Magalhães (PFL), Ciro Gomes (PPS) e Itamar Franco (sem partido)” (www.jornal da UFRGS) e setores da indústria e do comércio liderados pela Fiesp, pelo Conselho de Administração da Sadia e pelo setor bancário na pessoa de Henrique Meirelles que foi escolhido para comandar um dos postos-chave da arquitetura econômica do Governo Lula.

<sup>25</sup> Vale destacar, conforme análise de Davies (*ibidem*, p. 152), que o programa do Governo Lula, referente ao esse quadriênio, foi elaborado, “... se não totalmente, pelo menos em parte pela ONG de Lula, o Instituto Cidadania, uma instância inexistente na estrutura partidária (...)”.

Ao examinar os pressupostos fundantes do programa do Governo 2002 do candidato Lula, fica claro que a contraditória proposta do núcleo dirigente do PT que, como bem observa Leher (2004), promete emprego, distribuição de renda e crescimento sem alterar as relações com os organismos multilaterais e mantendo-se as políticas neoliberais. Esses pressupostos podem ser perfeitamente encadeados na seguinte forma: “... a) *crescimento econômico sustentado do núcleo do sistema*; b) *aumento dos investimentos diretos estrangeiros (IDE)*; c) *estabilidade cambial*; e d) *redução dos juros e do estoque da dívida (...)*” (LEHER, *ibidem*, p. 16).

Na sua campanha e no seu Governo, o esforço empreendido é para ganhar a confiança e a simpatia da burguesia e do Fundo Monetário Internacional (FMI), “tranqüilizar” os mercados financeiros e os organismos internacionais sobre o cumprimento dos acordos a qualquer custo para o povo brasileiro, o que vem sendo perseguido mediante o corte de verbas para áreas sociais, especialmente para saúde e educação.

Na verdade, a caracterização da natureza do Governo Lula é importante para que se possa compreender como está sendo efetivado na prática o arcabouço político-ideológico proposto pela equipe do Ministério da Educação por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e a vinculação com as ações desenvolvidas no âmbito do Ministério do Trabalho, sobretudo no que diz respeito ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Para a compreensão do que foi prometido por esse Governo em termos de democratização, financiamento e gestão para a educação em todos os níveis<sup>26</sup> e modalidades, analisamos alguns documentos programáticos.

Com base nessa pesquisa<sup>27</sup>, podemos antecipar que, sem dúvida, a linha estratégica coerente entre o arcabouço político-ideológico proposto e as ações efetivadas, durante esses anos do Governo Lula, é a expansão do acesso à educação, especialmente ao ensino profissional mediante a lógica privatizante orientada pelos interesses do capital transnacional e

---

<sup>26</sup> As medidas anunciadas e implementadas na política educacional do Governo Lula, no âmbito do ensino superior por intermédio da política de “democratização” do acesso via compra de vagas no setor privado por meio das cotas e da educação a distância, é apenas uma pequena amostra de algumas iniciativas absolutamente contrárias às bandeiras defendidas historicamente pelas forças progressistas no campo da educação.

<sup>27</sup> Inicialmente, examinamos o documento intitulado “Uma escola do tamanho do Brasil” e, depois, algumas propostas, no que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica e sua relação com o PNQ.

comprometida com o ideário neoliberal. Isto posto, passemos ao exame do documento supracitado.

O documento, *“Uma escola do tamanho do Brasil”*, foi elaborado e apresentado nos seguintes tópicos: a *democratização do acesso e garantia de permanência*, a *qualidade social da educação*, a *valorização profissional*, o *regime de colaboração* entre os governos e *gestão democrática*, e os vários níveis e modalidades de ensino e o *financiamento da educação* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002).

O PT, no referido documento, elege como propósito maior *“... a expansão do sistema educacional público e gratuito e a elevação de seus níveis de qualidade (...)”* (ibidem). Reconhece a necessidade de melhoria da qualidade do ensino público em todos os níveis e modalidades bem como a expansão das vagas está condicionada ao aumento de verbas para a educação. Contudo, o referido documento é bastante sucinto ao tratar do assunto “gastos governamentais para a educação” não definindo novos percentuais ou modificações no financiamento, conferindo um caráter genérico e abstrato às promessas de melhorar a qualidade da educação, uma vez que, não revela como o Partido pretende materializar o compromisso.

No mesmo documento o candidato do PT compromete-se a reexaminar os vetos de Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 2001) *“... para que através do esforço conjunto da União, Estado, Distrito Federal e municípios, o percentual de gastos públicos em educação em relação ao PIB seja elevado para o mínimo de 7% no período de dez anos”* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002). Vale lembrar que, até hoje, o Governo não empreendeu nenhum esforço para derrubar tais vetos, justamente porque implica em elevação dos gastos por parte do Governo Federal, o que viria a prejudicar a política de manutenção do *superávit* primário acordada. Com as agências financeiras internacionais.

A expressiva vitória eleitoral de Lula da Silva e a ascensão ao Governo de uma ampla coligação de forças sociais e políticas compostas por representantes dos setores economicamente dominantes, principalmente o capital financeiro, nacional e internacional, assim como por *“... setores da classe trabalhadora organizada (ou, melhor dizendo, da sua burocracia sindical) [...]”* (DAVIES, ididem, p. 149), não significou a ruptura de um projeto

de Governo oposto ao programa “... político neoliberal vigente no país desde 1989, e tanto menos um governo de ‘esquerda’ com perspectiva anticapitalista (...)” (ROIO, 2004, p. 69).

Após assumir o Governo Federal, as medidas anunciadas pelo Presidente Lula, como bem observa Coggiola (2004), “*indicam continuidade e aprofundamento da política educacional precedente, de perfil compensatório e de alto controle ideológico (...)*” (idem, ibidem, p. 136). Conforme, reafirma o citado autor, a opção política desse Governo em dar continuidade, e até aprofundar as políticas de cunho neoliberal implementadas durante a década de 1990, foi explicitada desde a campanha eleitoral de 2002, quando Lula, o PT e a Frente Popular

... renegaram o antigo programa, ou seja: a recuperação das empresas privatizadas; a suspensão do pagamento das dívidas internas e externas; a reorientação da produção-consumo ao mercado interno; o aumento dos salários; o fim do latifúndio; a luta pela independência nacional, política, produtiva, tecnológica etc. (...) (idem, ibidem, p. 49).

Na verdade, durante o processo de ‘transição’<sup>28</sup> de Governo, Lula assumiu, de forma clara, uma postura coerente com os interesses do grande capital. Ou seja, o novo Governo passou, não apenas a respeitar, de maneira integral, os acordos multimilionários já estabelecidos com o FMI, mas, ainda, estabeleceu como meta principal do novo Governo<sup>29</sup> “... *aumentar o superávit primário até onde for necessário, para estabilizar a relação dívida pública/PIB*” (idem, ibidem, p. 46). Para isso, não poupou esforços, tanto que até excedeu as expectativas dos investidores: cortando gastos na área social e restringindo ainda mais os direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, inclusive daqueles já aposentados, os quais foram duramente atingidos pela Reforma da Previdência encaminhada pelo Governo no primeiro ano do seu mandato<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> Termo utilizado por Coggiola (ibidem) quando se refere ao período de mudança do governo de FHC para Lula (2002/2003).

<sup>29</sup> Como observa o mesmo autor, para elevar a meta do patamar do superávit, o novo governo não agiu por imposição do FMI, mas por conta própria. Para tanto, implementou cortes suplementares de R\$ 14 bilhões nos gastos sociais, no orçamento de 2003, elevando para 4,25% a meta do superávit primário (idem, ibidem, p. 46).

<sup>30</sup> Ao implementar a Reforma da Previdência, o Governo Lula acabou com ‘aposentadoria proporcional’, extinguiu a aposentadoria por ‘tempo de contribuição’ substituindo-a pelo modelo do ‘tempo de serviço’, e ainda expulsou do Partido dos Trabalhadores aqueles que foram contrários as suas medidas. Assim, a política macroeconômica, aliada às propostas de reformas, aprofunda e radicaliza o programa neoliberal herdado do Governo anterior.

As metas macroeconômicas do Governo se expressam positivamente para os donos do capital, especialmente, no setor bancário e do agronegócio<sup>31</sup>; já para milhões de trabalhadores, o cumprimento de tais metas resultam em nefastas conseqüências, como, por exemplo, *..reajuste salarial ridículo e ofensivo de 1% (...)*, em 2004, e 0,01%, em 2005, [...] *para o funcionário público (depois de mais um lustro sem reajuste, com uma inflação em torno de 100% e uma desvalorização cambial de 200% em cinco anos)* (COGGIOLA, *ibidem*, p. 160); diminuição do poder aquisitivo dos assalariados (segundo a baixa confiabilidade das estatísticas oficiais, se tem registro que o rendimento caiu ... *27% de janeiro de 1999 a maio de 2003*)<sup>32</sup>. Ao lado disso, verificou-se o

crescimento espetacular do ‘emprego informal’, isto é, da exploração sem limites (nenhuma contribuição previdenciária nem impostos trabalhistas para a patronal), com jornadas de trabalho situadas entre 70 e 80 horas semanais, ‘emprego’ que é responsável por 60% dos postos de trabalho no Brasil (...) (COGGIOLA, *ibidem*, p. 160).

O direcionamento da política macroeconômica explicitamente neoliberal demonstra que a facção burguesa efetivamente ganhadora são os banqueiros e o grande capital financeiro internacional e que as conseqüências para o modelo de “desenvolvimento” da política neoliberal adotada pelo atual Governo produzem senão crescimento econômico medíocre, um quadro de desemprego em grau elevado e a permanência de níveis acentuados de concentração da renda e da riqueza.

De fato, a tendência neoliberal da “Era Lula”, baseada na transferência de recursos financeiros do Estado para os fundos de investimentos, cujos lucros alcançam uma expansão sem limites e não representam nenhuma atividade produtiva<sup>33</sup>, como observa o autor, segue a lógica da crise mundial do capital<sup>34</sup>.

<sup>31</sup> Somente em 2003, conforme nos informa o mesmo autor os bancos obtiveram quase 19% de lucro, “... graças a taxas de juros estratosféricas e uma desenfreada especulação sobre os títulos públicos, o que logicamente motiva o ‘patriótico’ protesto do ‘capital produtivo’, que mantém (e aumenta) seus próprios lucros mediante a superexploração exposta, com as exportações batendo recordes históricos (idem, *ibidem*, p. 160), especialmente no que diz respeito às exportações do agronegócio que cresceram 14,2%.

<sup>32</sup> É mister lembrar com base em Coggiola que “... todo o espetacular processo de concentração capitalista e fusões empresariais (a ‘racionalização’ do capital) característico da ‘década perdida’ de 1980-1990, levado ao paroxismo por FHC e continuado por Lula, está baseado numa fantástica expropriação da renda da população trabalhadora (...)” (*ibidem*, p. 152). Segundo o mesmo autor, “... o único sustentáculo possível do ‘ajuste’ do capital em período de crise (...)” é a ‘âncora salarial’ (*ibidem*, p. 151).

<sup>33</sup> Integrada a esse processo mundial, a produção industrial brasileira, de 1995 até hoje, “... cresceu apenas 2% ao ano, enquanto o crescimento financeiro real, embutido nos fundos de investimento, expandiu-se num ritmo

Aproximando-nos mais efetivamente da problemática da educação e da formação profissional, vale a pena ressaltar que, ao contrário daqueles que apregoam que a ausência de qualificação é causadora do desemprego<sup>35</sup>, cuja maior taxa (em janeiro de 2004 atingiu 20% da força de trabalho) já registrada pelo DIEESE e pela Fundação SEADE desde 1985, pode-se comprovar que a chamada ‘reestruturação’

... da economia brasileira redundou na demissão do trabalhador qualificado, adulto, homem, relativamente mais bem remunerado, ainda que com menor escolaridade, e na contratação de jovens e mulheres, em ocupações de baixa qualificação. Os salários pagos nos novos ‘empregos’ são inferiores aos que assumiram os novos postos via-à-vis àquela dos que ocupavam os posto perdidos (SADER, 2004, p. 58).

O processo da chamada “reestruturação produtiva”, no Brasil, segundo informa Coggiola (ibidem, p. 151) não atinge o núcleo da classe operária, responsável direta pelo processo produtivo, mas os trabalhadores das atividades de manutenção na empresa tais como vigilância, restaurantes etc., o que explica o foco das preocupações da política do Governo Lula, em termos de qualificação profissional se restringe a preparar a força de trabalho “... para as várias modalidades do trabalho simples, delineada em decorrência da incorporação sempre crescente da ciência e tecnologia aos processos de trabalho” (idem, ibidem, p. 134).

---

de 15% ao ano’ (idem, ibidem, p. 55). Portanto, a direção política adotada pelos governos [que na verdade significa um modelo de não-desenvolvimento], representa um “... retorno a uma espécie de ‘acumulação primitiva’, baseada no sistema extorsivo da dívida pública (...)”, a qual não está “... a serviço da constituição de um ‘capitalismo nacional’” (idem, ibidem, p. 55).

<sup>34</sup> A devastadora crise do capitalismo, que se impõe nos países centrais e espalha seus efeitos por todos os recantos do planeta, se expressa no acirramento da disputa interimperialista, no crescimento do protecionismo e dos ‘blocos comerciais’ que representam a exclusão crescentemente de países, regiões e setores produtivos dos países capitalistas periféricos.

<sup>35</sup> Os dados do IBGE apontam que 270 mil dos quase 500 mil novos desempregados de 2003 têm pelo menos onze anos de escolaridade. Ainda que “... as taxas de desemprego tenham crescido com muita intensidade entre os indivíduos com menor escolaridade (...) não deixa de ser relevante mencionar que entre os indivíduos com segundo grau completo (...)” (CNM/UNITRABALHO, 1999, p. 26), segundo taxa apurada pelo o IBGE, em janeiro de 2004, em seis cidades do país, representam 42% dos desempregados. Além disso, para os que cursaram o terceiro grau completo a retração do mercado de trabalho os obriga a sobreviver do subemprego. Mais de 400 mil profissionais com diploma universitário sobrevivem de “... atividades que não demandam sua especialização universitária, como flanelinhas, abatedores de matadouros, operadores de xerox, lixadores de tacos, babás e caseiros de sítios. Durante o período de 1992 a 2001, a expansão dos desempregados universitários foi de 120,7%, enquanto o número de ocupados com curso superior cresceu 62%. Ou seja, os trabalhadores vêm-se qualificando, mas não há crescimento de ocupações para todos os qualificados (...)” (COGGIOLA, ibidem, p. 143). Na verdade, os “... dados expressam o óbvio: o aumento de pessoas escolarizadas em situação de desemprego decorre do simples fato de que não há emprego para todos (...)” (CNM/UNITRABALHO, ibidem, p. 26).

Ao contrário do que o discurso oficial tenta afirmar, “... a economia brasileira vem criando empregos basicamente no setor de serviços sem qualificação (...)” (SADER, op. cit., p, 143), tanto é que a

... reestruturação produtiva, os novos processo de produção e as mudanças técnico-organizacionais aprofundaram o desemprego e a ‘informalidade’, numa verdadeira ‘naturalização’ da ordem social, um darwinismo social que joga trabalhadores contra trabalhadores, instituindo no interior da classe uma luta de todos contra todos (...) (COGGIOLA, op. cit., p.p.156-157).

Dados estatísticos do Ministério do Trabalho indicam que, durante a década de 1990, “... o Brasil perdeu 2,06 milhões de empregos formais (...)” (COGGIOLA, ibidem, p. 152). De fato, pesquisa realizada, em 1999, pelo IBGE em seis capitais<sup>36</sup>, indica que o número de pessoas trabalhando sem carteira assinada cresceu 62% entre 1990 e 1999 e que, nessas regiões metropolitanas, existem cerca de 4,4 milhões de pessoas nessa situação. Esse número torna-se maior ainda quando são incluídos os 3,8 milhões que, segundo a mesma pesquisa, trabalham “por conta própria” ( SADER, op. cit.).

O discurso oficial, fundamentado no falso argumento de que quem possui uma maior e melhor escolarização/qualificação é capaz de obter ou se manter em um emprego formal<sup>37</sup>, inverte a relação causal do desemprego que é de fato, estrutural. Nesse sentido, a exclusão, própria do sistema capitalista, aparece como se “... fosse decorrente de opções educativas erradas dos indivíduos (...)” (LEHER, 2000, p. 30). A falsa idéia de que o trabalhador não está preparado com o nível de qualificação que o mercado exige “...está associada a uma política de seleção da empresa e implica transferir para o trabalhador a responsabilidade de não contratação, da demissão, do desemprego.” Dessa maneira, “...Um trabalhador ‘não empregável’ é um trabalhador não formado para o emprego, não competente<sup>38</sup>” (HIRATA, 1995,1998 apud MORAES, 1999, p. 25).

<sup>36</sup> São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

<sup>37</sup> Numa análise crítica ao discurso dominante, Tumolo (2002, p. 197) observa que, “... tomada a sociedade capitalista na sua globalidade, não existe nenhuma comprovação empírica, a não ser localizada e conjuntural, de que a uma maior e melhor qualificação da força de trabalho corresponda nas oportunidades totais de emprego (...)”. Do mesmo modo, observa Jimenez (2000, p. 09) que, “... na sociedade capitalista se todos os trabalhadores tivessem alto grau de escolaridade, os poucos empregos existentes seriam tão disputados que os salários despencariam, mesmo entre os escolarizados, uma tendência, aliás, já perceptível em diversos setores (...)”.

<sup>38</sup> Para melhor compreensão sobre a pedagogia das competências, sugerimos as leituras de Invernizzi (2001) e Ramos (2001).

Verifica-se, sob a égide da acumulação flexível, que o processo de individualização das relações de trabalho encontra-se aprisionado nos limites das chamadas competências;

... isto é nos limites da empregabilidade – enquanto aposta incerta de se manter empregado num contexto em permanente mudanças – ou, ainda, da desfiliação social como resultado perverso da retração dos direitos (RAMOS, 2001, p. 216).

Ao mesmo tempo em que, ao nível do discurso, o Governo brasileiro<sup>39</sup> faz coro advogando a centralidade da educação e do conhecimento para o desenvolvimento dos indivíduos e para a sociedade, a política educacional implementada concretamente, segundo observam os pesquisadores, vem reduzindo verbas para a educação. No ensino fundamental, o Governo Lula deixou de mandar bilhões de reais para o Fundef entre 2003 e 2004, ou seja, a redução chega a totalizar “... no mínimo R\$ 6 bilhões de complementação federal devida, porém não realizada só nos dois primeiros anos do governo Lula (...)” (DAVIS, *ibidem*, p. 154), enquanto para a educação profissional, mais especificamente no que diz respeito ao “... programa federal de geração de emprego e renda, essa modalidade recebeu apenas 4,54% dos recursos previstos em 2003. Já os “... programas de expansão e melhora do ensino médio (...) não receberam nenhum centavo (...)” (SADER, *ibidem*, p. 186). E no ensino superior, o orçamento da União em 2004 “... representou uma redução de 13,4% em termos reais (...)” (*idem*, *ibidem*, p. 155).

Concordamos, pois, com a posição defendida por Coggiola de que

... A continuidade de semelhantes políticas educacionais não é aceitável nem cabível, haja vista seus resultados desastrosos, que colocaram o Brasil em uma das últimas posições em termos de qualidade do ensino no mundo (*ibidem*, p. 138).

Enquanto que a formação profissional *estricto senso* implementada com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é a tônica das políticas educacionais governamentais, desde os anos 1990, no âmbito do sindicalismo cutista, a tática tem sido aquela que privilegia

<sup>39</sup> É a partir desse discurso que, curiosamente, os empresários nos últimos anos ressuscitam a Teoria do Capital Humano advogando a centralidade da educação para o desenvolvimento das empresas e do País, a formação de um novo perfil de trabalhador para o que reclamam profundas mudanças no sistema educacional, sobretudo no que diz respeito ao seu financiamento.

... mudanças pontuais na política educacional delineada pelo governo e reforçada na sociedade civil pelos seus sócios históricos, em particular, o empresariado nacional, na atual conjuntura, o setor dirigente do processo de integração submissa do Brasil na reorganização mundial do capitalismo monopolista e na difusão, no espaço nacional, dos valores e das práticas neoliberais (NEVES, 2000, p. 77).

As ações prioritárias no âmbito da Política Nacional de Formação (PNF), definidas no 8º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), anteriormente mencionado (p. 33), debatidas no 15º Encontro Nacional de Formação (ENAFOR), para o período de 2004 a 2006, apontam para o

... processo de disputa pela recuperação do papel do Estado como promotor do desenvolvimento; por **políticas públicas de inclusão social e promoção da cidadania**, sobretudo no campo da geração de trabalho, emprego e renda, bem como para que as Reformas propostas pelo Governo não representem perdas de direitos e ameaças para a liberdade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras (SNF/CUT, 2004, p. 4, grifos nossos).

Em termos de políticas educacionais, a CUT considera que o Governo Lula representa uma *“... potencialidade para a reformulação do sistema de educação profissional, incluindo a democratização do Sistema S”* (CUT/UNITRABALHO, ibidem, p. 46). Ao contrário disso, o que os dados revelam é que esse Governo prima pelo aprofundamento do processo de privatização da educação brasileira. Segundo Lima (2004b), a possibilidade de ampliação desse processo privatizante

...se dá exatamente pela afinidade política entre o projeto de sociedade e de educação elaborado pelos organismos internacionais para os países da periferia do capitalismo e o projeto que vem sendo implementado pelo governo Lula. Esta afinidade não se expressa apenas na política econômica em sentido restrito, mas na dimensão política mais ampla, na concepção de projeto nacional de desenvolvimento. Da sintonia nas diretrizes econômicas em sentido restrito (crescimento econômico, ajuste fiscal para pagamento das dívidas, implementação de reformas estruturais para atrair capitais internacionais) evidenciam-se também as sintonias com a direção das políticas sociais, como a educação (...) (p. 33).

De fato, recentemente, face à conjuntura do Governo Lula, reaparece a proposta de *“educação profissional estrito senso”* por meio do novo Decreto nº 5.154/04. Segundo Kuenzer, esse Decreto

... procura atender ao mesmo tempo as intenções do Governo. das instituições públicas que passaram a vender cursos para o próprio Governo (e gostaram de fazê-lo, renunciando à sua função) e das instituições privadas que passaram a preencher, com vantagens, o vácuo criado pela extinção das ofertas públicas (KUENZER, s/d, p. 13).

O fato é que os projetos educacionais alternativos no campo da formação profissional, via financiamento conjunto MEC/MTE/BID/BM, fazem parte das propostas educacionais recomendadas pelas agências internacionais para os países periféricos<sup>40</sup>, e seguem a linha da complementação da formação profissional de natureza assistencialista e compensatória para a vasta população de jovens e adultos sem alfabetização ou com escolaridade parcial<sup>41</sup>. Para os menos favorecidos dos países periféricos, pobres, negros e mulheres, o Banco Mundial (BM) considera que é mais racional

... oferecer educação fundamental, padrão mínimo exigido para participar da vida social e produtiva nos atuais níveis de desenvolvimento científico e tecnológico, complementando-a por qualificação profissional de curta duração e baixo custo (KUENZER, 2000, p. p. 23-24 apud MANFREDI, 2002, p. 137).

Sendo assim, a política educacional do Governo Lula, contrária a uma formação escolar mais duradoura, além de expandir o balcão mercadológico da educação profissional que inverte “... o conteúdo social do problema (a baixa oferta de emprego) para remetê-lo ao universo individual das pessoas afetadas (sua baixa ‘empregabilidade’) (...)” (KUENZER, ibidem, p. 143), não somente não tem sido enfrentada e combatida pela CUT, como tem sido por ela executada.

Compreende-se, assim, que o envolvimento dos trabalhadores organizados como parceiros na implementação das políticas educacionais do Governo adequa-se às alterações

<sup>40</sup> Segundo Leher (1998, p. p. 26-27), o trabalho nos países periféricos “... é condizente com o modo como estas nações estão inseridas na economia mundial: de forma subordinada, periférica, restrita a mercadoria de baixo valor agregado. O trabalho requerido por uma economia nestes termos é pouco qualificado. A premissa econômica básica é que um mercado global livre decide melhor quais trabalhadores estão localizados em que país. Em suma, melhor do que a análise endógena dos sistemas de ensino, a tese das ‘vantagens comparativas’ explica as prioridades educacionais em cursos nas periferias”.

<sup>41</sup> De acordo com as estatísticas educacionais, “... o Brasil possui uma quantidade muito grande de analfabetos, num total estimado de 18 a 20 milhões de brasileiro, algo em torno de 15% da população, considerados os maiores de 15 anos de idade. Além disso, verifica-se a existência de 14 milhões de crianças, de zero a seis anos de idade, que não recebem qualquer atendimento educacional (...). Temos, também, oito milhões de jovens entre 15 e 19 anos que deveriam estar freqüentando o ensino médio e cerca de quatro milhões de jovens de 18 a 25 anos, com plena condição de ingressar numa universidade pública, ainda aguardando vaga em instituições de ensino superior que, apesar do alto crescimento do setor privado, manteve praticamente congeladas as vagas no setor público” (ARELARO, 1999, p. 102-103).

governamentais em relação à estrutura e financiamento do ramo tecnológico da formação do trabalhador complexo, das proposições que objetivam direta e indiretamente à mercantilização de cursos do nível superior, a cobrança de anuidade em cursos de graduação e de pós-graduação ministrados por instituições públicas.

Com base na adoção da postura de negação do projeto classista pela Articulação Sindical, é possível compreender, com maior consistência, como vem se configurando a proposta de formação político-sindical da CUT no âmbito do discurso da “empregabilidade” e da formação cidadã. Este é o objeto de análise do capítulo que se segue.

## CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO SINDICAL CUTISTA

*“Instruí-vos, porque teremos necessidade de toda a nossa inteligência. Agitai-vos, porque teremos necessidade de todo o nosso entusiasmo. Organizai-vos, porque teremos necessidade de toda a nossa força”.*

*Gramsci*

Antes de analisarmos como vem se configurando a política de formação sindical da CUT no cenário que se desenha após a vitória eleitoral do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Governo Federal, no ano de 2003, julgamos oportuno fazer um breve recorte das iniciativas e propostas de formação profissional nascidas no seio do movimento operário-sindical brasileiro. Com isto intentamos deixar claro que os desdobramentos da inflexão da estratégia da CUT decorrem de um processo complexo e multifacetado que culmina com a negação da trajetória progressiva do projeto *classista*.

Retomar, ainda que de maneira breve, a discussão sobre as iniciativas e propostas de formação profissional promovidas pelo movimento dos trabalhadores no Brasil, ao longo da sua história de organização, tem para nós o sentido de apontar os elementos novos na postura assumida presentemente pela CUT demonstrando o progressivo abandono de uma política de formação *classista*, e a adoção de um projeto de formação político-sindical dentro da ordem nos limites da cidadania e democracia burguesas.

As primeiras experiências do movimento operário brasileiro no campo da educação profissional, segundo os periódicos da imprensa sindical, estão datadas do início do século XX. Pesquisas realizadas por Manfredi (2002, p. 92) indicam que, no raiar dos anos 20, algumas entidades sindicais se propunham ser artífices de novas formas de trabalho e *“passaram a se preocupar com o oferecimento de práticas de formação mais sistemáticas.”* A União dos Gráficos de São Paulo, uma das categorias mais importantes do movimento operário até os anos 20, previa já na sua criação a fundação de *Centro Técnico e Instrutivo das Artes Gráficas, orientado para a qualificação profissional*. Segundo dá conta a imprensa sindical da época, vários cursos voltados para o ensino profissionalizante foram ministrados por entidades sindicais desde o início do século até o final da década de 30, inclusive no

período do Estado Novo<sup>42</sup>, quando, inclusive, muitos sindicatos (gráficos, metalúrgicos, portuários e bancários, principalmente) tomaram a iniciativa de organizar escolas regulares de 1º e 2º graus (MANFREDI, *ibidem*, p. 242).

Segundo a mesma autora, a promoção de cursos dessa natureza, por iniciativa das mais variadas categorias profissionais, emerge com mais intensidade nos períodos em que se processam transformações nas bases técnicas e organizacionais do sistema de produção, justificando, a preocupação e o envolvimento do movimento sindical com a questão da formação profissional dos trabalhadores, uma vez que, segundo entende, “*a apropriação e a manutenção do saber técnico é uma das bandeiras históricas’ do movimento operário brasileiro, contra a crescente desqualificação e a expropriação do saber a que o capital os têm submetido (...)*” (*idem, ibidem*, p. 244).

No início do século XX, mais precisamente entre 1902 e 1920, prevaleceram no interior do movimento sindical brasileiro as propostas educativas dos grupos anarco-sindicalistas. Apesar de poucas e isoladas, balizavam-se por uma perspectiva de formação voltada para a emancipação político-ideológica e cultural da classe trabalhadora, diferenciando-se claramente das iniciativas estatais/governamentais.

O projeto educativo dos libertários (principalmente dos anarquistas) combinava

... a educação para a ação sindical (ou seja, formação político-sindical – através da imprensa operária, dos congressos, dos centros de estudo) com a educação escolar destinada às crianças (escolas modernas) e aos adultos (universidade popular), num projeto global, classista, autônomo e independente do Estado. Além disso, essas práticas educativas articulavam-se com outras atividades culturais massivas e populares, que eram promovidas pelos libertários nos bairros onde os operários residiam (TUMOLO, 2002, p.137-138 apud MANFREDI, 1994a, p. 4).

No Estado Novo, com a implantação do modelo de substituição das importações e com a política intervencionista do Estado, surgiram mecanismos de controle da capacitação da

<sup>42</sup> Em 1930, foi ministrado na União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro um *Curso de novas técnicas*, que abordava estudos de cálculo sobre as velocidades de impressão das novas máquinas de imprensa. Em 1923, a União dos Alfaiates do Rio de Janeiro promoveu um *Curso de corte e desenho* destinado aos profissionais da área de alfaiataria. No mesmo ano, a Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo organizou *Cursos práticos de línguas e contabilidade*, e, em 1929, essa associação deu início ao primeiro curso de contabilidade do País (MANFREDI, 2002).

classe operária visando atender o processo de industrialização. Configura-se neste período a separação entre o ensino propedêutico e o ensino profissional pela legislação e o surgimento do “Sistema S” para a formação dos trabalhadores que passa, desde então, a ser monopolizada pelo patronato.

Durante o período ditatorial de Getúlio Vargas, as experiências de educação profissional das organizações sindicais dos trabalhadores que até então combinavam a formação político-sindical com atividades culturais, numa perspectiva de formação emancipadora da classe trabalhadora, foram extintas pela política de enquadramento dos sindicatos ao Estado. Essa política de atrelamento, além de abrir um processo de escamoteamento da identidade das classes trabalhadoras, veio favorecer

... a construção de um sistema que, paralelo ao sistema público (às redes públicas estaduais e à rede federal), era organizado e gerido pelos organismos sindicais patronais - o chamado ‘Sistema S’, que teve como primeiras estruturas o SENAI (1942) e o SENAC (1943) (MANFREDI, 2002, p. 98).

Sob o controle e o enquadramento da legislação sindical do Estado Novo, as mais diversas entidades sindicais de trabalhadores, que outrora “... foram protagonistas de experiências de Educação Profissional com perspectivas que se diferenciavam dos projetos estatais e eclesiais” (idem, ibidem, p. 91), apoiadas por uma legislação sindical que vinculava a aplicação dos recursos financeiros advindos do recolhimento do imposto sindical a ações assistenciais, passaram a tomar em suas mãos a tarefa de

... construir e organizar escolas regulares de 1º grau (...) e técnicas de nível ginásial; cursos noturnos supletivos de alfabetização, de admissão ao ginásio (...); cursos noturnos intensivos de formação profissional em áreas como desenho técnico, português e redação, contabilidade, prática bancária, corte e costura e culinária (...) (idem, ibidem, p. 242).

Segundo Manfredi (1997), durante as décadas de 1970/1980, algumas entidades sindicais de trabalhadores foram protagonistas, ainda durante a ditadura militar<sup>43</sup>, de experiências de educação profissional numa perspectiva de formação pautada pela aprofundamento do saber técnico, da consciência política e da capacidade de luta da classe trabalhadora.

<sup>43</sup> Por parte do Governo, vale destacar a tentativa fracassada do regime Militar de implantar o ensino técnico obrigatório através da Lei 5.692/71 de reforma do ensino de 1º e 2º graus.

... Criadas como focos de resistências e de luta, nos bastidores do movimento sindical, tais experiências transformam-se em ensaios de propostas alternativas àquelas fornecidas pelos sistemas oficiais existentes<sup>44</sup> (Sesi, Senai, Sesc, etc.) (...) (MANFREDI, 1997, p. 124).

No final da década de 1970, algumas dessas experiências se extinguíram, ao passo que surgiram outras, as quais acabaram se somando às propostas de formação de caráter classista. Em meio ao desenvolvimento desse projeto de formação profissional alternativo ao oficial, as entidades procuraram redesenhar os currículos e assumir o controle político-pedagógico-administrativo de suas atividades formativas. Em 1989, o conjunto de tais práticas formativas, desenvolvidas principalmente nas cidades de São Paulo, Grande Rio, Recife, Salvador, Grande Belo Horizonte, resultou na constituição do Conselho de Escolas Operárias.

Em meados dos anos 1990, este Conselho<sup>45</sup>

... participou da criação do Fórum de Formação Profissional, do qual participaram administrações públicas democráticas, sindicatos de trabalhadores de diversas categorias e pesquisadores de diversas universidades, interessados na formação profissional (...) (MANFREDI, *ibidem*, p. 125).

De pontuais e isoladas, as experiências do movimento operário brasileiro no campo da formação profissional, em meio às transformações estruturais e superestruturais dos anos 1990, ganham expressão com a liberação dos fundos públicos na perspectiva de promover

<sup>44</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961, materializa os interesses da burguesia nacional ligada ao capital estrangeiro. Essa nova legislação, expressa na Lei 4.024/61, resultado de vários embates político-ideológicos, veio a consagrar e legitimar a proposta educativa das classes dominantes. Essa nova legislação, promulgada pelo regime militar, ao institucionalizar a *profissionalização universal e compulsória para o ensino de segundo grau*, não apenas camufla o caráter dual, seletivo e excludente do sistema escolar como consegue disciplinar e controlar grande parte da classe subalterna na perspectiva da preservação das relações de produção e dominação capitalista. Nesse processo de reorganização do sistema de ensino, as agências do Sistema S não somente foram mantidas como um sistema paralelo, como também foram ampliadas e fortalecidas após a ascensão dos militares ao poder em 1964. Criadas sob a ótica da política desenvolvimentista de perspectiva tecnicista, durante a vigência do Estado Novo, as agências que compõem o "Sistema S" (SESI, SENAI, SESC etc.), executoras de cursos de breve duração, pautam-se por uma formação de corte eminentemente instrumental.

<sup>45</sup> Durante a década de 1980, nasce do Conselho a proposta político-pedagógica dos Centros Públicos de Educação Profissional, a qual serviu de matriz para a elaboração de novos projetos, sendo incorporada, também, às resoluções referentes à formação profissional da CUT, a partir de seu V CONCURT. É oportuno registrar que, em meados dos anos 1990, de acordo com Manfredi (2002, p. 174), essa proposta foi retomada pelos Ministério do Trabalho (MTb) e da Educação através do PLANFOR (Plano Nacional de Formação sob coordenação do MTb) e do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep sob coordenação do MEC e dotação orçamentária de 50% do BID).

cursos de qualificação/requalificação profissional no âmbito do PLANFOR<sup>46</sup>, tornando-se centrais nas atividades formativas das organizações sindicais.

## 2.1. A CUT: DA FORMAÇÃO SINDICAL A FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA “EMPREGABILIDADE”

Na passagem dos anos 1980 para a década de 1990, em meio à agudização da crise estrutural do capital e à perda de referências na esquerda brasileira, decorrente, em parte, do fracasso de construção de uma sociedade *para além do capital* no seio do chamado “socialismo real”, a CUT, maior referência do movimento sindical combativo no Brasil, abandona, de maneira gradual, a perspectiva classista de formação político-sindical e a substitui pela formação profissional numa perspectiva de educação dentro do horizonte do exercício da cidadania burguesa<sup>47</sup>. Essa substituição, segundo Tumolo (2002), irá processar-se, não de maneira linear e mecânica, porém, quase que simultaneamente, a partir da opção política assumida pela corrente hegemônica da CUT, a Articulação Sindical<sup>48</sup>, face às transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas dos anos 1990.

No que diz respeito aos conteúdos da Política Nacional de Formação da CUT (PNF/CUT), uma análise comparativa, feita por Tumolo, com base nos Planos de Trabalho da Secretaria Nacional de Formação da CUT (SNF/CUT)<sup>49</sup>, entre os anos de 1987 a 1990, indica que, em 1990, foram retiradas do conjunto dos percursos formativos “... *temáticas referentes às classes sociais, ao Estado e à ideologia, à história do movimento operário no Brasil e no mundo e, principalmente, à economia política*” (ibidem, p. 169). A retirada de tais estudos

<sup>46</sup> Segundo Manfredi (2002, p. 245), após 1996, em virtude da liberação dos recursos do FAT via PLANFOR, houve um grande salto quantitativo das organizações sindicais dos trabalhadores em termos de promoção de cursos profissionalizantes em nível nacional. Tanto é que de 1995 à 2000, o número de entidades cresceu de 500 para 2.146 (MANFREDI, ibidem, p. 156).

<sup>47</sup> A esse respeito, faz-se importante lembrar as lúcidas contribuições de Tonet (1997), Toledo (1994) e Chasin (1984), para quem o horizonte da luta dos trabalhadores deve apontar para a emancipação humana, uma vez que as categorias da emancipação política/democracia-cidadania, se circunscrevem nos limites da sociedade de classes. Dito de outro modo, uma vez efetivado o socialismo, desaparecerá o chão social que dá sustentabilidade às necessidades democráticas, as quais serão suplantadas pela liberdade plena.

<sup>48</sup> Segundo Boito Jr (1999, p. 210), as concepções políticas da Articulação Sindical são marcadas “*por uma visão reformista do capitalismo, pela rejeição do marxismo*”.

<sup>49</sup> Tumolo ao fazer o levantamento dos primórdios da política de formação da CUT, constata que a criação da SNF data do I Congresso Nacional da CUT (CONCUT), em 1984 (ibidem, p. 139). Contrário, portanto, o que está escritos nos documentos oficiais, sua análise aponta que em 1984 já existia “...*um conjunto expressivo de atividade de formação como também a configuração, guardadas as características específicas da época, de uma política nacional de formação*.” (ibidem, p. p. 155-156) Isso, segundo ele, “... *desmente cabalmente a informação contida nos documento e usualmente aceita no interior da CUT segundo a qual a formação sindical e a políticas nacional de formação começaram em 1987*” (ibidem, p. 155-156).

pela substituição de outros, tais como a defesa da cidadania e a democratização do Estado, coaduna-se com a mudança dos princípios e diretrizes atinentes a uma formação de cunho socialista<sup>50</sup>, que se tornou marca registrada da política de formação de 1984 a 1986.

Portanto, a formação sindical cutista, herdeira em seus primórdios de uma formação de perspectiva classista e anticapitalista,

... entra em total sintonia com a estratégia propositiva e negociadora da(...) Central, balizada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da 'cidadania' (idem, ibidem, p. 185).

É oportuno registrar que, a partir do II Congresso Nacional (CONCUT)<sup>51</sup>, a Secretaria Nacional de Formação (SNF) ficou sob a responsabilidade da tendência vinculada política e ideologicamente a princípios reformistas de matiz social-democrata. A partir do III CONCUT (1988)<sup>52</sup>, que consagrou a Articulação Sindical como a tendência majoritária da CUT, "... a formação sindical da CUT foi se afastando de uma **formação de base e, dessa forma, adquirindo um caráter crescentemente instrumental** ." (idem, ibidem, p. 182, grifos do autor). De fato, a concepção e as linhas norteadoras da nova estratégia e dos trabalhos formativos inscrevem-se, em linha gerais, na lógica

... de conviver com o capitalismo, buscando oferecer alternativas por dentro dele, baseada na crença de que é possível reformá-lo estruturalmente e, dessa forma, arrancar, através da negociação, benefícios para os trabalhadores ( TUMOLO, ibidem, p. p. 131-132).

A decisão dos dirigentes e assessores de implementar a política de formação profissional no interior da CUT, consagrada nas *Resoluções* da 7ª Plenária, em 1995, decorre, portanto, das

<sup>50</sup> Nesse sentido, podemos elencar como marca registrada desse período várias atividades formativas internacionais com outras centrais sindicais de vários países do mundo, com prioridade para aqueles que tinham uma postura combativa, principalmente da América Latina, "... com claro destaque para Cuba, pois, além da identidade político-ideológica, esse país contava com reconhecida estrutura de formação" (TUMOLO, ibidem, p. 147).

<sup>51</sup> Neste evento a política de formação sindical passou a ser considerada como uma das cinco prioridades da CUT.

<sup>52</sup> É importante que se registre que [é] desse Congresso, que a tendência majoritária, Articulação Sindical, conseguir aprovar alterações no Estatuto da CUT no que se refere aos critérios de escolha e participação dos delegados sindicais e de base nos eventos a serem realizados posteriormente. Ademais, é necessário deixar claro que a luta intestina que se travou à respeito das mudanças no estatuto "... tiveram também um segundo objetivo **não tão explícito**: diminuir, na medida do possível, a força que porventura a esquerda mais radical pudesse ter, a partir de decisões, em última instância, administrativa. (...)" (TUMOLO, ibidem, p. 119 apud RODRIGUES I.J., 1993, p. 119-20, grifos do autor).

resoluções firmadas no IV CONCUT<sup>53</sup> referentes à decisão segundo a qual a CUT deveria passar a elaborar soluções relativas a variadas problemáticas “... *de abrangência nacional (política econômica, industrial, habitação, de saúde, previdência, agrícola, energética, educacional, etc.) (...)*” (BOITO Jr., 1999, p. 143).

Esta decisão foi traduzida, em 1992, na constituição de variadas comissões (grupos de estudos) encarregadas de discutir e elaborar propostas alternativas a variados problemas setoriais. Como desdobramento desse trabalho, foi estruturada, no início do referido ano, uma Comissão de Educação, “... *composta, em seu núcleo, por representantes das Entidades Nacionais de Trabalhadores em Educação filiados à Central, quais sejam, ANDES-SN<sup>54</sup>, CNTE, CONTEE, FASUBRA (...)*” (TUMOLO, *ibidem*, p. 192). Criada junto à Secretaria Nacional de Políticas Sociais, essa comissão decidiu eleger “... *como prioridade, em suas atividades, aprofundar discussões e reflexões sobre o eixo temático ‘Educação e Trabalho’, como ênfase na questão da formação profissional em nível médio*” (*idem*, *ibidem*, p. 192 *apud* CUT, 1993b, p. 7).

Tudo isso resultou no surgimento de duas proposições sobre a questão da formação profissional, sintetizadas nos documentos *Diretrizes para uma política de formação profissional* e *Contribuição para a definição de uma política de formação profissional da CUT*, tendo sido a primeira proposição elaborada por representantes do ANDES-SN<sup>55</sup> e a segunda, por Sebastião Lopes Neto e Carmem Sylvia Vidigal Moraes<sup>56</sup>, ambas encaminhadas à direção da Central. Os dois documentos têm uma série de pontos em comum, mas divergem em algumas questões centrais que se tornariam polêmicas:

... sendo que a principal delas se encontra em torno da questão das escolas profissionalizantes mantidas pelos sindicatos, que ‘remete, em suma, à **questão da responsabilidade pela formação profissional** e da definição

<sup>53</sup> Foi com a presença de apenas 1.554 delegados, resultado das alterações estatutárias aprovadas no III CONCUT (1988) e em meio às transformações estruturais e superestruturais dos anos 90, que as resoluções firmadas no IV CONCUT (1991), apesar da presença da oposição, capitaneada pela *CUT Pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista*, a direção majoritária da CUT passa a definir os rumos da ação sindical seduzida com *a possibilidade das classes trabalhadoras influírem mais decididamente na esfera política (...)*” (TUMOLO, *ibidem* p. 120).

<sup>54</sup> O ANDES-SN participou da Comissão de Educação da Secretaria de Políticas Sociais da CUT por intermédio de Flávio Aguiar, Ignez Navarro de Moraes e Maria de Fátima Félix (CNM/UNITRABALHO, 1999).

<sup>55</sup> Vale a pena chamar a atenção que o ANDES é um dos importantes sindicatos a desfilial-se da CUT em 2004/2005.

<sup>56</sup> Sebastião Lopes Neto é Diretor executivo do Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisa (IIEP) e Carmen Sylvia Moraes, Doutora em educação, é professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

de estratégias a curto prazo que respondam às demandas existentes' (idem, *ibidem*, p. 193 apud CUT, 1995b, p. 13, grifos nosso).

Para a Comissão de Educação “...*não é papel do sindicato substituir o Estado na oferta da formação profissional, que é de sua responsabilidade última*” (TUMOLO, *ibidem*, p. 193).

Lopes Neto e Moraes, embora reconheçam que a CUT deva defender o direito de todos os trabalhadores à escola básica, pública, gratuita e de qualidade, a Central tem de

... desenvolver com trabalhadores, sindicatos, entidades filiadas e movimentos sociais organizados políticas que respondam às necessidades colocadas pelas dramáticas condições de vida das classes trabalhadoras. Nesse sentido, a CUT **deve defender a organização de diferentes modalidades de ensino profissional em centros públicos ou privados** de formação profissional, em entidades comunitárias e sindicais, articuladas ao sistema regular de ensino (MANFREDI, 2002, p. 250, grifos nosso).

No entendimento dessa Comissão, a CUT, até o momento da realização do V CONCUT (1994), “... *nunca havia deliberado realizar atividade de formação profissional, mas sim uma política de intervenção junto às agências públicas ou patronais que a desenvolviam*” (TUMOLO, *op. cit.*, p.p. 193-194).

Não obstante, no encaminhamento dos dois documentos à Direção Nacional, as reflexões sintetizadas no texto intitulado *Contribuição para a definição de uma política de formação profissional da CUT* são incorporadas, em parte, pela primeira vez, às resoluções do V CONCUT como mais representativas, no entendimento da corrente majoritária, no que se refere aos embates sobre a questão da formação profissional no interior da CUT. Assim sendo, podemos inferir “... *que nos diferentes momentos em que as teses referentes à formação profissional foram debatidas nos congressos e conferências sindicais, desde o V CONCUT (1994) até a 8ª Plenária (1996)* (MANFREDI, *op. cit.*, p. 250), a divergência entre algumas questões polêmicas esteve presente.

Se é verdade que a CUT, até 1994, não havia deliberado realizar atividades de formação profissional no seu interior, ao mesmo tempo estava engajada na luta pela elaboração de “... *propostas de formação profissional e uma política de intervenção junto às instituições que a realizam.*” (TUMOLO, *op. cit.*, p. 192). A partir da incorporação da proposição defendida por Lopes Neto e Moraes às resoluções da 7ª Plenária, em 1995, a CUT passa a implementar

a política de formação profissional na estrutura da Central (escolas de formação, estrutura vertical etc.).

Com base na análise de Tumolo (op. cit., p.p. 194-195) sobre o texto intitulado “*Formação profissional*”, que compõe as ‘*Resoluções*’ da 7ª Plenária<sup>57</sup>, entendemos que a CUT, ao mesmo tempo que critica o caráter político-educacional da proposta de formação profissional das classes dirigentes, apresenta duas razões básicas para que suas instâncias assumam a tarefa de realizar a formação profissional. A primeira delas parte da crença de que a formação profissional ou requalificação profissional é um dos instrumentos mais eficazes para que milhões de desempregados e excluídos do setor informal, principalmente para aqueles atingidos de alguma modernização tecnológica, voltem ao mercado de trabalho; a segunda pressupõe que, mormente a injeção de vultosos recursos oriundos de diversas instituições – inclusive internacionais –, principalmente do convênio FAT-SINE, a CUT via estrutura (CUTs estaduais, estrutura vertical, sindicatos, escolas de formação) venha a se credenciar junto aos órgãos governamentais para disputar esses recursos com vista a implementar o seu projeto de formação profissional sob a ótica dos interesses dos trabalhadores.

Sob a nova concepção política, a CUT passa a orientar suas instâncias para a participação nos *fóruns tripartites* de modo a disputar e acompanhar a definição do uso dos recursos públicos do FAT, via elaboração de projetos de formação profissional. Nesse sentido, a CUT

Impulsionada pelo quadro de desemprego instaurado pela chamada reestruturação produtiva, aliado ao apelo ideológico em torno da qualificação como exigência inelutável das novas tecnologias(...), passa a tomar parte na corrida pela qualificação, inserindo-se na política oficial de formação profissional do governo brasileiro (...) (JIMENEZ, 2004, p. 227).

Dessa forma, a CUT passa a ser protagonista da formação profissional junto com outras entidades sindicais da política de qualificação profissional do Governo Federal, consignada no Plano Nacional de Educação Profissional – PNEP/PLANFOR. Assim sendo, a partir das proposições incorporadas no V CONCURT, bem como das resoluções da 7ª Plenária Nacional, fica determinado que dirigentes e assessores da CUT devem

---

<sup>57</sup> Segundo DAMIANI (1998), este evento constitui o marco da guinada da política de formação da CUT.

... organizar, através da Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Formação e Secretaria de Política Sindical, um plano de trabalho para implementar a política de formação profissional da CUT na estrutura da Central (escola de formação, estrutura vertical etc.) (CUT, 1995c, p. 27 apud TUMOLO, op. cit., p. 196).

Em 1996, um dos ramos mais importantes da estrutura da Central, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), premida pelo problema do desemprego, face à possibilidade de obter recursos do FAT, implementa, pela primeira vez, no campo cutista, cursos no âmbito do Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR). No ano seguinte, a CUT, sob o argumento de consolidar avanços conceituais e metodológicos adequados às prerrogativas dos trabalhadores, resolve credenciar-se junto à Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho (Sefor/MTb) com o objetivo de elaborar projetos no âmbito do convênio PLANFOR/MTb.

A primeira experiência da CUT no campo da formação profissional remonta ao ano de 1996. Em 1997, datam os documentos oficiais que foram apresentados à Sefor/MTb, por entidades filiadas à CUT, oito projetos, com base nos quais se originaram os Programas de Capacitação de Conselheiros (CC) e de Formação de Formadores (FF). Inspirados no Programa Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), o qual pretendia associar formação profissional com elevação de escolaridade, a CUT propriamente dita, por intermédio das escolas sindicais, passa a desenvolver, em 1998, pela primeira vez, na sua rica e memorável história, atividades no âmbito do PLANFOR.

Após o primeiro ano de participação da Central através dos dois programas acima citados, o Governo Fernando Henrique Cardoso redefiniu as regras do jogo, restringindo as parcerias e os interlocutores diretos com os quais estabelecia convênios PLANFOR/MTb, passando a fazê-lo exclusivamente em caráter nacional por intermédio das Centrais Sindicais.

Simultaneamente à redução dos recursos financeiros do FAT para a implementação do PLANFOR, surge a decisão segundo a qual os diversos projetos e programas das instituições parceiras deveriam ser unificados em um único projeto. Como resultado disso, o conjunto de programas e ações formativas, desenvolvido no seio da estrutura cutista entre 1996 e 1998, foi unificado pela Secretaria Nacional de Formação (SNF) em um projeto de âmbito nacional. Nasce, assim, em 1999, no interior da Política Nacional de Formação da CUT

(PNF/CUT) no âmbito do convênio FAT/MTb, o Programa Integração, o qual contempla vários programas com diferentes abordagens, metodologias e objetivos, destinado aos mais diferentes segmentos da classe trabalhadora. Dessa maneira, foram mantidos no bojo do Projeto Nacional de Qualificação da CUT –Brasil/1999,

... os Programas Integração – envolvendo vários setores produtivos e Escolas Sindicais; Integrar – CNM/CUT; Integral – sistematização e resultados do FF e CC; Programa Nacional de Formação para Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - desenvolvido pela CONTAG, e os programas regionais, desenvolvidos a partir das Escolas Sindicais com as CUTs estaduais: Regional Sul, Vento Norte, Nordeste (CUT/UNITRABALHO, 2003, p. p. 35-36).

A partir de 1999, os mais diversos programas e projetos no âmbito do convênio PLANFOR via FAT passaram a ser geridos pela Secretaria Nacional de Formação (SNF). No caso do Projeto Integral, a Secretaria, tendo como objetivo habilitar mil formadores em Educação Profissional e capacitar dois mil Conselheiros das Comissões estaduais e municipais de emprego e trabalho, implementou por intermédio das escolas sindicais<sup>58</sup>, no ano anterior, esses dois cursos, os quais foram inspirados originalmente no Projeto Integrar da CNM.

Todavia, é necessário observar que antes mesmo da efetivação da discussão sobre a questão da formação profissional, em 1997, ano de realização do 12º Encontro Nacional de Formação (ENAFOR)<sup>59</sup>, a direção executiva da CUT já havia decidido implementar a política de formação no interior da própria Central. Sendo assim, no início do referido ano, a CUT já havia enviado à Sefor/MTb oito projetos, com base nos quais se originaram os já citados cursos de Formação de Formadores (FF) e Capacitação de Conselheiros (CC). Segundo Tumolo, além de “... *tratar-se de dois projetos com a nomenclatura Formação Integral, que absorveram cerca de 3 milhões de reais dos recursos do FAT,(...)*”, essas duas experiências “... *representam as primeiras atividades de formação profissional que foram desenvolvidas pela própria CUT (...)*” (ibidem, p. 199).

<sup>58</sup> A CUT possui sete escolas, a saber: Escola Sindical Sul – Florianópolis/SC, Escola Sindical 7 de Outubro – Belo Horizonte/MG, Escola Sindical São Paulo – São Paulo/SP, Escola Sindical Nordeste – Recife/PE, Escola Sindical Chico Mendes – Porto Velho/RO, Escola Sindical Centro Oeste – Goiânia/GO, Escola Sindical Amazônia – Belém/PA.

<sup>59</sup> O ENAFOR não é instância deliberativa, logo não há votação, o processo de debate e discussões sobre a estratégia da Política Nacional de Formação (PNF) para um triênio, que abrange a definição das diretrizes, ações prioritárias, gestão e financiamento da PNF, se dá por consenso e, caso haja proposta que não se consiga encaminhar no encontro, elas serão encaminhadas para a Executiva Nacional da CUT posicionar-se e deliberar.

Efetivamente, entre 1999 e 2002, praticamente toda a Rede de Formação passa a desenvolver programas e ações formativas no âmbito do PLANFOR/MTb por intermédio do Programa Integração. Assim sendo, em 2002, todas as escolas sindicais, as 18 Confederações e Federações filiadas à Central e a maioria das CUTs estaduais realizaram várias atividades internas que associam formação sindical, educação profissional e educação básica<sup>60</sup>.

Além de unificados no bojo do Programa Integração, a CUT dá continuidade às experiências de âmbito nacional, a saber: o Integrar da CNM, que contempla 12 Estados, e o Integrar da CONTAG, que envolve todas as unidades da Federação. Junto com esses três programas, foram implementados sete programas regionais:

*... Flor de Mandacaru<sup>61</sup>; Semear, Terra Solidária, Hotelaria e Turismo, Vento Norte, Educação Integrada do Trabalhador para o desenvolvimento Sustentável no Brasil Central e Qualificação e Requalificação Profissional da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (MANFREDI, ibidem, p. 253).*

O conjunto dessas ações e programas, sob a orientação teórico-política daqueles que vislumbram a possibilidade de construir um modelo alternativo de sociedade, baseado nos valores da democracia e da cidadania, coaduna-se perfeitamente com a “... construção de uma política de educação continuada para a negociação, gestão e contratação da Educação Profissional(...)” (idem, ibidem, p. 252).

De fato, os projetos no âmbito da PNF, de acordo com o documento Resoluções da 10ª Plenária (2002), implementados e desenvolvidos “... para Formadores e Gestores em Políticas Públicas, assim como no campo da Educação Integral dos trabalhadores e trabalhadoras”, articulados à concepção política da CUT, são vistos como importantes instrumentos segundo os quais a PNF pode contribuir para que a CUT intervenha ativamente nos fóruns institucionais de formulação, gestão e execução das políticas públicas de educação profissional. Com a mudança de eixo das propostas de educação, a PNF alinha-se à necessidade de qualificar os representantes dos trabalhadores a participarem dos fóruns institucionais junto com a bancada do governo e do empresariado.

<sup>60</sup> Exemplos de programas levados a efeito pelo movimento sindical cutista e que conjugaram a formação profissional com a elevação de escolaridade básica: Integrar, da CNM/CUT; Projeto Toriba; Supletivo profissionalizante – parceria com a Comunidade Solidária (Ver MANFREDI, 2002, p. 158).

<sup>61</sup> Ver dissertação de mestrado (RIO, 2003).

Acompanhando, até aqui, os rumos da estratégia da CUT, pode-se inferir que há um processo crescente de modificação da política de formação dessa Central. À medida que a luta sindical da CUT se afasta da perspectiva de ruptura progressiva do projeto classista, a estratégia de negação desse projeto cede lugar à formação de sindicalistas negociadores para a ocupação dos espaços *tripartites* na tentativa vã de “controle dos fundos públicos”.

Com a ascensão de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2003, o núcleo dirigente da CUT acredita que esse Governo “... *coloca em outro patamar a intervenção dos trabalhadores em geral, e da CUT em particular, nos rumos econômico e social do País (...)*” (CUT/UNITRABALHO, 2003). É, portanto, a partir dessa conjuntura e de uma relação orgânica entre a CUT e o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que analisaremos a configuração da política de Educação Profissional do Governo Federal, consignada no Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional (PNQ), e a execução desse Plano na estrutura sindical da CUT.

## **2.2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO PLANFOR E O FETICHE DA EMPREGABILIDADE**

O PLANFOR<sup>62</sup> surge como proposta de dinamizar a política pública de qualificação profissional financiada com recursos do FAT e afirma ter como missão focar a política de Educação Profissional como política pública de trabalho e geração de renda. Com base nisso, o Governo Federal se propunha a mobilizar novas instituições e redirecionar o novo modelo de Educação Profissional com vista à construção de uma nova institucionalidade.

Fundamentado em três premissas básicas, a saber: avanço conceitual, articulação institucional e apoio à sociedade civil, o PLANFOR foi proposto com o objetivo de, conjugado a outros instrumentos, contribuir para: combater o desemprego e o subemprego da População Economicamente Ativa (PEA); reduzir os índices de pobreza e de desigualdade social; aumentar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

---

<sup>62</sup> O PLANFOR, lançado em 1995, no bojo da plataforma de Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi implementado a partir de 1996 através da Resolução nº 126/96 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). Vale ressaltar que os recursos do FAT foram o fulcro financeiro para a implantação e implementação do PLANFOR. Ressalta-se, ainda, que o Governo Federal dispunha de recursos provindos de outras fontes, como do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Mundial (BM).

Com vista a atingir esses objetivos, o PLANFOR teve como meta quantitativa, a ser atingida a médio e longo prazo, oferta de Educação Profissional suficiente para qualificar, anualmente, em torno de 20% da PEA, entre 1995 e 1999, equivalente a aproximadamente 15 milhões de trabalhadores.

O PLANFOR, implementado em todas as regiões do país a partir de 1996, sob direção do Ministério do Trabalho (MTb) e com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), articulado à estratégia do Governo Fernando Henrique Cardoso de “consolidar o Plano Real e retomar o crescimento econômico em bases sustentáveis”, em um período marcado pela chamada reestruturação produtiva, além de não conseguir atingir sua meta quantitativa anunciada de qualificar ou requalificar, até o ano de 1999, cerca de 15 milhões de trabalhadores jovens e adultos, ou seja, 20% da PEA, consolidou-se por intermédio de uma rede de educação profissional formada majoritariamente por instituições privadas.

Os relatórios do PLANFOR, indicam que somente 14% da PEA tiveram acesso aos cursos de qualificação ou requalificação financiados com recursos do FAT, no período entre 1995 e 1999. Ademais, sem adentrar em uma análise mais pormenorizada da grande defasagem entre a quantidade de jovens e adultos da PEA não atendidos pelo PLANFOR e *os 12,6 milhões a 15,4 milhões de trabalhadores* (MANFREDI, *ibidem*, p. 155) desse mesmo grupo que teve acesso, durante o período entre 1995 e 2001, aos cursos modulares, segmentados, focados no setor de serviços, com grande variação de carga horária e, na quase totalidade, desarticulados do sistema regular de ensino, faz-se necessário considerar alguns fatos relevantes da política do Governo Federal que orientou a Educação Profissional, após a promulgação do Decreto nº 2.208/97<sup>63</sup>.

Em uma avaliação externa sobre o PLANFOR do Rio Grande do Sul, 1996 a 2002, dentre os que conseguiram ocupação após requestrar os cursos em 2000 (ano em que o perfil socioeconômico dos alunos se aproximou da população alvo do PLANFOR), apenas cerca de 25% consideram os cursos como fator mais importante para a obtenção do trabalho.

---

<sup>63</sup> O Decreto nº 2.208/97 e a nova LDB representaram o triunfo do projeto de Reforma oriundo da classe empresarial, mantendo e aprofundando a dualidade estrutural do ensino e criando uma nova institucionalidade da Educação Profissional que passa a ser organizada em três níveis: básico, técnico e tecnológico, incluindo uma multifacetada rede de escolas que inclui desde as empresas e o seu sistema formador, o “Sistema S”, as ONGs, universidades e os sindicatos além da rede oficial.

Primeiro, a autoritária estrutura normativa implementada, na segunda metade da década de 1990, sob o aval dos organismos internacionais, além de aprofundar a velha dualidade estrutural entre formação acadêmica e profissional, possibilitou a ampliação e consolidação de uma rede de agências e entidades privadas que acabaram sendo beneficiadas com grandes fatias de recursos públicos voltados para a promoção de ações de educação/formação profissional de baixo custo. Segundo, fomentou a privatização progressiva de instituições públicas, como os Cefets e as escolas técnicas e agrotécnicas. Terceiro, paralelamente a esse modelo institucional de educação profissional, caracterizado pela descentralização de ações formativas de curta duração e pelo estabelecimento de parceiras público-privadas, gestou-se um tipo de movimento por parte dos setores organizados da sociedade brasileira no sentido de atuar e propor alternativas para os mais diversos problemas educacionais do País (MORAES, 1999; RAMOS, 2005).

Kuenzer, ao analisar a Reforma da Educação Profissional, regulamentada pelo Decreto 2.208/97, denuncia a lógica que a presidiu:

... mera redução de custos por meio de uma pretendida aproximação do mercado que demandaria cursos curtos, do descompromisso crescente do Estado com o financiamento da educação pública para além do fundamental, da racionalização do uso dos recursos existentes nos Cefets e ETFs, escolas muito caras para preparar para o ensino superior (1997, p. p. 91-92).

No período posterior à promulgação da Lei 9.394/96 (Decreto Federal nº 2.208/97, Portaria/MEC nº 646/97, Portaria/MEC nº 1.005/97, Portaria MEC/MTb nº 1.018/97, Lei Federal nº 9.649/98), presencia-se uma forte presença da questão da educação nos discursos dos empresários, das instituições governamentais e organizações sindicais que vinculam, de forma direta, a formação e a elevação da escolaridade à superação dos males do desemprego, do subemprego e da precarização do trabalho. Parte-se, aqui, do pressuposto idealista de que a educação é solução para o desemprego e para fazer o País competir no mundo globalizado.

Como assinala a análise conjunta de Frigotto; Ciavatta, e Ramos (2005), para o Governo (em parceria com os empresários) torna-se fundamental que o novo arcabouço jurídico-institucional e sua poderosa estrutura discursiva dêem conta da instabilidade política e social gerada pelo aumento do desemprego estrutural e da desigualdade social. Nesta perspectiva, a política de Educação Profissional aponta a educação/formação com foco na *empregabilidade*

de vastos segmentos da PEA excluídos do mercado de trabalho. Isso, por sua vez, corresponde a um movimento restritivo à oferta de educação média no ensino público federal em favor da expansão da educação profissional modular e fragmentada adaptada à lógica da divisão internacional do trabalho.

Exemplo que ilustra esta realidade pode ser encontrado no Censo de 2003. Se mensurados os dados levantados por Ramos (2005, p. 38), constatamos a predominância da “... oferta de educação profissional pelo setor privado em quase todos os níveis: básico, 57,6%; técnico, 42,3%; tecnológico, 76,7%”.

A fundamentação do PLANFOR, no que diz respeito à proposta de avanço conceitual, pressupunha a construção e consolidação de um novo enfoque metodológico e operacional da Educação Profissional. Nessa perspectiva, o Plano pretendia considerar as seguintes dimensões: 1) demanda efetiva do setor produtivo e no perfil da população a ser atendida por esses cursos; 2) qualificação entendida como direito do cidadão a ser desenvolvida em bases contínuas, permanentes, em caráter complementar à educação básica; 3) desenvolvimento integrado de habilidades básicas, treinamento, assessorias, extensão e outras ações presenciais ou a distância; 4) atenção à diversidade social, econômica e regional da PEA com vista a promover a igualdade de oportunidades nos programas de qualificação e no acesso ao mercado de trabalho (LEITE, *ibidem*).

De acordo com a análise de Leite (*ibidem*), o PLANFOR no que se refere à dimensão “articulação institucional” propunha-se a desenvolver a Política Nacional de Formação articulada a Política Pública de Trabalho e Geração de Renda, além de consolidar e integrar o sistema de Educação Profissional para atuar na qualificação permanente da PEA, em bases participativas e descentralizadas. Tal sistema, desvinculado da educação formal, seria em princípio integrado pela oferta efetiva ou potencial de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, governamentais e não-governamentais, compreendendo pelo menos os seguintes grupos de instituições: Universidades; Cefets, Escolas Técnicas e Agrotécnicas; fundações; sindicatos, centrais sindicais; escolas profissionais livres; entidades comunitárias, ONGs e outras organizações laicas ou confessionais.

Nesta perspectiva, a educação da classe trabalhadora se efetiva, em curto prazo, por intermédio de cursos profissionalizantes, organizados e geridos por meio de um sistema

paralelo à escolarização regular, ministrado pelo Governo em parceria com um extenso leque de entidades, mediante repasse dos recursos do FAT voltados a execução de programas de formação profissional.

Quanto ao apoio à sociedade civil, o PLANFOR tinha como proposta a promoção, em ampla escala, de ações de qualificação do trabalhador, incluindo não só cursos e treinamentos, mas assessorias, extensão, pesquisas e estudos, tendo por prioridade o atendimento à população que por uma conjunção de fatores, como pobreza, baixa escolaridade, gênero, raça/cor, ficaram fora do mercado de trabalho e de outras alternativas de qualificação profissional.

A proposta originária do PLANFOR partiu, em suma, do pressuposto de que a oferta da educação profissional das instituições públicas ou privadas não considerava adequadamente a demanda do mercado e tinha um caráter assistencialista-tecnicista.

Ao contrário da propagação dos cursos ofertados por essas instituições que não levavam “... *em conta a demanda do mercado*” e pautavam-se por um viés assistencialista, o qual concebia a “*qualificação como ‘laborterapia’ ou solução para problemas sociais, inclusive como substitutiva da educação básica, sob o argumento de que ‘pobres precisam trabalhar logo’*” (idem, ibidem, p. 05), o processo educativo de *construção coletiva, de pesquisa-ação, de conflito e busca permanente de consensos* no âmbito das ações formativas do PLANFOR pautava-se “virtualmente” na demanda do setor produtivo e no público que, por uma conjunção de fatores, como pobreza, baixa escolaridade, gênero, raça, necessidades especiais e outras condições não tiveram acesso ao mercado de trabalho e a educação formal.

No que se refere ao eixo da proposta em relação ao atendimento da demanda dos denominados grupos vulneráveis, porém “... *sem conotação assistencialista* ...” (idem, ibidem, p.13), a execução do PLANFOR revela que isso não se efetivou na prática.

Segundo a análise da citada autora (ibidem, p. 14), além de não existirem metodologias capazes de identificar a real demanda de Educação Profissional no País, o PLANFOR contou com pouco preparo dos técnicos das “... *STbs e entidades executoras, para utilizar dados existentes sobre essa demanda ou buscar formas mais dinâmicas de coletá-los*”.

Conforme a mesma análise, fica demonstrado que a não existência de instituições públicas ou privadas voltadas para o atendimento dos chamados grupos vulneráveis, em termos de mobilização, metodologias e conteúdos, contribuiu, dentre outros fatores, para a seletividade do público atendido, em favor de pessoas com maior escolaridade, contrariando, portanto, uma das premissas básicas do referido programa. Tanto é que os dados estatísticos dos relatórios do PLANFOR indicam que, até 1999, 58% do público atendido pelo PLANFOR eram constituídos por pessoas com 8 anos de estudo.

Ademais, pesquisa-avaliação realizada sobre o *Projeto de Requalificação Profissional do Bancário do Ceará – 1998, Versão Inicial*, com o qual o Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários do Estado do Ceará - SEEB inaugura a adesão da CUT/Ceará à política de formação profissional do MTb, revela que o primeiro Curso de Requalificação do Trabalhador Bancário, inspirado originalmente num trabalho de formação implementado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, ao contrário de balizar-se por uma formação política e sindical de caráter classista voltada para o desenvolvimento da consciência de suas bases, tampouco se diferenciou conceitual e terminológica da formação promovida pelas agências construídas segundo a ótica e as necessidades do mercado de trabalho<sup>64</sup>.

Face às metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho, o discurso da empregabilidade “... *tende a instituir-se num poderoso mecanismo de modelização da consciência (...)*.” (GENTILI, 1999). Além de ser uma ferramenta ideológica importante na reprodução dos novos métodos destinados a governar a subjetividade da classe trabalhadora, diante da grande massa de trabalhadores desempregados, a tese da empregabilidade difunde a concepção de que, quanto mais capacitado/qualificado o trabalhador, maiores as suas possibilidades de ingressar e/ou permanecer no mercado de trabalho.

No contexto da crise estrutural do capital, que tenta interceptar e anular transitariamente os efeitos da lei geral de tendência decrescente da taxa de lucro, “... *a tese da empregabilidade*

<sup>64</sup>A referida pesquisa, realizada pelo IMO, destaca que nos programas/projetos implementados pelos organismos sindicais, quer, emanados diretamente da própria CUT/Nacional, ou desenvolvidos por iniciativa das suas estruturas orgânicas ou filiadas, como no caso específico da formação profissional levada a efeito pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Ceará (SEEB/CE), a natureza da formação sindical cutista circunscrita, que uma vez, nos parâmetros da política de formação profissional financiada com recursos do FAT, além de não causar impactos expressivos na vida profissional dos egressos do citado curso, em termos pedagógicos, veio “... *coadunar-se, sem qualquer contradição, com o discurso oficial de legitimação da noção de empregabilidade*” (JIMENEZ, 2004, p. 230).

*recupera a concepção individualista da teoria do capital humano (...)*” (GENTILI, ibidem, grifo nosso). Essa poderosa ferramenta conjugada aos pressupostos ético-políticos e psicopedagógicos das noções de competência<sup>65</sup> se incorporam no senso comum governando as escolhas (ou a falta de escolhas) dos indivíduos no campo educacional e no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o conjunto de políticas educacionais implementadas, durante os anos 1990 e virada do século XX, justifica e

... afirma a necessidade de que tanto os candidatos à permanência no setor formal da economia, quanto os que só têm como alternativa o setor informal envolvam-se num processo de educação contínua, reafirmando, por essa forma, não só o mérito individual como critério de mercado, mas a responsabilidade individual para inserir-se e manter-se nele (CNM/UNITRABALHO, 1999, p. 71).

Concordamos com Neves (2000) que a larga utilização do conceito de empregabilidade desempenha uma função central na renovação dos vínculos entre educação e superexploração, sobre o qual o trabalhador treinado/capacitado segundo os métodos técnico-políticos e psicopedagógicos do paradigma da acumulação flexível passam a obter a possibilidade limitada de ocupar um posto de trabalho, *reforçando, assim, a estratégia empresarial de arrocho salarial.*

Nesse sentido, torna-se questionável o fato do envolvimento das organizações sindicais na execução das políticas públicas de qualificação profissional dos Governos neoliberais, através de ações formativas convergentes com os cursos ofertados pelo PLANFOR, como parte da estratégia de “enfrentamento político-ideológico” do chamado sindicato-cidadão dos anos 1990.

<sup>65</sup> A noção de competência, desde o início da década de 1990, segundo análise de Noela Invernizzi (2001), vem ganhando relevância em substituição à noção de *qualificação* em todas as áreas do conhecimento. Amplamente utilizado para expressar um novo tipo de conhecimento-habilidade-atitude que deverá portar o trabalhador da era pós-fordista da acumulação flexível prima pela ênfase em três exigências requeridas pelo processo produtivo: saber, saber fazer e saber ser, sendo que esta última dimensão ganha maior destaque tanto nos documentos quanto nos discursos. Transferido do campo da sociologia do trabalho, ou melhor, do discurso empresarial, a teoria das competências significa a reedição do tecnicismo, que somada a noção de empregabilidade fortalece a individualização dos saberes. Para Jimenez (2003, p. 04), o discurso da competência “...alimenta a noção de que cada indivíduo pode e deve aprimorar determinadas competências que o singularizarão, marcando um diferencial competitivo, traduzido o ‘marking pessoal’ que o distinguirá do conjunto dos demais candidatos às escassas vagas do mundo do emprego”.

Apesar do investimento no desenvolvimento de suas capacidades “empregatícias”, sabemos que os trabalhadores continuarão desempregados, ou empregados em condições precárias, pois, como observa Coggiola, *os trabalhadores vêm-se qualificando, mas não há crescimento de ocupação para todos os qualificados (...)*” (idem, ibidem, p. 143). As limitadas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, a falsidade da promessa que vincula educação/formação profissional e emprego fica explícita, quando se examina os dados estatísticos indicam que mais de 400 mil profissionais com diploma universitário sobrevivem de atividades que não demandam suas capacidades.

O discurso da empregabilidade tem significado, um forte instrumento no projeto político de contra-reforma do Estado e especialmente no campo da educação profissional. Na verdade, a contra-reforma no campo da educação profissional vem respondendo a dois objetivos concomitantes: a conformação da classe trabalhadora à ideologia burguesa e a despolitização das demandas de grande parte dos movimentos sindicais que, nos anos 1980, direcionavam seus eixos de lutas para a defesa da escola pública, gratuita, universal e laica.

Posto isso, resta saber como vem se configurando a política educacional, e mais especificamente, a política de formação profissional no contexto do Governo Lula ou, de forma mais precisa, quais os desdobramentos e/ou as repercussões das medidas adotadas por esse Governo no âmbito da luta sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) por uma educação unitária e politécnica.

### 2.3. A CUT: DO PLANFOR AO PNQ: O QUE MUDA?

Após oito anos de implantação do Plano Nacional de Formação (PLANFOR) e considerando as avaliações feitas que apontaram a malversação na aplicação dos recursos do FAT<sup>66</sup>

<sup>66</sup>Criado pela Constituição de 1988 (Artigo 239), o FAT tem como objetivo reunir recursos, provenientes de contribuições sociais do setor privado e público e incidentes sobre o faturamento das empresas (PIS e PASEP), com vista, dentre outros propósitos, à promoção de programas de intermediação de força de trabalho, de qualificação profissional e de informação sobre o mercado de trabalho. Embora os recursos do FAT estejam vinculados à qualificação profissional, sua utilização já gerou muitas irregularidades. Tanto é que as investigações do Ministério Público constataam que muitas vezes os recursos do FAT acabam indo parar nas mãos de empresários ou em instituições não-governamentais que, aproveitando de juros baixos, bem inferiores aos de qualquer banco, usam esse recurso público para aumentar seus lucros/negócios. Além disso, vale deixar registrado que das “... *quatro principais centrais sindicais do País – CUT, Força Sindical, CGT e SDS – estão impedidas de pegar recursos do FAT até que sejam finalizadas as investigações do Tribunal de Contas da União (TCU), que trata de desvio de dinheiro*” (SIMÃO, 2006). Ademais, temos ainda alguns escândalos que, inclusive, chegaram a serem divulgados pela imprensa, como os casos de desvio do FAT em Santa Catarina,

destinados a cursos de formação e requalificação profissional, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Secretaria Federal de Controle da Corregedoria-Geral da União (SFC/CGU) sugeriram mudanças objetivando um maior controle público e operacional dos recursos do FAT. O Governo Federal, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em face das críticas negativas à ineficiência social e pedagógica das ações do PLANFOR, decide extinguir o PLANFOR e instituir um novo Plano Nacional de Qualificação Profissional/PNQ.

Estabelecido pela Resolução nº 333/2003 do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), o PNQ elege como objetivo principal “... *promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação*” por meio da “*articulação das políticas e ações vinculadas ao emprego, trabalho, renda e educação (...)*”, com a perspectiva contributiva de: *formação integral; aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e de oportunidades de emprego e renda; elevação da escolaridade; inclusão social; combate à discriminação de grupos mais vulneráveis da população; aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho e elevação da produtividade* (PNQ 2003-2007). Sendo assim, o PNQ como parte integrante das políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de intermediação da força de trabalho, do microcrédito, da economia solidária e do seguro desemprego está vinculado diretamente às ações do MEC, sobretudo no que diz respeito à proposta educativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

O PNQ adota a noção conceptual de qualificação “... *como aquela que permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho ...*” e tem foco primordial as seguintes diretrizes: *desenvolvimento político-conceitual, articulação institucional, qualidade pedagógica, efetividade social e política.*

---

Mato Grosso do Sul (Gestão Zeca do PT) e Distrito Federal (1999). Nesse último, a investigação do Ministério Público do DF revela que 4,4 milhões do FAT acabaram sendo abocanhado por uma ONG e cuja utilização desse recurso acabou não sendo usado na qualificação de 12.500 trabalhadores. Conforme reportagem da revista Veja *on-line*, grande parte desse dinheiro acabou sendo utilizado para custear “... *viagem de um diretor... da Agora-ONG para a Europa e ... festa de confraternização de funcionários da Secretaria do Trabalho (...)*” Entretanto, apesar de comprovado o desvio e de uma ação judicial *pedindo* que seja feito o ressarcimento de *quase 900.000 reais aos cofres públicos*”, essa organização não-governamental, que “*nasceu sob a estrela do pestismo*”, anda de braço com o Governo Lula. Segundo apuração da citada revista, essa ONG recebeu, até agora, do Ministério do Trabalho a soma de 200 milhões, quantia essa que não foi liberada para nenhuma instituição que atua no âmbito da política pública de emprego.

A observação mais atenta dos objetivos dispostos no PNQ revela duas intencionalidades que poderiam ser consideradas um diferencial, se tomarmos o PLANFOR como referência para uma comparação documental. A primeira se refere à formação integral e a segunda é a ênfase dada à necessidade de promover a elevação do nível de escolaridade. Os demais objetivos expressos no PLANFOR guardam estreita similitude aos do PNQ, diferindo apenas na forma. Tanto é que ao se tratar do objetivo *reduzir o desemprego e o subemprego da PEA*, entendemos como sinônimo de aumentar a *probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente*; *combater a pobreza e a desigualdade social* como algo similar à *inclusão social* e o combate à *discriminação de grupos mais vulneráveis da população*; *eleva a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo* não difere de aumentar a *probabilidade de permanência no mercado de trabalho e elevação da produtividade* (www.met.gov).

Outro aspecto que guarda semelhança é que o PLANFOR constituía-se também como parte integrante das políticas públicas de trabalho, emprego e renda, articuladas à tentativa de promover, a médio e longo prazo, o acesso da classe menos favorecida às formas tradicionais de educação profissional. O diferente aqui se apresenta, novamente, apenas na forma de dizer.

A tônica das ações do PLANFOR, concebidas *como direito do trabalhador e componente básico do desenvolvimento sustentado, com equidade social*, apresentava como primazia a promoção de cursos de qualificação profissional embasados nas demandas do mercado de trabalho, vinculados, sobretudo aos programas de *intermediação, crédito popular e seguro desemprego* com vista ao *desenvolvimento de pequenos trabalhos artesanais, autônomos ou associativos*. No caso do PNQ, o que aparece em primeiro plano é a *inclusão social*, o desenvolvimento econômico solidário, *com geração de trabalho e distribuição de renda, ambientalmente sustentável* e promotor da *expansão da cidadania* e fortalecedor da *democracia*. Um leitor desatento poderá não encontrar uma diferença sutil entre as duas propostas. No entanto, uma observação mais acurada revela que no PNQ o foco é dirigido ao chamado *trabalhador cidadão*.

Não obstante essa sutileza, podemos inferir que a lógica continua sendo a mesma, com o agravante representado pela concepção de qualificação *como uma construção social* que “... *permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho (...)*” e inclui uma falsa noção de *formação integral* e de elevação da escolaridade negada concretamente pela oferta de

programas paliativos de curta duração pautados pelo poderoso construto ideológico da inclusão cidadã.

Logo na época de sua estruturação e implementação, ano de 2003, o PNQ recebeu do FAT R\$: 186 milhões com o objetivo de qualificar os chamados grupos vulneráveis, especialmente os trabalhadores com pouca renda e baixa escolaridade, incluindo aqueles mais sujeitos às diversas formas de discriminação social “(*desempregados de longa duração, afro-descendentes, índios descendentes, mulheres, jovens, portadores de deficiência, pessoas com mais de 40 anos e outros*)” e, conseqüentemente, com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

A diferença entre o PLANFOR e o PNQ no que se refere ao público-alvo reside no fato de que esse último insiste na clara especificação *das populações marginalizadas historicamente*. Observa-se que no Art. 8º da Resolução nº 333 do CODEFAT o primeiro e o último parágrafos evidenciam a priorização do atendimento aos segmentos citados.

Em quaisquer dos segmentos citados acima, terão preferência de acesso aos programas do PNQ pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente, particularmente os/as trabalhadores/as com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas à diversas formas de discriminação social e, conseqüentemente, com maiores dificuldades de acesso ao um posto de trabalho (desempregados de longa duração, negros/as e afro-descendentes, índio-descendentes, mulheres, jovens, portadores de necessidades especiais, em particular os portadores de deficiência, pessoas com mais de 40 anos etc.) (PNQ, 2003-2007, p. 34).

Não obstante os dados quantitativos de efetividade social do PNQ calculados por grupos vulneráveis específicos terem sido apontados como satisfatórios em relação a gênero (39,31% a mais de mulheres), etnia (19,03% a mais de negros, pardos, indígenas e amarelos) e faixa etária (jovens – 110,3% a mais), segundo a previsão da PEA, o referido Plano não conseguiu atingir uma das metas principais que é a elevação da escolaridade<sup>67</sup>. Nesse item, faltaram 11,4% para chegar a 100% da meta estipulada.

Ressalte-se que os cálculos foram baseados no que se chamou participação relativa, ou seja, o resultado da diferença entre o percentual de participação do grupo no PNQ e o percentual de participação do grupo na PEA. Vale lembrar também que o citado documento apresenta

<sup>67</sup> Ver documento do Ministério do Trabalho e Emprego intitulado PNQ/PlanTeQs 2003 e 2004 – Indicadores de Desempenho, p.p. 04-05.

apenas os resultados preliminares, correspondentes a 90% da execução Plano Territoriais de Qualificação - PlanTeQs 2004.

Conforme determinação prevista na Resolução nº 333 do CODEFAT, tais grupos deveriam ter acesso a *cursos, seminários, oficinas, laboratórios e outras modalidades* de qualificação social e profissional com uma carga horária *média não inferior a 200 horas*.

O resultado do indicador qualidade pedagógica, alcançado *pela somatória da carga horária geral e da carga horária específica, multiplicadas pela quantidade de educandos concluintes<sup>68</sup> em cada um dos cursos<sup>69</sup>*, permite verificar se os cursos ofertados seguiram a carga horária média prevista na citada Resolução.

Adotando como meta, em 2003, 120 horas e, em 2004, 200 horas<sup>70</sup>, o documento do MTE intitulado *PNQ/PlanTeQs 2003 e 2004 – Indicadores de Desempenho*, ao comparar a carga horária média do PNQ com o resultado desse mesmo indicador referente ao PLANFOR em ano anterior, permite identificar um avanço do ponto de vista da qualidade pedagógica dos cursos de qualificação.

Todos os cursos foram promovidos por diversas entidades de natureza pública ou privada<sup>71</sup> que se habilitaram a desenvolver programas ou projetos na linha programática e estratégica voltada prioritariamente aos grupos vulneráveis e às demandas do desenvolvimento econômico e social *levantadas pelo poder público*, por intermédio dos/as Conselhos/Comissões Estaduais do Trabalho ou pelos/as Conselhos/Comissões Municipais

<sup>68</sup> Quanto à taxa de conclusão dos cursos, o citado documento indica que o PNQ/2003 teve 143.897 inscritos, 139.207 concluintes e 96,74% de conclusão. Contra 144.462 inscritos, 137.215 concluintes e 94,98% de conclusão do PNQ 2004.

<sup>69</sup> No que se refere à natureza dos cursos de qualificação social e profissional, o referido documento não faz qualquer menção a esse respeito, nem a que mercado de trabalho esses cursos estão voltados. No entanto, a nossa experiência como bolsista junto à UNITRABALHO/UFC revela que os cursos ofertados no âmbito do PlanTeQ/Ceará -2003 estavam quase na sua totalidade vinculados ao setor de serviço.

<sup>70</sup> Respectivamente os resultados obtidos foram 110,97 (2003) e 193,35 (2004) contra 62,4 (2002).

<sup>71</sup> De acordo com a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo do Ceará – SETE/Ce, 19 entidades credenciadas junto a esse órgão são constituídas de instituições de natureza privada, dentre as quais podemos destacar as seguintes: SENAC, SENAI, SENAT e SENAR. Em igual número, aparece algumas organizações sindicais dos trabalhadores filiadas à CUT, sendo 2 Federações: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE) e Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviço (FETRACE) e 2 Sindicatos: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Ceará (SEEB/CE) e Sindicato dos Empregados no Comércio de Fortaleza e Região Metropolitana (SINDCOM).

do Trabalho<sup>72</sup>, e pela sociedade civil organizada, por intermédio de “entidades de comprovada competência técnica e capacidade de execução.”

A adesão, sem restrição, da CUT às políticas reacionárias do Governo Lula, em especial no campo educacional, justifica-se, a nosso ver, em parte, em razão dos seguintes fatores: 1) fruto da cooptação que se expressa na nomeação de dirigentes sindicais a exercer cargos no primeiro e segundo escalões na administração federal; 2) posição assumida pelo sindicalismo desde o final dos anos 80; e 3) injeção de vultosos recursos repassados pelo FAT para financiar a formação sindical e profissional. Quanto a este último, de acordo com a análise de Matos (2003, p. 62), em 1999, 70% das despesas da CUT estavam vinculadas ao repasse dos recursos advindos do FAT.

A partir da aprovação da Resolução nº 333 do CODEFAT, de julho de 2003, o Ministério do Trabalho redefiniu as parcerias e ampliou os interlocutores diretos com os quais estabeleceu convênios no âmbito das ações de “qualificação social e profissional”, e assim o dinheiro do FAT passa a ser depositado diretamente para as Secretarias Estaduais e às Municipais com densidade demográfica acima de um milhão apurados pelo Censo do IBGE.

A Escola Sindical São Paulo/CUT com a colaboração da Secretaria Nacional de Formação da CUT (SNF/CUT) informa, por meio da publicação intitulada: *Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Socioprofissional nas Relações Capital-Trabalho*, algumas experiências levadas a efeito pelo sindicalismo cutista em nível nacional no âmbito do PNQ/Projeto Especial de Qualificação (PROESQ).

Dentre as várias confederações do ramo industrial, federações e sindicatos filiados à CUT destaca-se a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e dois sindicatos de base: Sindicato da Construção Civil do Espírito Santo e Sindicato da Construção Civil da Paraíba, cujas experiências não estão sendo acompanhadas diretamente pelas confederações.

Nos ramos da organização vertical da CUT como, por exemplo, comércio, serviços, telecomunicação e informática, a citada publicação informa que a Confederação Nacional

<sup>72</sup> Vale destacar que durante a execução do PLANFOR tais órgãos tinham um papel de aprovar e homologar os Planos Estaduais de Qualificação elaborados no âmbito das Secretarias de Trabalhos Estaduais, no PNQ tais entidades passam a ter papel importante no sentido de garantir uma efetiva participação e controle social na elaboração, condução e avaliação da Política Pública de Qualificação.

dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS), a Federação Interestatal dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (FITTEL) e a Federação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados (FENADADOS), em 2004 e 2005, não realizaram cursos no âmbito do PNQ/PROESQ e que tais estruturas da CUT tinham *pouco conhecimento* das experiências que estavam sendo realizadas pelos sindicatos de bases.

Consta ainda, nesta publicação, que existe no âmbito dos sindicatos filiados à FITTEL duas experiências que estavam sendo desenvolvidas pelos sindicatos estaduais de Pernambuco e do Rio de Janeiro (SINTTEL-PE e SINTTEL-RJ)<sup>73</sup>.

Na esfera do Serviço Público, foram mencionados alguns projetos que vinham sendo desenvolvidos por Confederações, Federações, e sindicatos filiados à CUT. Destaca-se o caso do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF) no desenvolvimento de miniprojetos de educação ambiental, cujas ações ocorrem, *“... de certa forma, voluntariamente, pois os próprios dirigentes ministram as aulas”*.

No que se refere aos sindicatos dos trabalhadores rurais, destaca-se o Projeto SEMEAR Bahia, desenvolvido em parceria entre CUT, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), Prefeitura de Alagoinha, com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio do ProEsQ, cujo objetivo é *eleva a escolaridade no meio rural nordestino, profissionalizar a agricultura familiar e formar lideranças da agricultura familiar* e tem como público prioritário jovens e mulheres que tenham ou não frequentado o ensino regular<sup>74</sup>.

Em relação aos trabalhadores não assalariados, a referida publicação destaca os *programas de formação* do PNQ/ProEsQ desenvolvidos pela ADS/CUT nos anos 2003 e 2004 em *105 municípios*, totalizando *176 ações* e *3.512 cursandos*.

<sup>73</sup> Vale observar que esta publicação, ora oferece informações mais completas acerca da forma e como estava sendo realizado o PNQ em algumas unidades da federação, como nos casos dos sindicatos de Pernambuco e do Rio de Janeiro que tinham como público os trabalhadores das empresas terceirizadas. Ora, apenas nomina o curso do PNQ/PROESQ como é o caso SEMEAR Bahia. Em Pernambuco as aulas aconteceram *“... na sede do próprio sindicato, por meio de tele-salas, e com professores cedidos pelo governo estadual”*. No Rio de Janeiro, os trabalhadores freqüentavam *“...as aulas em uma escola estadual uma vez por semana e esclareciam dúvidas no sindicato”*.

<sup>74</sup> Neste caso não há qualquer informação sobre a forma ou como vinham sendo realizados os cursos, o que gera, no nosso entender, uma grande expectativa e que remete futuramente a uma pesquisa.

Com base neste apanhado<sup>75</sup> das experiências do sindicalismo cutista no âmbito do PNQ em nível nacional, somado a uma palestra ministrada pela Professora. Dra. Maria Carmela Buonfiglio, sobre o tema *O PNQ e a Política Nacional de Qualificação do Trabalhador nos marcos do Capitalismo Contemporâneo*<sup>76</sup>, a qual avaliou a execução do PNQ na Paraíba como *muito ruim*, é possível inferir que o PNQ se opera de forma muito peculiar em cada Estado.

De posse, até aqui, desse apanhado realizado pela Escola Sindical São Paulo/CUT, destacamos os seguintes gargalos do PNQ: a precarização na infra-estrutura e no processo de contratação dos professores, pouca articulação entre a formação profissional e o sistema regular de ensino.

O documento oficial da Secretaria Nacional de Formação da CUT reconhece que esse programa trouxe “... o risco de maior fragmentação das experiências e pulverização das ações, à medida que se amplia o leque de atores que podem se habilitar para desenvolver programas de qualificação, mesmo entre as instâncias da CUT” (SNF/CUT, 2003).

No capítulo que se segue, a problemática em questão fica mais evidente, visto que o trabalho empírico toma a escala local, no caso, a execução do PNQ no Ceará em 2003 e a participação da CUT/Ceará neste programa revelando aspectos comuns ao todo, não obstante estejamos cônscios de que cada local guarda suas especificidades.

---

<sup>75</sup> Informado de maneira não uniforme pela referida publicação da Escola Sindical São Paulo/CUT (2005).

<sup>76</sup> Palestra proferida no auditório do SESC/Iparana no dia 1º de junho de 2004, a qual se encontra transcrita no Relatório do Seminário: O PNQ e a Qualificação Social e Profissional do Trabalhador no Ceará: Avanços, Limites e Desafios. (UNITRABALHO/UFC)

### CAPITULO 3 – A PARTICIPAÇÃO DA CUT/CEARÁ NA EXECUÇÃO DO PNQ/PLANTEQ - 2003

*“Aprender deve ser um prazer, não um dever.  
Conhecer o mundo é o caminho para mudá-lo para melhor.”  
Davi Souto, 2005.*

Tomamos como objeto específico de análise a participação da CUT na execução do PNQ no Ceará (PlanTeQ). Isto foi feito buscando articular dialeticamente o singular e o geral, a parte e o todo, ou seja, tentando apreender a dinâmica local à luz das diretrizes e da política traçada nacionalmente pela Central.

Para fins de análise da execução do PNQ/PlanTeQ e da participação da CUT/Ceará neste Plano, optamos pela análise documental enfatizando os resultados do Relatório da Avaliação Externa do PNQ/CE-2003 e entrevistas concedidas à equipe da UNITRABALHO/UFC<sup>77</sup> da qual participei, que nos prestam informações dos representantes das três bancadas – trabalhadores, governo e empresários - que têm assento no Conselho Municipal do Trabalho de Fortaleza (COMUT)<sup>78</sup>.

Com base no Relatório da Avaliação Externa do PNQ/PlanTeQ, realizada pela equipe da UNITRABALHO/UFC<sup>79</sup>, datado a 30 de março de 2004, no Estado do Ceará, o PNQ durante seu primeiro ano de execução se implementou em 29 entidades executoras<sup>80</sup>, teve seus projetos aprovados pela Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETE) e incluídos no

<sup>77</sup> A Rede interuniversitária nacional ficou sendo a instituição responsável em nível nacional pela primeira Avaliação Externa do PNQ. No caso da Seção/Ceará, criada em 1996, a Avaliação Externa do PNQ/PlanTeQ/CE, releva que este Plano foi elaborado, basicamente, em apenas cinco dias e executado no período de outubro a dezembro de 2003. Equipe responsável pela elaboração da Avaliação Externa do PlanTeQ/CE-2003: Professor Ozir Tesser – Coordenador; Professor Aécio Alves de Oliveira; Professor Agamenon Tavares de Almeida; Professora Nazaré Oliveira Fraga, Professora Rosemary Conti; Professora Susana Vasconcelos Jimenez, Professora Vera Lúcia de Almeida; Cícera Maria Silva – Mestranda em Sociologia pela UFC; Cristiane Porfirio do Rio – Doutoranda em Educação pela UFC; Liana Souto Araújo – Mestranda em Educação pela UFC e Victoria Régia Arrais de Paiva – Mestranda em Sociologia pela UFC.

<sup>78</sup> A transcrição quase que integral das falas dos representantes das três bancadas – trabalhadores, governo e empresários – encontram-se também relatadas no Relatório da Avaliação Externa do PNQ/PlanTeQ - 2003, realizada pela equipe da UNITRABALHO/UFC.

<sup>79</sup> Equipe responsável pela elaboração da Avaliação Externa do PlanTeQ/CE-2003: Professor Ozir Tesser – Coordenador; Professor Aécio Alves de Oliveira; Professor Agamenon Tavares de Almeida; Professora Nazaré Oliveira Fraga, Professora Rosemary Conti; Professora Susana Vasconcelos Jimenez, Professora Vera Lúcia de Almeida; Cícera Maria Silva – Mestranda em Sociologia pela UFC; Cristiane Porfirio do Rio – Doutoranda em Educação pela UFC; **Liana Souto Araújo** – Mestranda em Educação pela UFC e Victoria Régia Arrais de Paiva – Mestranda em Sociologia pela UFC.

<sup>80</sup> Das 29 entidades executoras, algumas experiências foram promovidas por 3 sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ/PNQ), totalizando 360 ações de qualificação social e profissional em 2003.

A partir da leitura do documento intitulado *Plano Territorial de Qualificação – PLANTEQ/CE/2003*, transcrito, em parte, no Relatório acima citado percebe-se que esse Plano alinha-se aos objetivos do Plano Nacional de Qualificação – PNQ no que diz respeito às seguintes diretrizes:

a) prover capacitação profissional como meio de elevar o nível de competição no âmbito da atividade capitalista praticada no Estado; assegurar espaços ou abrir oportunidades no mercado de trabalho; favorecer o melhor ajuste entre oferta e procura de trabalho; b) possibilitar a mobilidade social; reduzir os desníveis entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o interior do Estado; c) incorporar a dimensão qualitativa nas ações de qualificação, agregando conteúdos que contemplem a compreensão do desenvolvimento com características de autosustentabilidade (PLANTEQ/CE/2003, p.p. 05-08).

Tais diretrizes foram reformuladas com vista a atender o Plano Plurianual/2003-2006 do Governo Lula. A partir da reorientação da Política Pública de Qualificação desse Governo a qualificação profissional passa a ser idealizada como *construção social*, que se opera pelo *diálogo com a sociedade civil* reconhecendo como legítima e democrática a disputa entre *diferentes interesses* e apostando na *transparência no uso e gestão dos recursos públicos* (PNQ 2003/2007). Mas na realidade sua execução não contempla essas características devido a diversos fatores que estão discriminados ao longo do texto.

Ao analisarmos o documento do PNQ/PLANTEQ, observamos que dentre as suas diretrizes centrais destacava-se a articulação entre a elevação da escolaridade e o encaminhamento dos educandos para programas de trabalho, emprego e renda. Mediante a pesquisa realizada pela equipe da UNITRABALHO/UFC constata-se que, além de não ter ocorrido um encaminhamento significativo dos cursandos para o mercado de trabalho, houve um “... grau de dificuldade em articular a alfabetização e/ou elevação da escolaridade com outras políticas públicas (...)” (UNITRABALHO, 2004a, p. 07). Este último aspecto é confirmado por *Carlos Vasconcelos*, representante da bancada dos trabalhadores no COMUT/Fortaleza, quando em entrevista datada de 25/03/2004<sup>81</sup>, afirmou que a prioridade

<sup>81</sup> Entrevista concedida à autora, nas dependências do Sindicato dos Empregados no Comércio de Fortaleza e Região Metropolitana, enquanto integrante da equipe de pesquisadores da UNITRABALHO/UFC na realização da Avaliação Externa do PLANTEQ/CE, em 25 de março de 2004.

do PNQ em articular qualificação profissional e o aumento da escolaridade da PEA ... *ocorreu de forma muito superficial.*

Para este representante, a substituição do PLANFOR pelo PNQ, significou, no fundo, apenas uma mudança de sigla, ou seja, o que era PLANFOR passou a ser PNQ, o que era PEQ passou a ser PlanTeQ. Com o agravante representado pela redução das verbas.

Outra diretriz idealizada no documento do PNQ/PlanTeQ que não condiz com a realidade era que todo o levantamento das demandas seria realizado pelo poder público local, ou pela chamada sociedade civil organizada de maneira a priorizar o *público alvo*, pois conforme a nossa análise a elaboração da maioria dos projetos não partiu de um diagnóstico das necessidades da demanda local, e sim privilegiou novamente o mercado de trabalho, repetindo assim o que ocorria na época do PLANFOR.

Por determinação do Ministério do Trabalho a elaboração do PlanTeQ/CE se efetivou de maneira ágil e rápida, contrário, portanto, ao Artigo 3º, parágrafo 1º, da Resolução nº 333 do CODEFAT, que define que se articule o levantamento das demandas e, ao mesmo tempo, sejam implementadas no âmbito local, prioritariamente, com a participação efetiva de entidades da sociedade civil e das comissões de trabalho e emprego compostas por representantes do governo, do empresariado e da classe trabalhadora, os chamados conselhos/comissões *“tripartites”*, os quais são concebidos pelo representante dos trabalhadores como *“um Conselho virtual”*.

Vale registrar que, embora o *Plano Territorial de Qualificação – PLANTEQ/CE/2003*, elaborado pela Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo (SETE), tenha sido homologado e aprovado pelo Conselho Estadual do Trabalho (CET), no que diz respeito ao levantamento das demandas, os cursos se realizaram de forma precária e insuficiente cumprindo em parte alguns preceitos legais, sem contudo atingir algumas das diretrizes prioritárias do PNQ como que era a de privilegiar o público alvo e não o mercado de trabalho.

Outro fato que merece destaque, ao compararmos as mudanças do PNQ em relação ao PLANFOR, é a injeção menor de recursos face à obrigatoriedade de uma carga horária média maior e um tempo de elaboração e execução menor, sobretudo sem contar que as ações do PlanTeQ/CE foram ministradas em boa parte por profissionais que buscavam apenas uma

complementação salarial, os quais não possuíam vínculo trabalhista e suas condições de trabalho se apresentaram, no geral, precárias.

De fato, no Governo Lula, o PNQ sofre uma redução da liberação do dinheiro do FAT. A União passou a liberar cada vez menos recursos desse fundo para custear cursos de qualificação profissional. Ao se comparar o último ano de mandato do ex-presidente Fernando Henrique com o primeiro do Governo Lula, o montante repassado, em 2002, girou em torno de R\$ 150 milhões contra R\$ 46,1 milhões em 2003.

De 2004 para 2005, houve uma queda de 15,6% no volume de recursos direcionados aos governos estadual e municipal. O valor caiu de R\$ 79,4 milhões para R\$ 67 milhões. No início de 2005, o orçamento previsto para o programa era de R\$ 130 milhões. Com o bloqueio de recursos pela equipe econômica, este montante passou para R\$ 86,4 milhões, mas apenas R\$ 67 milhões foram liberados até o final do ano (SIMÃO, 2006).

Com base na Avaliação Externa do PlanTeQ/CE-2003, constatou-se que muitos dos problemas estruturais existentes no PLANFOR continuaram e foram aprofundados com a implantação e execução do PNQ. Dentre eles destacamos: 1) aligeiramento e a fragmentação tanto do percurso formativo quanto dos projetos; 2) *redução e liberação tardia* dos recursos do FAT; 3) maior *'engessamento' burocrático*; 4) não construção de um sistema de monitoramento, em tempo real e de modo eficiente na aplicação dos recursos; 5) não participação dos conselhos/comissões *tripartites* no levantamento das demandas. Tudo isso comparado às lacunas, incoerências e limitações do PLANFOR, não deixa dúvida de que as ações do PlanTeQ/CE-2003 coadunam-se perfeitamente com a linha propulsora do objetivo político da proposta educativa da SETEC de baixo custo e alto controle ideológico voltados a qualificar psicofisicamente os *jovens, as mulheres, os negros e os homossexuais* para a nova divisão social do trabalho caracterizado pela precarização e terceirização.

Ademais, vale ressaltar que as ações do PlanTeQ/CE foram realizadas, quase na totalidade, em locais (escolas públicas, associações de moradores etc.) que não ofereceram as mínimas condições para *a constituição de laboratórios* com vista à *discussão de referenciais no campo metodológico*, tampouco estiveram articulados à premissa central da elevação da escolaridade até porque, segundo entrevista concedido à equipe da UNITRABALHO/UFC<sup>82</sup>, em 12 de fevereiro de 2004, pela coordenadora das ações de qualificação profissional da

<sup>82</sup> Esteve presente o Professor Ozir Tesser; a Professora Nazaré Oliveira Fraga; a Professora Vera Lúcia de Almeida; Cícera Maria Silva; Cristiane Porfrio do Rio e Liana Souto Araújo.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) da Prefeitura de Fortaleza, *Márcia Jaqueline Magalhães*, representante da bancada do Governo no COMUT/Fortaleza, as 158 turmas compostas basicamente por cursos na área de turismo com carga horária média entre 80 a 200 horas foram realizadas durante as férias escolares e, mesmo que a implantação tivesse sido no período das matrículas, a coordenadora afirma que não existiam cursos para analfabetos, contrariando, portanto, outra diretriz prioritária do PNQ.

Outro relato que põe em cheque o objetivo de diminuir a pobreza e promover a inclusão social dos menos favorecidos, através do acesso a cursos de qualificação com verbas do FAT, fica explícito quando a gerente da área de formação profissional da Câmara de Dirigentes Logistas de Fortaleza, *Anna Cleise Bezerra Rocha*<sup>83</sup>, representante da bancada dos empresários no COMUT/Fortaleza, afirma que, nas atuais condições do mundo do trabalho, de 100 qualificandos que tiveram acessos às ações do PlanTeQ, por exemplo, somente dois conseguem se inserir no mercado de trabalho, além do que, na opinião dela, o mercado acaba selecionando aqueles indivíduos que realmente possuem uma sólida formação escolar.

É falso e ilusório, portanto, o discurso e a prática utilizada por diversos segmentos organizados da sociedade, responsabilizando a falta de qualificação do trabalhador pelo seu afastamento do mercado de trabalho, relegando para a própria classe a culpa pelo desemprego. Na realidade, a crise crescente do desemprego é estrutural, o sistema capitalista não apresenta perspectiva de recuperação para os milhões de desempregados. É significativa uma citação de Paulo Tumolo quando, considera que, na atual fase do capitalismo, a

...‘margem de manobra’ para a realização de reformas que interessam aos trabalhadores é cada vez menor, o que significa ... que o sindicalismo que busque **resultados** ou **alternativas** dentro da ordem capitalista, como tem sido o caso da CUT, tem cada vez menos possibilidades reais de consegui-lo(...) (2002, p. 237).

Portanto, podemos concluir que, em vez do aprofundamento do construto teórico-político fundamentado no antagonismo de classes – presentes em todos os espaços sociais, e não apenas no Estado e no mercado – o que vem ocorrendo, por parte dos dirigentes cutistas, é a substituição de um projeto antitrabalhista. O sistema do capital encontrou os aliados que melhor fazem chegar e seduzir a classe trabalhadora à idéia do Pacto Social.

<sup>83</sup> Em entrevista coletiva concedida, nas dependências da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo (SETE-CE), a duas pesquisadoras que integravam a equipe da Avaliação Externa da UNITRABALHO/UFC sobre o PNQ/PlanTeQ-2003, a saber: a Professora Susana Vasconcelos Jimenez e Cristiane Porfirio do Rio.

Diante do exposto, pode-se, agora, levantar algumas questões referentes à participação da CUT/Ceará na execução do PNQ/PlanTeQ: De que maneira a Central, em razão da tradição de executora do conjunto de atividades formativas organizadas e geridas pela Secretaria Nacional de Formação, atua face à nova dinâmica institucional do PNQ? Quais as reais diferenças entre o PLANFOR e o PNQ? Como a Secretaria Estadual vem acompanhando a elaboração e execução do PNQ/PlanTeQ? A qualificação profissional resolve a problemática do desemprego? São estes os questionamentos abordados na entrevista que realizamos<sup>84</sup> com o responsável pela Secretaria Estadual de Formação dessa Central. Ailson Duarte, Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará que nos informa que embora a CUT/Ceará não esteja, no momento, participando da execução do PNQ, tem conhecimento que três de suas instâncias vêm atuando como co-executoras do Plano. Para o entrevistado o fato da Central não estar envolvida na execução do PNQ não se deve a uma tomada de posição política da CUT, mas aos “empecilhos técnicos” criado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que mudou o processo de contratação das agências executoras, como fica claro na sua entrevista, que transcrevemos mais adiante.

Segundo Ailson Duarte, “*os cursos de requalificação promovidos pela CUT/Nacional, com repercussão nos Estados*” (Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará, 2005), no âmbito do convênio FAT, “*foram todos suspensos no final do Governo Fernando Henrique Cardoso*” (idem, ibidem). Em outras palavras, “*desde o final de 2003, em nível de CUT/Nacional não existe nenhum trabalho sendo executado com recursos do FAT*” (idem, ibidem). O que vem sendo executado, na Central “*são apenas algumas experiências isoladas como no caso da CUT/São Paulo*<sup>85</sup>” (idem, ibidem) que, através do Plano de Qualificação em nível estadual vem participando do PNQ. Além dessa experiência tem conhecimento da CUT/Pernambuco. Segundo o citado Secretário, essa instância “*fez parceria não só com o FAT, mas com o poder público via prefeitura de Recife e de Olinda*” (idem, ibidem). Porém, quando lhe solicitado um aprofundamento maior sobre essa parceria, informou-nos que não tinha maiores informações. O que revela o não-credenciamento da Secretaria Nacional de Formação da CUT (SNF/CUT) junto aos órgãos governamentais na execução do

<sup>84</sup> Realizada em 22 de novembro de 2005, nas dependências da CUT/Ceará. Optamos pela entrevista semi-estruturada com o objetivo de dar voz ao entrevistado, deixando -o falar livremente.

<sup>85</sup> Esclareceu ainda o entrevistado que a CUT paulista assim como a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) tiveram seus projetos de qualificação aprovados no Conselho Estadual do Trabalho (CET).

PNQ/PlanTeQ-2003, mas vale esclarecer que essa Secretaria coordenava ações de qualificação profissional no âmbito do PLANFOR.

No PNQ, diferente do processo de aprovação dos projetos de qualificação profissional do PLANFOR, “o contato é direto entre as entidades” (idem, ibidem) executoras e os órgãos responsáveis pela aprovação e homologação das ações de qualificação. Assim sendo, anteriormente à implantação do PNQ, o envolvimento da estrutura cutista (CUTs estaduais, estrutura vertical, sindicatos) com o PLANFOR se dava através da execução do “*Projeto Nacional de Qualificação da CUT (PNQP/CUT)*”, o qual era coordenado pela Secretaria Nacional de Formação.

Durante a execução do PLANFOR, existia também a demanda direta das entidades executoras no que diz respeito aos recursos do FAT. “*Hoje, essa relação da CUT/Nacional com os recursos do FAT diminuiu muito, não posso dizer que acabou, contudo tem pouca coisa, o que existe é mais em nível de São Paulo*” (idem, ibidem). Daí, pode-se dizer que

o que existe são projetos específicos, visto que em relação aos recursos do FAT ocorreu mudança por **parte do Tribunal de Contas da União o qual colocou empecilhos à participação das centrais sindicais nesse novo processo** (Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará, 2005, grifo nosso).

O Secretário, quando indagado acerca dos motivos que teriam levado o TCU a impedir a não participação das centrais sindicais nas ações de qualificação/requalificação do PNQ, afirmou não conhecer as Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e que, para responder a tal indagação, seria necessário pesquisar a Resolução de nº 333 do CODEFAT.

O Secretário não vê como problema o fato da representação dos trabalhadores nos fóruns tripartites ser insignificante numericamente. Apesar de afirmar desconhecer a Resolução que instituiu o PNQ, o entrevistado, quando abordado sobre a representação dos trabalhadores no CODEFAT, teceu alguns comentários: “*a bancada dos trabalhadores, embora seja minoria, o fato de as centrais sindicais estarem fora do programa de qualificação do Governo Lula deve-se a um problema técnico e não de representação*” (idem, ibidem, grifo nosso). E explicou:

tanto é assim que a CUT é uma central que está na estrutura sindical brasileira, ou seja, ela existe de fato e de direito, porque existe o RPJ, é como se fosse uma ONG, no entanto, o que houve foi um questionamento do próprio Tribunal de Contas da União com relação às centrais sindicais em si. Então, não só a CUT como a própria Força Sindical, que tinha milhares e milhares de recursos do FAT destinados à requalificação, estão impedidas e tiveram os recursos cortados por conta disso. Assim, como existem as instâncias e, por outro lado, o Tribunal de Contas não reconhece as centrais sindicais como instâncias sindicais, então o que está se cumprindo é uma determinação técnica. A CUT, por exemplo, tem reconhecimento político, porém na instituição brasileira ela não existe, o que está se cumprindo é um questionamento do TCU (Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará, 2005).

Sendo assim, continua o entrevistado: “*cabe à CUT entrar com toda a documentação, pois não vemos por que razão as centrais sindicais estarem fora*” (idem, ibidem). Principalmente “*a CUT que congrega todas as entidades, seria o órgão executor que teria mais credibilidade para fazer essa qualificação com vista às reais demandas*” (idem, ibidem).

Segundo o entrevistado, se não existe nenhum convênio firmado pela Direção Nacional da CUT com o CODEFAT, “*a não inserção da CUT/Ceará ao PNQ se deve ao fato de que o FAT passou por uma série de exigências das quais a CUT ficou de fora*” (idem, ibidem).

Tanto é que “*os cursos de abrangência nacional coordenados pela Escola Nordeste em nível regional que chegavam até o Ceará foram extintos*” (idem, ibidem). Desse modo, a Estadual da CUT/Ceará, propriamente dita, que, no Governo FHC, participava do PLANFOR com a função de articular e coordenar os vários cursos de educação/formação profissional destinados a sindicalistas e trabalhadores desempregados via Escola Nordeste, não tem nenhuma experiência sendo desenvolvida com recursos do FAT até o momento da entrevista (22/11/2005). O que vinha “*... sendo desenvolvido no âmbito do PNQ*” (idem, ibidem), segundo Ailson, eram

... algumas iniciativas isoladas por parte de alguns sindicatos filiados à CUT/Ceará: os bancários, os comerciários e a FETRACE. Vale ressaltar que, juntamente com a ADS, esses três grandes sindicatos vinham desenvolvendo alguns programas específicos de requalificação em suas áreas, que eram abertos, também, aos trabalhadores desempregados, até porque sendo com recurso públicos tinham que ser abertos. Por parte da CUT, não existia nenhum projeto sendo desenvolvido. O que existe é um debate na CUT de disputar, no ano de 2006, no Conselho Estadual do Trabalho, um projeto junto com os sindicatos (Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará, 2005).

Em relação ao debate citado por Ailson, ele considera, inclusive, que

falta até estrutura para que a CUT/Ceará faça isso. Mas talvez, em 2006, quem sabe, não iremos apresentar algo desse tipo, inclusive, levando em conta a maior demanda, principalmente no que diz respeito àqueles sindicatos que não têm nenhum tipo de recursos. Estamos trabalhando nisso. Inclusive estamos conversando com a ADS sobre qual seria o projeto que pudesse englobar todas as entidades filiadas. Então, estamos preparando isso. Até porque há todo um processo de licitação. Porém, até o momento, nosso foco é a formação política dos dirigentes (Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará, 2005).

Embora reconheça a qualificação profissional como algo importante reconhece que o crescimento do desemprego no País não se deve à falta de qualificação profissional como afirma o discurso dominante. Indagado sobre a relação desemprego *versus* qualificação, o entrevistado afirmou que:

O desemprego é gerado por outro fator: o País está parado. Na verdade, o crescimento está havendo, mas não está tendo distribuição de renda. Então, não há um projeto nacional de desenvolvimento para o País, não temos grandes obras. Como se gera emprego com isso tudo? Esse discurso da falta de qualificação dos trabalhadores é falacioso. Pode acontecer que uma determinada fábrica se instale e os trabalhadores não estejam preparados, mas no todo isso não responde. Tanto é que você pode ter milhões e milhões de requalificação e não se conseguirá dar emprego aos trabalhadores (Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará, 2005).

Sobre a decisão da CUT em tomar em suas mãos a tarefa de qualificar/requalificar os trabalhadores, o entrevistado considera que “*deveria haver um programa que contemplasse educação e requalificação com vista ao próprio mercado de trabalho*” (idem, ibidem). Porém, lembra que “*isso é uma questão polêmica, visto que a qualificação por si só não resolve o problema do trabalho no Brasil. Então, o papel da Central, da nossa Central que é coordenar as lutas, também, pode ser esse*” (idem, ibidem).

No que diz respeito às críticas/resistências à inserção da CUT na política oficial de qualificação, o entrevistado defende que

não pode dar aos trabalhadores a ilusão de que só a requalificação vai lhes dar um emprego. Evidentemente, essa qualificação é importante. Há, inclusive, um debate dentro da Central em relação ao papel dela com

relação a isso (Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará, 2005).

Segundo avalia o entrevistado, “*não tem assim uma divergência grande em relação a Central fazer isso. Mas esse não deve ser um único papel da Central*” (idem, ibidem).

Afirma o Secretário que a qualificação

evidentemente é uma parte a qual a CUT não irá abandonar. Nós participamos dos fóruns tripartites, mas o Governo ..., tanto o Governo Federal, Estaduais e Municipais são quem terminam, na verdade, demandando mais e ficando com a maior parte dos recursos. Os próprios Conselhos Estaduais do Trabalho e Municipais na figura do Governo e empresários se alinham e abocanham, quer dizer, levam maior parte dos recursos para a qualificação profissional através do Sistema “S”, Prefeituras e Governo Federal. Então, essa própria democratização dos fundos públicos tem que ser mais debatida (Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará, 2005).

Quanto à atual gestão da Secretaria de Formação da CUT/Ceará, Ailson disse que “*a Secretaria vem se pautando na formação política dos dirigentes sindicais*” (idem, ibidem).

Segundo ele, o trabalho formativo dessa Central “*... vem tentando se diferenciar da visão da CUT/Nacional de intermediar essa qualificação*” (idem, ibidem). Não obstante, considere

que é necessária a formação profissional. Agora, se a Central só faz isso, acaba deixando os trabalhadores sem uma formação mais política. E é isso que a CUT/Ceará está fazendo. Está desenvolvendo atividades regionais com recursos das próprias entidades. Fazendo uma discussão sobre o papel da CUT, do sindicato na sociedade, da autonomia e independência das entidades frente ao Governo (Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará, 2005).

Conclui dizendo que a CUT/Ceará está “*preparando os dirigentes do ponto de vista político*” (idem, ibidem), porém não aprofunda como se dá essa formação.

No que diz respeito à requalificação, reafirma a existência de “*programas pontuais de sindicatos filiados à CUT que não têm acompanhamento*” (idem, ibidem). Embora se tenha conhecimento de “*que existe, não há um acompanhamento por parte da Central desses programas*” (idem, ibidem). Quando assumiu

a Secretaria, em 2003, já era Governo Lula e como houve essa divergência 'mais técnica' levantada pelo Tribunal de Contas da União com relação a deixar a CUT fora desse plano de qualificação, a Secretaria se resume a desenvolver esse papel de formação política dos dirigentes (Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará, 2005).

Quanto à avaliação que o entrevistado fez sobre as mudanças operadas pelo PNQ em relação ao PLANFOR, "*considera insuficiente*" (idem, ibidem). Para ele, o novo Plano de qualificação do Governo Lula

não avalia a realidade do trabalhador. O que se teoriza é que o trabalhador precisa de cursos de línguas estrangeiras, porém muitas vezes o trabalhador não sabe nem escrever o nome, nem tem a escolaridade que é cobrada pelas empresas. Então, você pensar uma qualificação em nível de segundo grau e superior, não se leva em consideração a desigualdade social existente em nosso País. Pensar para o Nordeste, o Ceará, um curso que envolva uma língua estrangeira, uma especialização na área burocrática... então, o Plano de Qualificação precisa ser mais amplo, melhor discutido com as entidades parceiras, com a sociedade em geral. Qual seria, de fato, a demanda para capacitar os trabalhadores no nosso Estado? O emprego não é resolvido com a questão da qualificação. Realmente, ela pode ajudar, mas, temos que ver qual é a qualificação. Falta isso no programa. Eu não tenho muito conhecimento do programa por conta de não estarmos dentro desse programa. Mas sentimos a ausência disso. **Não foi feita nenhuma modificação entre o PNQ e PLANFOR. Não há nada de extraordinário no PNQ.** Precisamos avançar muito mais ... estar em sintonia com a necessidade de cada setor, de cada local. Essa é uma discussão que precisa ser feita com a representação dos trabalhadores, com a própria representação dos empresários para dizerem quais são as suas demandas, e o Governo passe, realmente, a instituir um programa que atenda às necessidades dos trabalhadores (Secretário de Relações Sindicais e Sociais da CUT/Ceará, 2005, grifos nosso).

Com base na entrevista do responsável pela Secretaria Estadual de Formação da CUT/Ceará, compreendemos que, embora a CUT/Ceará não participe diretamente da execução do PNQ, alguma de suas entidades sindicais, ou seja, três grandes instituições representativas da classe trabalhadora: Sindicato dos Bancários, Sindicato do Comércio e a FETRACE atuam como espaços de divulgação e propagação da proposta de educação/formação profissional voltada a legitimar e a ocultar o caráter dual, seletivo e excludente do sistema educacional brasileiro pautado pelo falso construto ideológico da inclusão cidadã, tanto no mundo do trabalho quanto no campo educacional.

Fica claro também, a nosso ver, que o não envolvimento da CUT/Nacional e, de forma mais específica, da CUT/Ceará na execução do PNQ/2003, não se deve a uma mudança de

natureza político-ideológica dos seus dirigentes, expressa nos documentos oficiais e nos discursos, mais devido basicamente aos entraves instituídos pelo próprio Estado por meio do TCU. Tanto é que no documento da Secretaria de Nacional de Formação, datado de 23 de julho de 2003, existe claramente a intenção que as CUTs, os escritórios regionais da ADS e as Escolas Sindicais venham a disputar nos Estados ações no âmbito dos PROESQs e PLANTEQs.

Presidente Lula da Silva.

reunir alguns dos elementos

sobre as fortes conseqüências

do movimento operário brasileiro

que a crise estrutural

o último processo de reorganização

em nível nacional

capacidade

uma estratégia

o mundo global

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no aporte teórico-metodológico que nos serviu de referência para este estudo, listamos algumas considerações referentes à participação do movimento sindical cutista na execução do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) instituído no primeiro mandato do Presidente Lula da Silva.

Buscamos reunir alguns dos elementos essenciais para o entendimento da crise do sistema capitalista e sobre as fortes conseqüências no interior do mundo do trabalho e, em particular, no seio do movimento operário brasileiro.

Constatamos que a crise estrutural do capital que se espraia pelas economias capitalistas impõe um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação de seu ciclo de auto-reprodução (transformações no processo produtivo – que mescla *fordismo* e *toyotismo*) pondo em movimento práticas destrutivas de auto-reprodução ampliada, de destruição da força de trabalho, do meio ambiente, elevando ao extremo a oposição entre a concentração da riqueza e o crescimento da miséria, aumentando as diferenças e os antagonismos entre países, colocando na ordem do dia o espectro da destruição global.

Ao contrário das análises que, equivocadamente tomam a crise do trabalho capitalista, a redução do emprego e a redução do operariado industrial como anúncios do fim da sociedade do trabalho e da classe trabalhadora, afirmamos a centralidade ontológica do trabalho e a substancial importância do trabalho na extração da mais-valia que alimenta o processo de reprodução do capital.

As inegáveis transformações em processo no mundo do trabalho, não apontam para o surgimento de uma nova sociabilidade, para um “novo tempo”, que nada tem a ver com o passado, como se pretende afirmar, mas configuram necessidades prementes do desenvolvimento capitalista ao longo do seu desenvolvimento histórico e nesse exato momento de crise, uma tentativa de rearticular suas bases de ampliação do lucro, na sua fase de expansão onde o mundo globalizado encontra na informática uma agilidade inimaginada em outros tempos..

Partimos da compreensão de que o avanço do capital está vinculado organicamente a fragilização do movimento operário internacional e nacional, que a crise do movimento sindical cutista deve ser compreendida a partir de uma crise das forças de esquerda, das experiências do Leste Europeu, o que permitiu ao capital em crise reeditar formas antidiluvianas de controle e exploração da força de trabalho.

A análise sobre as modificações que se efetivam na base produtiva (desconcentração e reestruturação das empresas) a feição neoliberal do Estado (“mínimo” para os trabalhadores e “máximo” para o capital), a necessidade de reestruturação do sistema educacional e, em especial da política oficial de formação profissional (necessidade de formar um “novo” tipo de trabalhador necessário ao capital), as implicações advindas desse cenário para a organização da classe trabalhadora (desemprego, subemprego, formas de envolvimento manipulatório) têm como pano de fundo a luta de classes.

Procuramos, no decorrer da análise, identificar alguns dos aspectos particulares desta crise no Brasil, buscando acompanhar a adoção pelo Governo brasileiro das diretrizes emanadas do Consenso de *Washington* que desenhou um conjunto de reformas a serem empreendidas pelos países latinoamericanos no contexto da crise que ampliou o espectro do neoliberalismo.

No início da década de 80, no Brasil, assiste-se a crescente organização e mobilização da classe trabalhadora que ganha contornos mais definidos com a criação da CUT e do PT oferecendo resistência ao programa devastador de reformas preconizadas pelos agentes financeiros internacionais.

O conjunto de reformas adotado a partir do Governo de Fernando Collor de Melo e que ganhou fôlego no Governo FHC representou redução dos gastos na área social e se revestiu numa política macroeconômica desastrosa desmontando a nação e penalizando a classe trabalhadora. Procuramos demonstrar a continuidade desta orientação política pelo Governo Lula, destacando seus efeitos danosos no que se refere à política de educação profissional.

O estudo nos revelou que, ao contrário das promessas do Governo Lula de melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora, assistimos à estruturação e à implantação de medidas pontuais e focalizadas delineadas pelo setor dirigente do processo de integração submissa do Brasil à reorganização mundial do capital imperialista.

Tomamos como objeto da nossa análise, a participação do sindicalismo cutista na execução e legitimação da Política Nacional de Formação do Governo Lula e, de forma mais particular, concebemos como elemento central para o estudo, a análise documental do PNQ e sua execução no Estado do Ceará.

A existência de uma integração orgânica entre a corrente majoritária da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Articulação Sindical, e o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), não somente deu prosseguimento como aprofundou a política macroeconômica dos Governos anteriores.

O cenário da análise teve como pano de fundo as mudanças da postura desta Central no bojo das determinações objetivas e subjetivas do sistema metabólico do capital que desencadeou uma trajetória de enfraquecimento e moderação nas suas estratégias de luta e relaxamento dos seus princípios, culminando no que se pode denominar postura de colaboração e de submissão da CUT ao Governo instituído.

Os registros e discussões presentes neste trabalho revelaram que com a ascensão de um ex-dirigente sindical à Presidência da República, em janeiro de 2003, a CUT, que nascera da confluência de diferentes forças do denominado *Novo Sindicalismo*, modificou a postura adotada, passando de moderada à submissão explícita ao Governo Federal. Ou seja, a partir da ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva a realidade nos permite falar em CUT no Governo, governando e, portanto, em CUT como co-regente da Política de Formação Profissional no Brasil.

Ao contrário do posicionamento “crítico” à proposta de Educação Profissional do Ministério do Trabalho no Governo Fernando Henrique Cardoso, no atual Governo, a corrente hegemônica da CUT apostou (e continua apostando) no Pacto Social. O resultado desta postura vem favorecendo a passos largos as negociações entre patronato e governo nas questões educacionais em nome do ilusório projeto de “Educação Integral dos Trabalhadores” nos espaços formativos das instâncias cutistas.

A política de formação da CUT, radicalmente distante da perspectiva classista, atua como um espaço de educação/formação profissional de cunho não-classista voltada a legitimar o

caráter dual, seletivo e excludente do sistema educacional brasileiro por meio de programas e projetos paliativos de curta duração pautados pelo falso construto ideológico da inclusão cidadã dos trabalhadores, tanto no mundo do trabalho quanto no campo educacional.

Participando diretamente da disputa dos recursos do FAT para programas e projetos de educação/formação profissional do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), as várias entidades filiadas à CUT que executam ações dessa natureza acabam por reforçar o poderoso construto ideológico de formações limitadas para postos de trabalho pouco exigentes de qualificação e de educação básica.

Adotando a lógica privatizante e a estratégia utilitarista em termos políticos e intelectuais, a formação cutista participa predominantemente das modalidades em que o FAT se constitui a principal fonte de recursos para implantação das políticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) articuladas às ações do Ministério da Educação (MEC), sobretudo no que diz respeito ao PNQ.

A revisão bibliográfica, a análise documental e o conjunto de entrevistas com *peessoas-chaves*, envolvidas na elaboração e execução do PNQ/PlanTeQ-2003, demonstram a crescente fragmentação de experiências e propostas no campo da “qualificação social e profissional”. A possibilidade aberta a um número mais amplo de entidades públicas e privadas executarem cursos de educação/formação profissional que não se vinculam a qualquer escolaridade mínima predeterminada desencadeou uma nova dinâmica de participação das entidades sindicais na disputa dos recursos do FAT.

Compreendemos que as entidades cutistas que executam programas ou projetos dos ProEsQs ou dos PlanTeQs percorrem um terreno movediço de ilusória concepção teórico-política que, por sua vez, orienta as ações formativas prioritárias nas instâncias cutistas e demarcam a cumplicidade do envolvimento de um amplo leque de entidades à proposta de “qualificação social e profissional” que desonera, cada vez mais, o capital e desresponsabiliza, a passos largos, o Estado da obrigatoriedade de uma escola pública e de qualidade para a classe trabalhadora.

De modo vergonhoso, cada vez mais burocratizada e radicalmente afastada das lutas sociais, a CUT que integra o próprio Governo Lula recusa-se a apoiar as ocupações de terra, a

defender a proposta de uma escola básica unitária, os direitos trabalhistas, a ruptura com FMI, o não-pagamento da dívida externa; tudo isso em nome da adoção de um modelo de desenvolvimento *sustentável e solidário* que não rompe com a lógica do capitalismo.

Quanto à execução do PNQ/PlanTeQ-2003 no Ceará, ano que tomamos como referência temporal para a análise empreendida, as entrevistas demonstraram que as ações de “qualificação social e profissional” não sofreram alterações significativas em termos metodológicos, políticos ou pedagógicos se comparadas às do PLANFOR. Vale frisar que se a análise local (o PNQ no Ceará) diz algo comum ao nacional (Brasil) temos que considerar também a impossibilidade de generalizações totalizantes, considerando as especificidades de cada unidade da federação o que exigiria uma pesquisa de grande fôlego e altos custos.

A conjugação de instrumentos investigativos demonstra que muitos problemas estruturais e de organicidade existentes no PLANFOR continuaram e foram aprofundados no PNQ. Dentre eles achamos conveniente elencar:

- 1) aligeiramento e a fragmentação tanto do percurso formativo quanto dos projetos;
- 2) *redução e liberação tardia* dos recursos do FAT;
- 3) maior ‘*engessamento*’ burocrático;
- 4) dificuldade na construção de um sistema de monitoramento, em tempo real e de modo eficiente no que tange a aplicação dos recursos;
- 5) não participação dos conselhos/comissões *tripartites* no levantamento das demandas;
- 6) precarização na contratação dos professores;
- 7) infra-estrutura inadequada à oferta de uma educação ampla e sólida aos trabalhadores; Fazemos questão de frisar que conforme nossa concepção, nenhum programa fragmentado e imediatista pode cumprir a amplitude e solidez que uma educação integral requer;
- 8) falta de continuidade dos cursos;
- 9) dificuldade em priorizar o “público alvo”;
- 10) falta de articulação entre a formação profissional e o sistema regular de ensino.

Compreendemos, por outro lado, que a superação dos problemas estruturais acima elencados acabaria por reforçar a política educacional de perfil compensatório e de alto poder ideológico baseada na pedagogia das competências cujo princípio é adaptabilidade individual dos sujeitos às mudanças socioeconômicas do capitalismo.

Tudo isso comparado às lacunas, incoerências e limitações do PLANFOR, não deixa dúvida de que as ações do PlanTeQ/CE-2003 coadunam-se perfeitamente com a linha propulsora do objetivo político da proposta educativa da SETEC de baixo custo e alto controle ideológico voltados a qualificar psicofisicamente os *desempregados de longa duração, negros/as e afro-descendentes, índio-descendentes, mulheres, jovens, portadores de necessidades especiais, pessoas com mais de 40 anos*, para a nova divisão social do trabalho caracterizado pela precarização e terceirização.

Em relação à dimensão operacional, observamos que as ações do PNQ/PlanTeQ foram desenvolvidas em menos tempo, com menos recursos financeiros do FAT e totalmente desconexas do sistema de ensino regular. A proposição que se apresentava como o grande diferencial em relação ao PLANFOR não foi efetivada, visto que os relatórios acerca da Avaliação Externa do PNQ/PlanTeQ-2003 no Ceará demonstram que a elevação de escolaridade dos expulsos do mercado de trabalho não foi atingida.

Na posição de co-autora do PNQ (CUT governando) e apostando no Pacto social, assiste-se à tentativa de fortalecimento dos Conselhos ou Comissões Estaduais/Municipais de caráter *tripartites* formadas por representantes do Governo, Patronato e Trabalhadores, visto que fica reservado a estes as funções de acompanhamento e controle das ações de “qualificação social e profissional”.

No caso do Ceará – PNQ/2003 entidades filiadas à CUT como: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE); Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviço (FETRACE), Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Ceará (SEEB/CE), Sindicato dos Empregados no Comércio de Fortaleza e Região Metropolitana (SINDCOM) deixaram de ser espaços de formação classista e passaram a reproduzir as concepções político-ideológicas dominantes. Isto se torna relevante se considerarmos que estas entidades congregam uma grande quantidade da força de trabalho geradora de mais-valia.

Por enquanto, o que efetivamente se pode constatar é que na posição de co-regente do PNQ, a CUT apostando no Pacto social e sendo a mais governista de todas as centrais brasileiras, passa a reproduzir as concepções político-ideológicas dominantes.

O direcionamento de recursos do FAT para formações fragmentadas gera repercussões ambíguas na proposta educativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Os ensinos técnico e tecnológico oferecidos pela rede federal estão cada vez mais sujeitos aos pactos com entidades privadas, perdendo a passos largos a característica de ensino público e gratuito.

Exemplos que ilustram esta realidade podem ser encontrados no CEFET/PR e CEFET/CE, se mensurados os recursos captados pelas entidades de caráter privado, sem finalidade lucrativa, que se beneficiam da imagem CEFET, como o caso do Centro de Pesquisa e Qualificação Profissional (CPQT) no Ceará. Tal prática que tende a se disseminar em todo o território nacional fragiliza as organizações sindicais.

Face às perdas salariais acumuladas, os apêndices privados das instituições da rede federal de ensino acabam por estimular uma onda de iniciativas individuais, isoladas, desarticulando os movimentos em defesa de interesses coletivos. O desgaste e desmobilização do movimento sindical cutista são notórios. Um exemplo é a desfiliação de muitos sindicatos da CUT, cujo exemplo podemos citar o importante sindicato dos docentes do ensino superior, o ANDES.

As seduções por maiores ganhos nas fundações e entidades do gênero afastam muitos servidores da rede oficial de ensino da luta pela educação pública e gratuita e por uma nova forma de sociedade. Assiste-se dentro das instituições da rede pública a re-produção da lógica capitalista, pois os que se sobressaem ou recebem destaque são os que mais conseguem se articular com o mercado, gerar ou atrair recursos de fontes que financiem o ensino e a pesquisa, eximindo o poder público de promover para todos o acesso à educação de qualidade em todos os níveis.

A política de transferência dos recursos do FAT para um leque maior de entidades públicas e privadas nos âmbitos estadual e municipal revela que a proposta de “Qualificação Social e Profissional” do Governo Lula, além de se efetivar por meio de uma maior fragmentação e pulverização dos projetos e programas financiados, minimiza a destinação de recursos públicos para a rede pública de ensino. Oculta-se ou camufla-se a estratégia de legitimação da dualidade do sistema de ensino.

De um lado, assiste-se ao crescimento vertiginoso do número de instituições de caráter privado em todos os recantos do País. Basta estar atento aos painéis de propaganda de rua de qualquer cidade de grande ou médio porte para constatar o elevado número de anunciantes da mercadoria-ensino. De outro lado, multiplicam-se as implicações do público com o privado. Um exemplo é o PROUNI. A expansão de recursos públicos transferidos para instituições privadas distancia cada vez mais a possibilidade de uma luta coletiva em prol do ensino público de qualidade. Apesar da ampliação das vagas no ensino público, estas estão muito aquém das geradas no ensino privado.

Outro resultado da liberação fragmentada dos recursos dos FAT coaduna-se, sem qualquer restrição, com a necessidade do Governo Federal de instituir mecanismos de planejamento, controle e acompanhamento das políticas educacionais, bem como redefinir competências e co-responsabilidades dos entes governamentais para com a educação profissional. A tendência é criar um subsistema de educação profissional estruturado e organizado, conforme ditames da Proposta da Reforma Universitária, cuja concepção encontra seus fundamentos nas leis mercadológicas e na postura dos dirigentes da CUT o seu eco.

Conclui-se, por fim, que a concepção de “qualificação social e profissional”, entendida como uma *construção social* na perspectiva da formação de *trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente protagonistas de cidadania*, contribui para afastar radicalmente a CUT da proposta de Escola Básica Unitária, bandeira histórica dos trabalhadores, arduamente encaminhada na luta dos educadores progressistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovani. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - o Brasil nos anos 90. In: Teixeira, Francisco José soares (Org.). **Neoliberalismo e Reestruturação produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho**. Fortaleza: Cortez/UECE, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Editempo, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 8ª Ed. São Paulo: Cortez-UNICAMP, 2002b.

\_\_\_\_\_. O que é sindicalismo. São Paulo: Brasiliense, 2003. Coleção primeiros Passos; 3.

\_\_\_\_\_. **O governo Lula foi ganho pelo projeto das classes dominantes**. Disponível em: <<http://resistir.info>> Acesso em: 2006

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovani. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, Vol. 25, Nº 87, p. 355-351, maio/agost. 2004.

ARAÚJO, Liana Souto. **A Política Nacional de Formação da CUT: um estudo crítico sobre o Projeto Integrar**. Monografia de graduação. Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2001.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **Resistência e submissão: a reforma educacional na década de 1990. O cenário educacional Latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. São Paulo. Ed.: Autores associados, 1999.

BRASIL. **Decreto Lei nº 2.208**. Diário Oficial da União, 1997.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 333 CODEFAT – 2 Tiragem**. Brasília: TEM/SPPE, 2003.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ/2003-2007**. Brasília: MTE, 2003.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 5.154**. Diário Oficial da União, 2004.

BRASILIA. **Proposta em discussão: políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Disponível em < [www.mec.gov](http://www.mec.gov) > Acesso em: 2006.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

CHASIN, J. Democracia política e emancipação humana. Revista Ensaio, SP, ano II, Nº 13 p. 47-55, 1984.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governo Lula: da esperança à realidade**. São Paulo: Xamã, 2004.

\_\_\_\_\_. **Reforma Sindical do Governo Lula: Histórico e perspectiva.** Disponível em:  
<<http://www.socialismoeliberdade.org>> Acesso em: 2006

CNM/UNITRABALHO. **Diagnóstico da Formação Profissional.** Ramo Metalúrgico.  
CNM/Rede Unitrabalho, 1999.

CUT/Brasil. **Algumas Questões a serem observadas e debatidas nos encontros regionais.**  
São Paulo 23 de julho de 2003. (Mimeo.)

CUT/UNITRABALHO. **A intervenção da CUT nas políticas públicas de geração de trabalho, emprego, renda e educação dos trabalhadores: avaliação, resultados e ampliação de perspectivas.** (Org.) Martinho da Conceição (et al.) – São Paulo, 2003.

DAMIANI, Cássia. **Formação profissional e sindical: antinomias do projeto de formação profissional da CUT no contexto da política neoliberal.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1998.

DAVIES, Nicholas. **Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?** São Paulo: Xamã, 2004.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Democrático e popular?** Revista Outubro. Nº 8. 2003.

Escola Sindical São Paulo – CUT. **Negociação e contratação coletiva da qualificação socioprofissional nas relações capital-trabalho.** Teixeira, Ladosky e Domingues (Org.). Quem luta também educa! 2005.

FIORI, José Luis. **60 lições dos anos 90: uma década de neoliberalismo.** Rio de Janeiro. Ed. RECORD, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido.** Educação & Sociedade. Vl. 26. Nº. 92 Campinas, 2005.

GENTILI, Pablo. **O conceito de “empregabilidade”.** Seminário Nacional sobre avaliação do PLANFOR – uma política pública de educação profissional em debate. São Carlos - SP, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.

INVERNIZZI, Noela. Teoria da competência: categorias analíticas e ideologia na compreensão dos novos processos de trabalho. Revista do NETE, nº 9, jul/dez, p.p. 115-131, BH, 2001.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **Conteúdos e metodologia da formação sindical.** Fortaleza: 2000. (Mimeo)

\_\_\_\_\_. **Consciência de classe ou cidadania planetária?** Notas críticas sobre os paradigmas dominantes no campo da formação do educador. Fortaleza, 2003. (Miomeo.)

\_\_\_\_\_. A CUT e a formação centrada no mercado: o programa de requalificação do trabalhador bancário em questão. **Trabalho, educação e luta de classe: a pesquisa em defesa da História.** Jimenez & Rabelo (Org.). Ed. Brasil Tropical LTDA. Fortaleza, CE, 2004.

JIMENEZ, Susana; MENEZES, Ana e DAMIANI, Cássia. A Educação do trabalhador nos marcos do tripartismo. **Trabalho e Educação Face à Crise Global do Capitalismo.** Enéas Arrais Neto; Manuel José Pina e Sandra Cordeiro Felismino(Org.). Coleção diálogos intempestivos. Fortaleza, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneide. **Políticas do ensino médio e educação e trabalho:** continuam os mesmos dilemas? s/d. (Mímeo).

\_\_\_\_\_. **Ensino médio e profissional:** as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997, (Questões de nossa época, 63).

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização:** a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Um novo senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Revista Outubro. N° 3. 2000.

\_\_\_\_\_. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: introdução ao debate sobre “os novos movimentos sociais na educação”. **A cidadania Negada:** políticas de inclusão na educação e no trabalho/Pablo Gentili e Gaudêncio Frigotto (Org.). S. Paulo. Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A (contra-) reforma universitária do Governo Lula e o fim das fronteiras entre o público e o privado. **Reforma Universitária do Governo Lula:** Reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

LEITE, Elenice M. **O desfile dos atores no enredo da nova institucionalidade da educação profissional no Brasil:** um samba articulado? Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho, Boenos Aires, maio/2000.

LIMA, Cristiane Leyendecker de. **A relação partido/sindicato:** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília/UnB, 2004a.

LIMA, Kátia Regina de S. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. **Reforma Universitária do Governo Lula:** Reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004b.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_ & BASTOS, Solange. **Experiências e projetos de formação profissional entre os trabalhadores brasileiros**. Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 60. S/l: s/e, pp. 116-143, 1997.

MARX, KARL. **O Capital** – crítica da economia política. Livro 1. V.I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MENEZES, Ana Maria Dorta de. **A pseudo-identidade de interesse entre capital e trabalho no campo sócio-educacional: a relação Estado-escola-empresa no Ceará**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP e Boitempo Editorial, p.p. 795-811, 2002.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social** – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

MORAES, Carmem Sylvia V. A relação trabalho-educação e o “novo conceito de produção”: algumas considerações iniciais. **Diagnóstico da Formação Profissional**. Ramo Metalúrgico Brasil, São Paulo. CNM/Rede Unitrabalho, 1999.

NASCIMENTO, Sônia Maria. **O Projeto Formativo da Central Única dos Trabalhadores em Questão: Lições de Resistência no Sindicalismo Público Cearense**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2003.

NETO, João Machado Borges. Governo Lula – uma opção neoliberal. **Adeus ao** <http://www.met.gov.br> Acesso em 2003.

**Desenvolvimento - a opção do governo Lula/Organizado por João Antônio de Paula, - Belo Horizonte: Autêntica, 2005.**

RAMOS, Marise Nogueira. A ped

Paulo: Cortex, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Brasil 2000: nova divisão de trabalho na educação.** 2º ed.

São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. O público e o privado

privado na educação: Inter

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Resoluções de 10º Plenário. Dis

OLIVEIRA, Cristiane Porfirio de. **A CUT/CE na encruzinhada: dilemas e desafios face à crise do capitalismo contemporâneo.** Monografia (Graduação em Serviço Social).

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1999.

\* PARTIDO DOS TRABALHADORES/2002. Disponível em <<http://pt.org.br>> Acesso em: 2003.

PROGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - 2007/2010. Disponível em <<http://pt.org.br>> Acesso em: 2006.

PLANFOR. Disponível em <<http://www.met.gov.br>> Acesso em: 2003.

PNQ 2003-2007. Disponível em <<http://www.met.gov.br>> Acesso em: 2003.

PNQ/PlanTeQs 2003 e 2004. **Indicadores de Desempenho.** Disponível em <<http://www.met.gov>> Acesso em 2004.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **O público e o privado na educação profissional: as políticas do MEC. O público e o privado na educação: Interfaces entre estado e sociedade.** Ed. Xamã, 2005.

Resoluções da 10ª Plenária. Disponível em: <[www.cut.org.com.br](http://www.cut.org.com.br)> Acesso em: 2004.

Resoluções do 8º (CONCUT). Disponível em: <[www.cut.org.com.br](http://www.cut.org.com.br)> Acesso em: 2004.

RIO, Cristiane Porfírio de Oliveira. **A Política Nacional de Formação da CUT: análise crítica dos Princípios e estratégias da Escola Nordeste.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2003.

\_\_\_\_\_. **As antinomias da Política Nacional de Formação da CUT. Trabalho, educação e luta de classe: a pesquisa em defesa da História.** Jimenez & Rabelo (Org.). Ed. Brasil Tropical LTDA. Fortaleza, CE, 2004.

ROIO, Marcos Del. **O governo Lula e a derrota da esquerda.** Revista Outubro, Nº 10, 2004.

RUMMERT, Sonia Maria. **Programa Integração: avanços e contradições de uma proposta de educação** formulada pelos trabalhadores. Revista Brasileira de Educação. 2004.

SADER, Emir. **Governo Lula: decifrando o enigma**. Coordenação Emir Sader; com a participação de César Benjamin, Laura Tavares Soares, Rafael Gentili - São Paulo: Viramundo, 2004.

SIMÃO, Edna. **Verbas menos para qualificação**. Disponível em: <<http://www.clipping.planejamento.gov.br>> Acesso em 2006.

SNF/CUT. **Pressupostos, Diretrizes e Ações Formativas Prioritárias**. Textos de subsídio aos debates - XV Encontro Nacional de Formação da CUT, Belo Horizonte, Março, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. **A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?** In: Crítica Marxista, Vol. 1, nº 1. São Paulo: Brasiliense, p.p. 27-38, 1994.

TONET, Ivo. **Socialismo e democracia**. Revista Práxis Sindical, nº 8, mar/jun 97. BH: Projeto Joaquim de Oliveira Editora, pp. 29-46, 1997.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2002.

UNITRABALHO/UFC. Relatório de Avaliação da UNITRABALHO sobre o PLANFOR, Fortaleza, 2000. (Mimeo).

\_\_\_\_\_. **Relatório da avaliação:** Plano Territorial de Qualificação do Estado do Ceará (PlanTeQ/Ce/2003). Fortaleza, 2004a. (Mimeo).

\_\_\_\_\_. **Relatório do seminário:** o PNQ e a qualificação social e profissional do trabalhador no Ceará: Avanços, Limites de Desafios. Fortaleza, junho. 2004b. (Mimeo).

UNITRABALHO. **A avaliação do Plano Nacional de Qualificação – PNQ: A construção de Referências.** São Paulo, 2004. (Mimeo).

#### *Sites consultados*

www.cut.org.com.br.

www.cut.org/cutceara.com.br

www.jornal da UFRGS

www.solialismovermelho.org.

www.veja on-line